

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PR
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 662 e 663/2011 2

Atos Legislativos

Autógrafo - Projeto de Lei nº 067/2011 3

Proposta de Moção de Pesar nº 032/2011 3

Projetos de Decretos Legislativos nº 009 e 023/2011 3

Atos Legislativos - Atas de Sessões Plenárias

Ata da 2050ª Sessão Ordinária na Íntegra 4

Ata da 2051ª Sessão Ordinária na Íntegra 6

Ata da 2052ª Sessão Ordinária na Íntegra 13

Ata da 2053ª Sessão Ordinária na Íntegra 15

Ata da 2055ª Sessão Ordinária na Íntegra 21

Ata da 2059ª Sessão Ordinária na Íntegra 26

Atos Legislativos - Atas de Comissões

 Atas de Reuniões da Comissão de Constituição,
 Justiça e Redação Final 30

 Ata de Reunião da Comissão de Agricultura,
 Pecuária e Política Rural 30

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO

Gerente de Documentação Geral

 VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

EXPEDIENTE

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

ATOS ADMINISTRATIVOS
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
RESOLUÇÃO Nº 662/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento da servidora **ADRIANA MARIA SILVA DA CRUZ, Assistente Especial**, para a cidade de Brasília-DF, no período de 10.11 a 20.11.2011, aonde a mesma estará participando do treinamento de colaboração técnica do Senado Federal por meio do programa Interlegis, com ônus para este Poder, no tocante a 05 (cinco) diárias.

Palácio Antônio Martins, 08 de novembro de 2011

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 663/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **DHIEGO COELHO FOGAÇA**, para a cidade de Recife-PE, nos dias 10 e 11.11.2011, aonde o mesmo participará de reunião com lideranças do Partido Social Liberal, para tratar de assuntos de interesse político partidário, sem ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de novembro de 2011

 Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

 Deputado **JALSER RENIER PADILHA**

1º Secretário

 Deputado **REMÍDIO MONAI MONTESSI**

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS
AUTÓGRAFOS - PROJETO DE LEI
PROJETO DE LEI Nº 067/11.
Altera o Anexo IV da Lei nº 773, de 4 de maio de 2010, que dispõe sobre a Instituição do Centro de Tecnologia de Informação Fazendária – CETIF.
O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA

Faço saber que a Assembleia aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo IV da Lei nº 773, de 04 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado nº 1.296, de 05 de maio de 2010, e republicada em 07 de maio de 2010, que dispõe sobre a Instituição do Centro de Tecnologia de Informação Fazendária – CETIF, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO IV
REQUISITOS DE INVESTIDURA E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE FORMAÇÃO FAZENDÁRIA:

CARGO	Analista de Negócio Fazendário	PADRÃO/REF	19- F
		NÍVEL	CNS
CURSO ESPECÍFICO PARA INGRESSO:	Possuir diploma de nível superior em Análise de Sistemas, Engenharia de Software, Ciência da Computação ou Processamento de Dados, expedido por escolas oficiais ou privadas reconhecidas pelo MEC.		
ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS:			
Analisar os sistemas organizacionais da Secretaria de Estado da Fazenda; elaborar a modelagem organizacional da Secretaria e dos processos de negócios fazendários; definir os requisitos de informações dos sistemas organizacionais da Secretaria de Fazenda; estabelecer a estrutura organizacional e funcional adequada ao pleno funcionamento dos sistemas de informação fazendária; regulamentar e normatizar os processos de competência das diversas Unidades Administrativas da Secretaria abrangidas pelos sistemas de informação automatizados e/ou mecanizados; elaborar e executar programas de treinamento de usuários, orientado-os quanto às rotinas de trabalho e aos procedimentos alterados em função da implantação de sistemas de informações automatizados; planejar a arquitetura dos sistemas de informação fazendária; e gerenciar as atividades de análise, projeto, desenvolvimento, implantação, documentação e manutenção de sistemas de informação fazendários da sua área de atuação.			

ANEXO IV DA LEI 773/2010

CARGO	Desenvolvedor de Software	PADRÃO/REF	17- A
		NÍVEL	CNS
CURSO ESPECÍFICO PARA INGRESSO:	Possuir diploma de nível superior em Análise de Sistemas, Engenharia de Software, Ciência da Computação ou Processamento de Dados, expedido por escolas oficiais ou privadas reconhecidas pelo MEC.		
ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS:			
Analisar, projetar, desenvolver, implantar, documentar e manter os sistemas de informação fazendários da Secretaria de Estado da Fazenda; elaborar os modelos de conceito e de implementação para os softwares desenvolvidos para a Secretaria, realizando o mapeamento e desenho de processos de software dentro do ambiente operacional da Secretaria; definir e criar algoritmos lógicos, codificando, testando e preparando a documentação dos programas, e dar suporte às atividades de gerenciamento dos projetos de análise e desenvolvimento de softwares.			

CARGO	Implementador de Software	PADRÃO/REF	
		NÍVEL	15- E CNS
CURSO ESPECÍFICO PARA INGRESSO:	Possuir diploma de nível superior em Análise de Sistemas, Engenharia de Software, Ciência da Computação ou Processamento de Dados, expedido por escolas oficiais ou privadas reconhecidas pelo MEC.		
ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS:			
Elaborar o mapeamento e desenho de processos de software desenvolvidos para a Secretaria de Estado da Fazenda; elaborar, definir e criar algoritmos lógicos, codificar, compilar, testar e documentar os programas; acompanhar e analisar a implementação de programas e documentar os softwares desenvolvidos e instalados na Secretaria.			

ANEXO IV DA LEI 773/2010

CARGO	Administrador de Banco de Dados	PADRÃO/REF	
		NÍVEL	17- A CNS
CURSO ESPECÍFICO PARA INGRESSO:	Possuir diploma de nível superior em Análise de Sistemas, Engenharia de Software, Ciência da Computação ou Processamento de Dados, expedido por escolas oficiais ou privadas reconhecidas pelo MEC.		
ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS:			
Planejar, modelar, desenvolver, implantar estruturas de banco de dados no ambiente operacional da Secretaria de Estado da Fazenda; administrar e integrar os bancos de dados dos sistemas fazendários, monitorar, controlar e manter as bases de dados dos sistemas fazendários desta Secretaria, otimizando o desempenho dos mesmos; dar suporte e manutenção às bases de dados de sistemas fazendários no ambiente operacional da Secretaria de Fazenda, implementando as melhorias requeridas; garantir o armazenamento, o acesso, a consistência, a integridade, a disponibilidade e a segurança das informações que são utilizadas pelos usuários dos sistemas de informação fazendária; produzir a documentação referente à estrutura física e lógica dos bancos de dados e sua integração com demais bases; acompanhar a implantação de softwares, dando suporte aos Desenvolvedores e Implementadores de Softwares na utilização das tecnologias e ferramentas do banco de dados disponíveis no ambiente operacional da Secretaria; e propor políticas de segurança de acesso às bases de dados dos sistemas fazendários da Secretaria.			

CARGO	Administrador de Rede de Dados	PADRÃO/REF	
		NÍVEL	17- A CNS
CURSO ESPECÍFICO PARA INGRESSO:	Os possuidores de diploma de nível superior em Análise de Sistemas, Engenharia de Software, Ciência da Computação ou Processamento de Dados, expedido por escolas oficiais ou reconhecidas pelo MEC.		
ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS:			
Administrar a estrutura básica da Rede da Secretaria de Estado da Fazenda (NetFisco-RR), topologias, protocolos e serviços em redes associados aos diversos níveis do modelo de referência, bem como, dos recursos computacionais relacionados direta ou indiretamente; manter em funcionamento a NetFisco-RR, controlando os recursos de rede disponibilizados aos usuários dos sistemas de informação fazendária; integrar a NetFisco-RR com as redes estaduais e nacionais requeridas, de acordo com as normas técnicas definidas para a utilização da Rede; garantir a integridade dos dados dos usuários da NetFisco-RR, propondo e gerenciando as políticas de segurança da Rede; produzir a documentação referente à estrutura NetFisco-RR e sua conexão com as demais redes; monitorar e controlar a otimização do desempenho da NetFisco-RR, implementando melhorias físicas e lógicas na rede de dados, bem como, propondo ampliações da Rede, quando necessário; e desenvolver e manter sistemas de segurança da NetFisco-RR dentro dos ambientes operacionais da Secretaria.			

ANEXO IV DA LEI 773/2010

CARGO	Técnico em Infraestrutura de Tecnologia de Informação	PADRÃO/REF	
		NÍVEL	8- A CNM
CURSO ESPECÍFICO PARA INGRESSO:	Possuir Certificado de Curso Técnico de Informática ou de Programação de Computadores, expedido por Escolas Oficiais ou privadas legalmente reconhecidas.		
ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS:			
Instalar, configurar e dar manutenção corretiva e preventiva em microcomputadores, rede, periféricos, bem como, solicitar conserto, revisão ou manutenção especializada dos bens de informática; instalar, configurar e dar suporte técnico aos softwares básicos e drivers instalados nos microcomputadores da NetFisco-RR; realizar a avaliação, teste e manutenção de hardware, software, linhas e serviços de transmissão de dados, instalação de redes ou de pontos de acesso remoto às mesmas e/ou a equipamentos de tele-processamento; dar suporte a usuários no tocante à infraestrutura para instalação e manutenção de redes de computadores, esclarecendo dúvidas sobre recursos de softwares e hardwares e utilização dos			

mesmos; acompanhar serviços externos complementares de manutenção, indicando o problema, acompanhando os reparos; zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados; acompanhar a monitoração e a otimização do desempenho da NetFisco-RR, auxiliando na implementação de melhorias físicas na rede de dados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 27 de outubro de 2011.
 Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
 Presidente
 Dep. **REMÍDIO MONAI**
 2º Secretário
 Dep. **NALDO DA LOTERIA**
 4º Secretário

PROPOSTA DE MOÇÃO

GABINETE DA DEPUTADA ANGELA ÁGUIDA PORTELLA
MOÇÃO DE PESAR Nº 032/11
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:
- Moção de Pesar pelo falecimento do Senhor **Pedro Cruciak**, ocorrido no dia 5 deste mês.
 A Assembléia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar sentimentos de pesar aos familiares daquele que em vida se chamou **Pedro Cruciak**.
 O mesmo era agropecuarista e chegou no Estado de Roraima na década de 70, onde se instalou no município de Rorainópolis.
 Que o mesmo seja acolhido pela providência divina com muita luz.
 Sala das Sessões, 09 de novembro de 2011.
ANGELA ÁGUIDA PORTELLA
 Deputada Estadual

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
- PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA -
PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/11

A indicação do nome do Senhor **Raimundo Nonato Mota Filho**, para exercer o cargo de Presidente da Agência de Fomento do Estado de Roraima – AFERR, conforme Mensagem Governamental nº 013 de 09 de maio de 2011.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado o nome do Senhor **Raimundo Nonato Mota Filho** para ocupar o cargo de Presidente da Agência de Fomento do Estado de Roraima – AFERR, nos termos do art. 33, inciso XVIII, da Constituição do Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
 Palácio Antônio Martins, 24 de agosto de 2011.
Chicão da Silveira
 Presidente da Comissão

Célio Wanderley **Gabriel Picanço**
 Vice-Presidente Relator
Erci de Moraes **Sargento Damosiel**
 Membro Membro

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 023/11

“Aprova a indicação para ocupar o Cargo de Defensor Público-Geral”, nos termos do art. 269 e art. 271 do Regimento Interno o nome do Senhor **Dr. Stélio Denner de Souza Cruz**.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado o nome do **Dr. Stélio Denner de Souza Cruz** para ocupar o Cargo de Defensor Público-Geral, nos termos do art. 33, inciso XVIII, da Constituição do Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
 Palácio Antônio Martins, 29 de setembro de 2011.

Aurelina Medeiros
 Presidente

Chicão da Silveira Vice-Presidente	Erci de Moraes Relator
Célio Wanderley Membro	Flamarion Portela Membro
Jalser Renier Membro	Coronel Chagas Membro
Gabriel Picanço Membro	Remídio Monai Membro

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2050ª SESSÃO, EM 15 DE SETEMBRO.
41º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia quinze de setembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quinquagésima Sessão Ordinária do quadragésimo primeiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Memo nº 42/11, de 06/09/11, do Deputado Jalser Renier, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 06/09/11.

- Memo nº 42/11, de 08/09/11, do Deputado Jalser Renier, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 08/09/11.

- Ofício nº 028, de 14/09/11, do Deputado Flamarion Portela, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 13/09/11.

- Memo nº 012/11, de 14/09/11, do Deputado Ionilson Sampaio, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 14/09/11.

- Projeto de Lei s/nº, do Deputado Frank Padilha Lobato, dispondo sobre reserva de vagas para mulheres gestantes em estacionamentos mantidos pelas Instituições Públicas e Concessionárias de serviços públicos, bem como demais estacionamentos privados localizados no Estado de Roraima.

- Projeto de Decreto Legislativo s/nº, dos Deputados Chico Guerra e Mecias de Jesus, declarando de Utilidade Pública a Associação Evangélica Agapão – ASSEAG.

EXTERNOS:

- Ofício nº 192, de 31/08/11, do Juizado da Infância e da Juventude, encaminhando Relatório do Setor Interprofissional da Vara da Infância e da Juventude, e recomendações pertinentes do MM. Juiz Titular.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, não há nenhum Orador inscrito para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para Ordem do Dia com a discussão e votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda Constitucional nº 04/11, que dá nova redação ao Artigo 20-D e altera o parágrafo do Artigo 101-A da Constituição Estadual, e dá

outras providências, de autoria governamental. Discussão e votação, em turno único, do Veto parcial ao Projeto de Lei nº 028/11, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2012, e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo. Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 017/11, que fixa o subsídio dos procuradores do Estado, e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final possa emitir Parecer ao veto parcial ao Projeto de Lei nº 028/11.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Dou por reaberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quorum qualificado para votação da Ordem do Dia.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há 18 Deputados em Plenário, portanto, há quorum qualificado para a votação.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quorum para a votação, solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 004/11.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lida a Proposta de emenda à Constituição nº 004/11.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão a Proposta de Emenda à Constituição nº 004/11. Não havendo nenhum Deputado que deseje discuti-la, coloco-a em votação em segundo turno.

Comunico aos Senhores Deputados que nos termos do parágrafo 2º do artigo 60 da Constituição Federal, e do parágrafo 2º da Constituição do Estado, a Emenda será aprovada se obtiver 3/5 dos votos favoráveis dos membros desta Casa. Portanto, a Emenda necessita de 15 votos. Votando “sim”, os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria e, votando “não”, estarão rejeitando-a.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Justificativa de Voto – Senhor Presidente, voto sim à emenda, assim como os Deputados de oposição votaram sim, em uma demonstração de uma oposição com compromisso com a PROGE. A nossa convicção continua a mesma, defendemos a dedicação exclusiva. Esse era o ponto divergente que colocamos bem claro ontem e, mais uma vez afirmo que defendemos sim a redução da idade do Procurador Geral para 30 anos, 10 anos de carteira de OAB, em uma demonstração hoje, que sem o voto da oposição essa emenda não passaria. Quero deixar bem claro o nosso compromisso com a PROGE, mas, também me preocupa a seguinte questão, Senhor Presidente, e aí eu avalio como estratégia nossa e dos Procuradores nós não termos amarrado a questão salarial na Constituição, porque agora, com a crise financeira que o Estado está anunciando através do Secretário de Planejamento e da bancada de Situação governista, vai ser muito difícil nesta Casa os Procuradores buscarem o seu teto máximo, o qual eu defendo, diante dessa crise financeira que está se instalando. Nós estaremos garantindo o teto máximo e não vamos ter dinheiro, essa vai ser a alegação do Governo para não garantir o salário mínimo de muitos servidores que ganham hoje abaixo do salário mínimo no serviço estadual. Temos que ter compromisso com os Procuradores ao garantir um bom salário para esses trabalhadores, mas, também, temos que ter o compromisso de buscar na LOA salários dignos para os demais trabalhadores do Estado, principalmente para aqueles que ganham em média um salário, ou até mesmo menos. Então, já quero deixar essa preocupação junto ao novo líder do Governo, Deputado Célio Wanderley, para que possamos, realmente, buscar um salário digno para os Procuradores, e termos essa preocupação de garantir um salário decente para os demais servidores.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael pede Justificativa de Voto – Senhor Presidente, não sei se foi a Deputada Aurelina ou o Deputado Chicão que solicitou que quando houver esse tipo de situação, pois a votação é importante, seja solicitado o corte do ponto do Parlamentar, visto que já houve o tempo de tolerância para se aguardar o Deputado Gabriel, e acho que foi um tempo razoável.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Vai aparecer, por exemplo, na relação de votantes o nome dos Deputados que não estarão, e será descontada a falta do Deputado que não estiver.

Dou por aprovada, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 004/11, que “dá nova redação ao Artigo 20-D, altera o parágrafo do Artigo 101-A da Constituição Estadual, e dá outras providências”, por 16 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Mensagem de Veto parcial ao Projeto de Lei nº 028/11, que “dispõe

sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2012, e dá outras providências, de autoria do Executivo, bem como do Parecer da Comissão de Justiça e Redação Final.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, eu e o Deputado Dhiego chegamos aqui às 8:45, saímos cinco para as dez e só havia quatro Parlamentares registrados. Eu acho injusto desconsiderar o Deputado Dhiego, a não ser se mudarmos o Regimento Interno, porque quando forem ler a Ata na terça-feira, vai está às nove horas do dia tal, abriu a sessão. Então, ou vamos mudar o Regimento Interno, ou vamos chegar no horário. Era só isso. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Fica registrado a consideração de Vossa Excelência.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lido o Relatório da Comissão Especial Externa.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão a matéria. Não havendo nenhum Deputado que queira discutí-la, passamos para votação. A votação será eletrônica e secreta. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam o veto parcial, e votando “não” os Senhores Deputados rejeitam-no.

Solicito ao Técnico que faça abertura do painel para darmos início a votação secreta e eletrônica.

Dou por rejeitado o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 028/11, por 17 votos contrários, nenhum a favor e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Moção de Apoio à Proposta de Emenda a Constituição, à PEC 300 nº 021/11, em tramitação no Congresso.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lida a Moção de Apoio nº 021/11.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Quero parabenizar o Coronel Chagas pela iniciativa dessa Moção de Apoio à PEC 300, mas, também, quero manifestar a minha preocupação, até por estar acompanhando de perto, pois já estive várias vezes em Brasília, em outros Estados, tentando sensibilizar o Governo Federal, mobilizando a categoria para que seja votada a PEC 300 em segundo turno.

Recentemente, tivemos uma reunião com o Deputado Marcos Maia. Eu participei dessa reunião na Câmara dos Deputados e ele foi bem categórico, Deputado Chagas, ao dizer que a vontade do Governo é arquivar a PEC, e pela primeira vez vi PT, PSDB, principalmente os governadores dos nossos Estados, incluindo o de Roraima também, num só coro no sentido de arquivar a PEC 300. Isso é uma injustiça muito grande para com esses policiais e bombeiros. Nos reunimos de novo em Brasília com a Confederação Nacional dos Policiais Civis de todo Brasil, com o Presidente Glander, representante da Federação dos Militares Estaduais que representam os Oficiais e com o representante da ANASPRA, definimos uma Comissão de 12 membros e estamos organizando um movimento nacional, um movimento paredista caso não seja votada a PEC. As forças de seguranças do Norte a Sul do Brasil vão parar, porque dinheiro o Governo Federal tem. Recentemente, o Governo Federal abriu mão de 25 milhões só de IPI, o que é 47 milhões para criarmos o piso salarial? Os governadores têm demonstrado maior compromisso com a Segurança Pública, já têm pago o piso salarial, a exemplo do Governador de Sergipe, Marcelo Déda, pois lá nenhum policial ganha menos de R\$ 3.500, bem com o de Goiás. Infelizmente alguns governadores não têm esse compromisso, e, está incluindo nesse hall o Governador de Roraima que não tem demonstrado nenhum sentimento de valorização para com os policiais e bombeiros. Dessa forma, pela segunda vez os policiais e bombeiros de Roraima vão fazer o movimento paradiasta aderido em quase todo o Brasil. Então quero parabenizar e votar “Sim” a favor a Moção de Apoio à PEC 300 do Deputado Chagas.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael - Senhor Presidente, quero me direcionar aos Deputados policiais e dizer ao Deputado Sampaio que discordo de Vossa Excelência. Nós estivemos na terça-feira inaugurando a Reforma e a ampliação do terminal da Rodoviária de Boa Vista, e o Governador em várias oportunidades se manifestou sim favorável a esse Projeto. Lá havia um movimento dos policiais do antigo território que vai se manifestar não só com a Bancada roraimense em Brasília, mas sim com a de outros Estados. Se Vossa Excelência acha que o Governador não está se preocupando, pode ter certeza que ele é a favor dessa categoria e que a PM de Roraima tem uma valorização a nível nacional, pois tem fama de caxias, é a mais respeitada de todo o país. Portanto, quero dizer que nesse ponto Vossa Excelência está equivocada, o Governo e esses Parlamentares são favoráveis ao piso salarial de todos os policiais militares e bombeiros desse Estado.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, nós

apresentamos essa Moção de Apoio a PEC pelo fato de que há informações de movimentação para arquivá-la. A PEC tem por objetivo estabelecer um piso mínimo de remuneração à policiais militares e bombeiros em nosso País. Há Estados em que um policial militar tem salário inicial de mais de 4 mil reais, próximo de 5000 mil reais, enquanto em outros Estados há policial com o piso de 900 reais, a exemplo de policiais tanto do Rio Grande do Sul, como de Roraima. Enfim, todos fazem o mesmo trabalho e têm que ter um piso, bem como os professores e outras categorias. Essa nossa Moção é no sentido de que a Assembleia se manifeste e a encaminhe, sendo aprovada, ao Congresso Nacional, ao Senado, a Câmara dos Deputados, dizendo que a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima é favorável e apoia a votação da PEC 300. Com isso, estaremos fazendo justiça a esses profissionais que estão sempre de pé e prontos para fazer a segurança do cidadão brasileiro, do cidadão roraimense. Por isso é que pedimos o apoio à essa Moção.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutí-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem permaneçam como estão.

Aprovada a Moção de Apoio a PEC 300.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 021/2011, que concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Centro de Tradições Gaúchas.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 021/2011.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, por deferência do autor principal do projeto, Deputado Chagas, nós queremos fazer um apelo aos nossos Pares para que votem favoravelmente ao Projeto, uma vez que a colônia gaúcha de Roraima, além de expressiva numericamente, tem contribuído durante todo o seu período de existência para o desenvolvimento deste Estado. Aqui chegaram vários gaúchos e hoje existe uma colônia que ocupa espaço, a prova disso é que consegue ter até representantes neste Poder e, a contribuição de muitos deles é indiscutível. Acho que todos os imigrantes que vêm com esse espírito para o Estado de Roraima, sejam eles gaúchos, maranhenses, paraenses, cearenses, enfim, nós devemos, enquanto Parlamentares, reconhecer a contribuição desses a este Estado. Então, esse Projeto tem a autoria principal do Coronel Chagas, nossa e de gaúchos que nós lá no Rio Grande do Sul chamamos de gaúchos a pé, porque saíram do Rio Grande, e um chegou a Santa Catarina e outro ao Paraná, mas são gaúchos sim. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Com a palavra a Senhora Deputada Ângela A. Portela.

A Senhora Deputada Ângela A. Portela – Senhor Presidente, nobres colegas, também estamos pedindo o voto favorável à essa proposição, tendo em vista que nosso País é de uma riqueza cultural muito grande e como já disse o Deputado Erci, todo sulista do Brasil acaba sendo denominado gaúcho e para muito orgulho nosso, paranaenses e catarinenses. Que realmente essa colônia, esses imigrantes, tenham vindo para Roraima para contribuir não só com a nossa riqueza cultural, mas, também, com o desenvolvimento, com o trabalho, educando seus filhos, não medindo esforços com sua força de trabalho real, investindo neste Estado seus sonhos, não só seu trabalho. Então, essa matéria é relevante e, por isso, fortalecemos o pedido para que ela seja aprovada. Obrigada.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Com a palavra o Senhor Deputado Remídio Monai.

O Senhor Deputado Remídio Monai – Senhor Presidente, gostaria de me solidarizar com os amigos e dizer que o CTG é uma entidade que tem uma folha de serviço prestado à Roraima, e que lá recebe de braços abertos todos os roraimenses. Até o padrão anterior do Centro de Tradições Gaúchas é cearense. Portanto, são uns gaúchos que conseguem congrega não só com os catarinenses e paranaenses, mas com todos os brasileiros, e me orgulho de participar também dessa entidade e de ser um parceiro e, quero hoje, aqui, homenageá-los com muito prazer.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Com a palavra o Senhor Deputado Gabriel Picanço para discutir a matéria.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, quero ser solidário com os nobres Deputados que são do Sul do País, que vieram para cá com o intuito de crescer e desenvolver suas atividades. Os gaúchos são tão bons, como falou o Deputado Remídio, que fizeram até de um cearense padrão do CTG, e isso para Roraima é um orgulho. O Dr. Leocádio é meu amigo particular e uma vez eu perguntei a ele como é que fazia para um cearense ser padrão do CTG. Por isso, quero dizer a Vossas Excelências que meu voto vai ser sim para a aprovação desta comenda.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – com a palavra o Senhor

Deputado Rosinaldo Adolfo.

O Senhor Deputado Rosinaldo Adolfo – Quero dizer que o CTG tem contribuído muito com a cultura do sul do País ao integrar essa cultura a nossa cultura regional.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Com a palavra o Senhor Deputado Coronel Chagas.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, caros colegas Parlamentares, é indiscutível a contribuição que o povo gaúcho deu e vem dando para o crescimento e o desenvolvimento do Estado de Roraima. Nós sabemos que ao longo dos últimos quarenta anos houve uma migração muito forte do povo sulista, não só do Rio Grande do Sul, mas de Santa Catarina, do Paraná para essas plagas, com investimentos na área do comércio, da pecuária, da agricultura, contribuindo, dessa forma, para a geração de emprego e renda em nosso Estado. E, esses gaúchos aqui chegando, e não foi diferente de outros Estados, foram se integrando a essa comunidade e fundaram em 1981 o Centro de Tradições Gaúchas Nova Querência, que abriu as portas para toda a sociedade, para os roraimenses e para os que vieram de outros Estados, especialmente, os do nordeste. Inicialmente, o CTG contribuiu de forma significativa para a cultura do nosso Estado, é uma entidade que já foi declarada de utilidade pública no âmbito do Município de Boa Vista, ainda em 1996, e foi declarado de utilidade pública por Lei aqui desta Assembleia legislativa no ano de 1992. Então, é uma entidade multicultural, como foi citado anteriormente, que está aberta a toda a sociedade, não é uma entidade fechada. Nós tivemos lá um patrão, como chamam o Presidente, um cearense, Dr. Leocádio, que fez uma grande gestão e contribuiu ainda mais para integrar todos os povos, todas as camadas sociais que estão ali, que são sócios dessa entidade. Então, nós apresentamos juntamente com a Deputada Ângela, Deputado Erci, Deputado Remídio, essa proposição para conceder a Comenda Orgulho de Roraima ao Centro de Tradições Gaúchas Nova Querência nesta data, porque nós estamos agora com eventos sociais e esportivos sendo realizados no CTG por conta das comemorações da semana Farroupilha, pois o dia 20 de setembro é a data em que se comemora o dia do gaúcho, data que faz alusão à Guerra dos Farrapos, quando o Rio Grande do Sul fez o levante contra o império em razão das altas taxas cobradas sobre os produtos daquela região, e nada é mais correto do que a Assembleia fazer essa homenagem no momento em que essa entidade está em festa, em comemorações, e lá todos sabem que é o lugar para onde vão milhares de pessoas durante essa semana. As comemorações começaram dia treze e se estendem até o dia vinte. E, a nossa proposição é que dia vinte, ou seja, na terça-feira, possamos, durante a Sessão transformar a Sessão Plenária em Sessão Especial para que façamos a entrega dessa comenda ao CTG.

O Senhor Presidente (Chico Guerra)- Não havendo mais nenhum dos Senhores Deputados que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. Votando “sim”, os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria e, votando “não”, estarão rejeitando-a.

Solicito que o responsável técnico faça a abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 021/2011, por unanimidade dos Senhores Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 017/2011, que fixa o subsídio dos Procuradores do Estado, e da outras providências, de autoria do Poder Executivo. Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Finanças possa emitir Parecer.

Suspensa a Sessão.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra)-Informo aos Senhores Deputados que o Projeto de Lei Complementar nº 017/2011, foi transferido para a próxima Sessão. Solicito aos Senhores Deputados da Comissão que na próxima Sessão, terça-feira, cheguem um pouco mais cedo para que a Comissão possa se reunir oito e meia da manhã.

Passamos às Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Gostaria de usar o Expediente de Explicações Pessoais para declarar o nosso apoio a greve dos trabalhadores do correio. Eles entraram em greve hoje, em todo o Brasil, inclusive em Roraima, e quero apoiá-los em suas reivindicações por aumento de salário e melhores condições de trabalho.

Reconhecemos a importância desses trabalhadores para o nosso Estado. Então, eu quero declarar o nosso apoio aos trabalhadores do correio.

Eu quero, também, fazer uma solicitação ao Governo do Estado, ao Comando da Polícia Militar no dia de hoje, pois aprovamos um Requerimento nesta Casa pedindo explicação da SEFAZ, que respondeu esse Requerimento dizendo que o pagamento dos Policiais

e Bombeiros não está acontecendo em virtude do Comando da Polícia Militar não fazer o processo há tempo, e não autorizar o pagamento das diárias. Então, eu quero repudiar esse ato, por parte do Comando da Corporação que não vem pagando as diárias aos policiais.

Hoje, quando acordei, às sete e meia da manhã, havia um policial na minha casa pedindo cento e cinquenta reais emprestado para viajar para o interior, porque vai passar quinze dias lá e não recebeu a diária de maneira antecipada, senão será preso. Então, nós queremos que o Comando da Polícia Militar cumpra a Lei e pague de maneira antecipada as diárias desses companheiros que estão indo para os quatro cantos do Estado, por conta própria e, além do mais, ao voltarem demora até sessenta ou noventa dias para receberem suas diárias. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado(Chico Guerra)- E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para próxima terça -feira, dia vinte, às nove horas.

Estiveram presentes os seguintes Deputados: Ângela A. Portela, Aureliana Medeiros, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsler Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio.
 Aprovada Ata Sucinta em: 20/09/2011

**ATA DA 2051ª SESSÃO, EM 20 DE SETEMBRO.
 42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte de setembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsler Renier**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsler Renier**) – procede a chamada.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu quero comentar o projeto que demos entrada nesta Casa, também, a respeito da matéria veiculada no Jornal Folha de Boa Vista a respeito da violência dentro das escolas. Temos um projeto nesta Casa que propõe a instalação de câmeras nas dependências das escolas para monitorar o movimento nas dependências das escolas, para possibilitar aos gestores tomarem as providências, para evitar que aconteça que só os próprios alunos gravem nos celulares, para então trazer o assunto ao conhecimento da população.

Peço apoio aos Senhores a respeito de outro projeto de minha autoria, que visa a criação do Selo de Produtos Artesanais do Estado de Roraima. Hoje, os produtores rurais, principalmente, os de queijo, leite e doces, têm dificuldades em comercializarem seus produtos, por não terem o Selo da ANVISA, nos grandes comércios, consequentemente não conseguem montar um laticínio, uma vez que, para se instalar um laticínio no Estado, requer altos custos. Então, que seja votado em caráter especial para atender os produtores do Estado, que são poucos os bravos que insistem na atividade da produção do queijo, leite, doces e beneficiamento de seus produtos. Convido meus Pares para votar no prazo mais curto possível, tanto na instalação do recurso auxiliar no combate à violência nas escolas, como a confecção do Selo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Ao cumprimentar Vossa Excelência, declaro a minha satisfação em poder

aparteá-lo para lembrar que, aqui, de forma complementar a esse importante projeto de Vossa Excelência, existe um outro projeto tramitando nesta Casa que trata também do combate à violência entre jovens, especialmente, em ambiente escolar. Projeto de combate ao bullying que já foi amplamente debatido aqui e pela sociedade. Nós estamos levando esse projeto adiante, a Casa e a sociedade vêm acompanhando por meio da imprensa o nosso trabalho, estamos discutindo, temos proposta de criação de um programa estadual de combate ao bullying nas escolas, estão aí duas matérias do Jornal Folha de Boa Vista que demonstram a importância da aprovação do projeto por esta Casa. Na verdade, a gente tem chamado a atenção do Governo para o fato, da Secretaria de Educação para esses problemas que são permanentes e recorrentes nas escolas do Estado e até hoje não houve uma resposta nem um gesto do Governo em encampar esse projeto como um projeto da Secretaria de Educação do Estado. Precisamos dessa medida, o que surge na imprensa é só uma pequena parte do que acontece no dia a dia. A agressão física talvez seja muito menos grave do que a violência psicológica e a humilhação que muitos alunos passam cotidianamente, e preciso fazer alguma coisa em defesa desses alunos. Quero chamar também a atenção para a responsabilidade dos pais, sabe-se que o pai, a família precisam acompanhar a vida escolar dessas crianças, os pais precisam estar mais presentes na vida dos filhos e jovens de forma a evitar esse tipo de comportamento. Cumprimento Vossa Excelência, e apoio o projeto que apresentou na Casa, peço também que a Casa e o Governo tratem com a maior urgência possível o projeto de lei que traz o programa de combate ao bullying nas escolas do nosso Estado tanto para as escolas estaduais como particulares.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** continua – O meu projeto visa justamente monitorar o ambiente escolar, de modo que um recurso auxilie outro. Bullying é uma prática antiga, quando os professores colocavam o agressor de castigo, ajoelhava em cima de pedras. Hoje, o professor é até espancado, muitas vezes não pode sequer reprovar o aluno, porque como é um país da governabilidade, o estudo também é de faz de conta, infelizmente é assim.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Gostaria de parabenizá-lo pelo seu projeto, embora o considere interessante, mas na verdade, não resolveremos os problemas de violência nas escolas apenas com uma medida, isso requer uma atenção especial. Chamo a atenção para a questão dos jovens e adolescentes, que têm muita energia para gastar, precisam se manter ocupados, caso contrário, vão extravasar suas energias em outras coisas, se não for direcionada em ação sábia será extravasada de forma inadequada como certos tipos de brincadeiras, lutas dentro do ambiente escolar. Observa-se que, há alguns anos o Governo não vem realizando jogos escolares, não existe prática esportiva, o Estádio Flamarion Vasconcelos está abandonado, os parques aquáticos não funcionam, todas as áreas de lazer e esporte do Estado hoje encontram-se abandonados, deteriorados e desativados. O Estado não tem um projeto esportivo para trabalhar principalmente no ambiente escolar. Esses jovens precisa, extravasar essas energias de alguma forma, se o Estado não disponibilizar ao jovem, os jogos escolares, não trazer para dentro das escolas entretenimento, luta marcial. Então mesmo que houvesse práticas saudáveis não quer dizer que iria acabar definitivamente a violência, mas diminuiria. O seu projeto é interessante, necessário assim como é o projeto do Deputado **Rodrigo Jucá**. Mas, o fato é que precisamos de um conjunto de medidas para reduzir a violência hoje tão comum nas escolas. Durante o recesso, no mês de julho, visitei algumas escolas do centro da capital, também uma da periferia, cujo nome não vou citar, até para não expor a direção da escola. Quando cheguei a esta escola, poucos minutos antes havia acontecido uma agressão por arma branca dentro do colégio. Foram poucas as escolas, onde não encontrei um histórico de violência. Isso indica que o Governo faça a sua parte, nós também trazendo projeto, como Vossa Excelência, o Deputado Rodrigo, na tentativa de, realmente, diminuir a violência que acontece dentro da escola, imaginem fora dos portões das escolas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Naldo, parabeno Vossa Excelência pela iniciativa. Faço um apelo ao Governo do Estado para que haja com mais rigor na parte da internalização das escolas, o aluno, estando dentro das escolas, está aos cuidados do Estado, porque não são só os alunos que sofrem, os professores também sofrem. Acontecem casos nas escolas da periferia, também no interior onde alunos sofrem pela falta de respeito dentro da sala de aula, isso na nossa época não acontecia. Eu acredito que está faltando ao Estado rever competências, chamar para si a responsabilidade para gerenciar esses problemas, podem parecer pequenos hoje, mas amanhã podem acontecer

problemas sérios para o Estado por falta de providências para evitar que se propaguem dentro da sociedade. Sabemos que existem os direitos humanos, a vigilância das pessoas que não querem o bem, nós que queremos a proteção, a segurança e o bem, temos que fazer valer os nossos direitos, prerrogativas e impedir nem que seja através da Polícia Militar, para que auxilie em algumas escolas vítimas de repetidas agressões, incentivar e orientar os jovens a não praticar o mal. É dever do Estado disponibilizar tais medidas, também dever nosso. Obrigado, conte conosco, estamos prontos para dar sustentação ao seu projeto.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Quero parabenizar Vossa Excelência por apresentar esse projeto que me faz recordar, quando ainda prefeito de Iracema em 1997, 98, me deparei com esse tipo de problema. Na época, criamos lá a bolsa esporte, visando premiar o aluno da escola pública que praticasse algum tipo de esporte, com 40,00 reais. Uma oportunidade para quem estudava pela manhã praticava esporte à tarde, e vice-versa. Mas envolva a família, que tinha que participar de todo um trabalho, tinha que ir ao médico de 3 em 3 meses, dentista, participar de algum tipo de atividade cultural no município. O resultado foi favorável, conseguimos com isso revertermos todo o processo. O problema da energia dos jovens é natural, na nossa época a gente também brigava, o problema é a proporção que está tomando, e os meios utilizados na prática das agressões requerem medidas urgentes. O caso do seu projeto bullying, para que a gente possa agilizá-lo para evitar o problema da violência nas escolas, não é só nas escolas públicas, como nas particulares, também no interior do Estado, de onde vêm poucas informações para a mídia da capital, enquanto aqui a divulgação é quase instantânea. É evidente que os fatos afloram para a opinião pública.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** continua – Considero esse projeto não só meu, mas de todos nós para que possamos juntar forças, ideias, tornando, dessa forma, um projeto o mais abrangente possível para melhorar as condições de convívio nas escolas do nosso Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Acompanhei o seu pronunciamento, e quero me ater à primeira parte que diz respeito à minha preocupação frente à violência na faixa jovem. Queria dar uma contribuição bem singela, esse assunto da violência na juventude nas escolas é preciso retomar providências através de uma conscientização forte em cima dos pais. Se observa certa liberalidade no modernismo, no convívio com a velocidade com que os acontecimentos se sucedem. Isso parece favorecer os jovens a fazer, praticamente tudo o que querem praticamente, parece que os pais acham que, em virtude desse mundo cheio de concorrência permanente em todos os ramos de atividades, deixam a criação e a educação dos filhos para o segundo plano, fase secundária, de certo modo, dão a entender, que essa responsabilidade é da escola. Mas retrocedendo um pouco no tempo, o que resolvia muito bem esse problema nas escolas era uma coisa prática muito simples através do antigo Círculo de Pais e Mestres, havia organização dentro das escolas, havia entendimento harmonioso entre pais e professores, administravam perfeitamente bem isso. Hoje, não se ouve mais falar, que em alguma escola se adota o Círculo de Pais e Mestres, grupo organizado. Se quisermos inovar, segundo acho, é um subsídio importante, como ponto de partida. Essa é minha contribuição em forma de sugestão.

Com relação à segunda parte do seu Pronunciamento, no que diz respeito ao selo, eu concordo, o seu Projeto é ótimo, mas é preciso que haja mecanismo que proporcione aos produtores artesanais meios para que eles possam se regularizar com relação à Saúde Pública, por exemplo, eles vão ter dificuldade de iniciar, isso é absolutamente passível de acontecer para conseguir produzir um produto com o aval da saúde e da higiene. Mas, apesar disso, eu concordo e dou a maior força para levar à frente esse projeto, como forma de maior inclusão do produtor dentro desse aspecto da micro empresa para garantia do produto, que certamente agrega valor à mercadoria. Porém com a ressalva de que é preciso conter no seu próprio Projeto algum mecanismo que chame atenção para isso esse aspecto. Então, é a contribuição modesta que eu queria dar a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** - Obrigado, Deputado Erci, é justamente como estamos apresentando esse projeto. Pedimos apoio dos colegas, conto com o seu apoio e seu conhecimento na área para aprovar esse projeto.

Então, que o Governo, através da Secretaria de agricultura, dê esse apoio para que os produtores tenham a facilidade de conseguir esse selo, para comercializar seus produtos dentro do Estado. Muitos produtores de leite estão vendendo suas vacas, estão se desestimulando da criação de vacas de leite pela ausência de indústria de laticínio para comprar o leite.

Para comprar queijo de coalho de alguns produtores, aqui, eles têm que esconder num freezer, no quintal, porque a vigilância sanitária vai lá e apreende, é uma cultura brasileira, uma cultura nossa. Em

qualquer estado da federação, a gente consegue comprar o queijo de coalho, queijo de manteiga. Esse produto é tradicional. Então peço apoio de vocês, para favorecer o produtor, dar melhor condição às pessoas, na sua atividade com a aprovação deste projeto.

Parabenizo todos os gaúchos pela Semana Farroupilha que estão comemorando essa tradição, é um orgulho para o Brasil. Cultura que outros Estados também têm, mas ainda não se organizaram para divulgar para o Brasil. O Rio Grande do Sul com certeza abriga muita gente, por ser um povo acolhedor. Estamos precisando de união e participação para vencer os desafios. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Eu queria agradecer a presença de toda a patronagem, integrantes do Centro de Tradições Gaúchas Nova Querência seu Patrão Ino Domingos Araldi e da sua Patroa Iracema Araldi, e membros: Osmar Hentges, também, foi patrono do CTG, Jaques Sonntag, Helena Labour, Carlos Lana, Nilton Piovezan, Sadir Sabini, Rosicleide Vasconcelos, Danilo Tribino, também, a presença da primeira Prenda do CTG, Thaís Ferreira. Sentimo-nos honrados com a presença do 1º Peão Nacional do Movimento Tradicionalista Gaúcho, Senhor Marcelo Hentges. Bem-vindos em nome do Senhor Antônio Renato Lourensi, mais conhecido como Gauchi, junção da palavra Gaúcho como macuxi. E, em nome de Egídio de Moura Faitão e do Senhor Eroques que são expoentes da tradição gaúcha aqui em Roraima, sejam bem-vindos a esta Casa na data comemorativa ao Dia do Gaúcho, quando a Assembleia Legislativa presta homenagem ao CTG e ao Movimento Tradicionalista.

Com a palavra o Senhor Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores aqui presentes, imprensa, aos demais presentes na galeria, em especial a comunidade gaúcha pela semana de comemoração. Sabemos que o Estado de Roraima é heterogêneo na sua composição. Reconhecemos a importância da comunidade gaúcha, lembrando a pergunta que fiz a um professor ainda no 2º Grau, sobre o Brasil não deu certo com a colonização portuguesa, enquanto nos Estados Unidos deu certo com a colonização inglesa? E a resposta foi que houve diferença entre a comunidade portuguesa que veio para o Brasil explorar as riquezas, já a comunidade inglesa foi para os Estados Unidos para se fixar, construíram sua sede, suas riquezas. Então sua cultura e não é diferente da comunidade gaúcha, que aonde ela vai é para melhorar aquela região, trazer investimentos. Em Roraima não foi diferente. Parabéns à comunidade Gaúcha, que continue nos ajudando a ter um Estado melhor, mais forte.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, mais uma vez manifesto a preocupação com a forma que política salarial é praticada pelo Governo do Estado que não tem um passado muito bom na condução da política salarial dos servidores. O ano de 2008, no Estado de Roraima foi de greve e o grande culpado foi a política praticada por parte do Executivo que tratou de maneira diferenciada as categorias de servidores. Há exemplo de servidor que recebeu 64% de reajuste, 35%, 42% e outros que não receberam sequer um centavo. E aí houve greve na saúde, na educação, até a Polícia Militar que, aos moldes da Constituição, não pode fazer greve, mas fez um movimento paralista em protesto ao tratamento dado pelo Governo do Estado. E, aí, quero, mais uma vez registrar o meu posicionamento. Nesta Casa, sempre defendi e vou continuar defendendo os servidores públicos. Agora, a forma desse procedimento é o grande equívoco. E o Governo do Estado continua praticando de maneira equivocada esse reajuste salarial. Está tramitando nesta Casa um Projeto de Lei que concede reajuste aos Procuradores do Estado, Vossa Excelência pode continuar imaginando que tenho algo contra os Procuradores, pelo contrário. Eu defendo um bom salário para os Procuradores do Estado, defendo um bom salário para os Defensores do Estado, defendo que garantamos um teto máximo para esses profissionais, cujo serviço é relevante no Estado. Agora, não podemos concordar é que aproveemos nesta Casa o teto máximo para algumas categorias de servidor e não garantamos nem o mínimo para outras categorias. Vejo na proposta de reajuste salarial dos Procuradores, chegando ao teto máximo em 2014. Isso consta no texto da lei que eles terão aumento em 2012, 2013 e 2014 como foi concedido aos Defensores Públicos. Votei e vou votar também para os Procuradores. E não quero entrar no mérito se é legal, se irá comprometer orçamentos futuros ou não. O próprio Parecer da Assessoria Jurídica da Casa recomendou que estávamos comprometendo orçamentos futuros entrando em contradição com o princípio do orçamento público. A nota técnica da Secretaria de Planejamento também foi nesse sentido, alegou que precisaríamos ter garantido na LDO, no PPA e na LOA, essa diferença de quase quatro milhões no orçamento da PROGE.

A minha preocupação é se nós iremos dar o mesmo tratamento

aos funcionários da saúde, nem que seja para 2014, porque o Governo já está desde já discutindo uma política salarial para os servidores, está demonstrando isso para com os Defensores e Procuradores, O ministério Público está vindo também, os Delegados, também. Já está em minhas mãos um esboço de projeto dos oficiais da Polícia Militar criando gratificações no decorrer do tempo. Agora, em relação aos praças da Polícia Militar, para os agentes penitenciários, agentes da Polícia Civil, trabalhadores da saúde que estão no Hospital Geral e no interior do Estado, muitos ganham menos de um salário mínimo, pois, eu tenho vários contracheques, e é preciso se adicionar uma parcela para chegar a um salário mínimo. Eu quero saber da base do Governo: qual é a política salarial do Governo do Estado para com os servidores? É a mesma dada aos nobres guerreiros Procuradores e Defensores? É o mesmo que está sendo discutido para os cargos de confiança da Polícia Militar? É o mesmo que está sendo discutido para os Delegados da Polícia Civil que estão chegando ao topo da carreira em oito anos, eles têm quatro níveis de carreira e, a cada dois anos, vão ter uma progressão. Então, em oito anos todos os delegados estarão no topo máximo de sua carreira. Senhores Deputados, isso é preocupante, o voto dos senhores, hoje, assim como o meu, nos compromete moralmente, politicamente em tratar no mesmo pé de igualdade os demais servidores. Ontem, me reuni com vários sindicatos, e quarta-feira nos reuniremos de novo, estaremos trazendo para cá um consultor do Senado para dar uma palestra sobre Orçamento Público para esses servidores, pois os sindicatos querem discutir a LOA desta Casa, o PPA tudo com conhecimento do que estão fazendo. Estamos capacitando nosso servidor, o nosso sindicalista para isso. E aí, nesse momento, eles terão uma carta na manga que foi o nosso voto de uma política de reajuste salarial até 2014, de iniciativa do Executivo, nós não podemos privilegiar uns e outros não. Já se diz por aí que existe o primo rico e o primo pobre dentro do Governo do Estado. No tribunal de Justiça, um técnico administrativo ganha três mil reais, um técnico administrativo do Poder Executivo ganha um mil e quinhentos. Agora, nós vamos criar o primo rico e o primo pobre dentro do próprio executivo, às vezes, até na mesma secretaria. Então, é uma preocupação que nós queremos discutir. Quero me dirigir aos nobres procuradores e dizer-lhes que voto favorável, acho que é por aí mesmo, quero parabenizá-los pela articulação da associação dos procuradores, é o caminho, os trabalhadores têm que se organizar. Quero registrar este momento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, obrigado Deputado Sampaio, eu queria abraçar toda a família do CTG que muito, muito mesmo tem contribuído não só com o desenvolvimento do Estado, mas também com nosso crescimento cultural.

Dou destaque à iniciativa de Vossa Excelência ao levantar esse debate, abrir discussão sobre reajuste salarial dos nossos servidores. A gente recebe muitas e muitas pessoas mostrando seus contracheques, provam que estão ganhando na realidade menos de um salário mínimo. Constitucionalmente não se pode perceber um valor menor do que o salário mínimo nacional, o governo do Estado então complementa. Mas, essa pessoa, com certeza, sonha em, amanhã, ter uma aposentadoria, mas como fica a condição dela, o fato de receber somente um salário mínimo, haja vista que na atividade, no exercício da sua função, ela está percebendo menos que isso. Então, trago sempre aqui alguns números, o Governo do Estado tem uma margem muito importante no que concerne ao gasto com pessoal com respeito à sua receita corrente líquida, o Estado estava gastando algo em torno de 33% da sua receita com pessoal, deu um reajuste de 4,5% para o conjunto dos servidores, neste exercício, aprovado por esta Casa, consequentemente, hoje o Estado gasta entre 48 a 49% da sua receita corrente líquida mais precisamente 48% com pessoal. Quando, de acordo com a Lei 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, ele pode gastar até 49% da sua receita corrente líquida com pessoal, há uma margem, aí, de 11%, uma liberdade para o Executivo manusear com reajuste dos servidores de 11%. Tanto é que recentemente foi dado, como Vossa Excelência frisou, um reajuste substancial para a Defensoria, merecem, são pessoas que prestam serviços à sociedade, principalmente àqueles mais carentes. Da mesma forma, vamos aprovar hoje a mesma condição salarial, até atingir o teto de 90 a 90,25%, teto máximo estabelecido na nossa Constituição, que é o salário de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, para que os nossos Procuradores também recebam, são pessoas que defendem o Estado, enfim prestam serviço notório para a sociedade roraimense. Entretanto, se o Governador está encaminhando para cá é porque, matematicamente falando, tem essa liberdade. Agora, é importante que, também, nesse mesmo caminho, haja debates, um debate quando vier o novo PPA, um debate quando formos aprovar a nova Lei Orçamentária,

para avaliar a intenção do Governo em atender também as demais categorias que também têm suas despesas, pagam suas contas de luz, água, telefone, mantêm suas famílias. É preciso, pois, também, repor pelo menos o índice inflacionário que já chega, aí, a 6,5%. Portanto, enalteço a iniciativa de Vossa Excelência, o debate é importante, que a Assembleia mantenha suas portas abertas para ouvir as categorias organizadas de forma respeitosa, num debate franco, aberto, que possa realmente elevar cada vez mais o trabalho desta Casa, defendendo todo segmento, interesses do conjunto da sociedade roraimense. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Deputado Flamarion pela contribuição. Concedo um aparte à Deputada Aurelina com muito Prazer.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Obrigada, Deputado, também me congratulo com Vossa Excelência pelo seu discurso. Em defesa do melhor salário. Acho que todos os Parlamentares são favoráveis que as pessoas tivessem seu salário cada vez melhor. Faço um adendo com relação à Lei da Defensoria Pública. O Inciso 11 do Art. 37 da Constituição Federal assegura, desde que ela foi criada, 90% dos salários dos Ministros do Supremo Tribunal Federal aos defensores e procuradores, um salário que fica em torno de 26 mil reais, logicamente, eles teriam que ter de 23 a 24 mil reais de salário. O que fez a nossa PEC foi ajustar pelo princípio da simetria da Constituição do Estado à Constituição Federal, assegurando a eles um direito que já é Lei, já é previsto na Constituição. E a Lei Complementar, o Estado está limitando esse teto pela Lei, ele deu a eles o direito, mas o Estado está dizendo que não pode pagar isso. Então, o Estado está escalonando no primeiro ano: em 2012, 13 mil reais; em 2013, 15 mil reais; e em 2014, 17 mil reais. Já há previsão de aumento dos recursos do judiciário, portanto essas pessoas no próximo ano passam a ganhar até 32 mil reais e os nossos procuradores, mesmo tendo noventa por cento de direito, vão ganhar no próximo ano quinze mil reais. Então, na verdade, a gente deu a eles o direito previsto na Constituição, mas a Lei Complementar está reduzindo esse direito, diz que eles têm direito, mas o Estado só pode pagar isso. Então, são coisas de um Estado que recebe o FPE, mesmo assim não tem condições de repassar o duodécimo dos poderes porque o valor é muito pequeno, mesmo complementando com o ICMS. Então, o grande problema é que a gente ainda vê o Estado de Roraima com os maiores salários para os professores no Brasil, mas também muitos salários baixos para outros servidores. Agora, é boa a discussão em cima da Lei Orçamentária, pois nós vamos descobrir que no orçamento previsto para o Estado, quando se retira o pagamento de pessoal, os poderes, as obrigações, os empréstimos. No ano passado, nos deparamos com uma sobra de 3% para investimento. Então, é bom que a LOA seja discutida, que todos tenham conhecimento, pra ver o exercício que a gente faz aqui, tentando tirar de um poder que já tem 25% pra saúde, 12% pra educação, 5% para segurança, dívida do Estado, recurso de pessoal, aí, a gente vai se sentir impotente quando pegar a Lei Orçamentária do Estado e pensar de onde vai retirar esses recursos. É oportuna a sua iniciativa para discutir, esmiuçar, conhecer, dar conhecimento às lideranças sindicais sobre a real condição financeira do Estado de Roraima. Obrigada, Deputado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Obrigado, Deputada Aurelina, é muito importante sua contribuição. Tenho conhecimento que os procuradores têm esse direito garantido na Constituição, defendo isso. Tenho conhecimento que o Estado depende de, pelo menos, 80% da arrecadação da receita federal. O mundo está entrando em uma crise financeira, e o Brasil também é vítima, por tabela, Roraima e outros Estados serão vítimas dessa crise financeira. Mas, a mesma Constituição que garante 90,25% para os procuradores garante um salário mínimo para os demais servidores, também essa mesma Constituição garante a revisão e a reposição salarial de muitas categorias que acumulam perda salarial em torno de 40, 50%. A questão é que o Governo do Estado, o Executivo, é o dono do cofre, é quem tem a chave, e está dizendo que não tem recurso em virtude da crise mundial, que Roraima está passando por dificuldades, mas, este mesmo Governo do estado está encaminhando para esta Casa Projeto de Lei já garantido em Lei, que se dane a crise, mas já está na Lei, os procuradores vão ter direito. A minha interrogação é sobre qual a real preocupação do Estado? Se é para garantir que seja cumprida a Constituição para alguns servidores, então, vamos tratar de maneira igual todos os servidores. Me parece que mais uma vez o Governo está atendendo a uma categoria aqui e a outra ali causando um desconforto muito grande às outras categorias. Consequentemente, corremos o risco de rever todo o movimento grevista de várias categorias no Estado. Então, é a minha inquietação. Eu voto, apoio salário digno para os procuradores e defensores, porém manifesto minha preocupação em

relação à posição do Governo do Estado diante dos demais servidores, aos quais possamos garantir uma reposição salarial também, como bem disse o Deputado Flamarion, o Governo ainda tem margem para fazer isso. Senhor Presidente, obrigado.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) - Neste momento, informo que a Sessão será transformada em Comissão Geral, oportunidade em que o Legislativo Estadual fará uma homenagem à comunidade gaúcha residente no Estado de Roraima, pela passagem do dia do gaúcho, vinte de setembro, data em que se comemora a revolução farroupilha. Informo ainda que para a Ordem do Dia temos Projetos para serem discutidos e votados na Sessão Plenária, a ser realizada após o término da comissão Geral. Convido nesse momento para presidir os trabalhos dessa Comissão Geral, o Deputado Estadual Erci de Moraes.

O Senhor Presidente (**Erci de Moraes**)- Queremos anunciar ao Plenário, que neste momento a Mesa, recebe a Patronagem do Centro de Tradições Gaúchas Nova Querência. É uma honra, um prazer muito grande para os vinte e quatro Deputados da Assembleia Legislativa.

Declaro abertos os trabalhos desta Comissão Geral, agradeço de imediato a deferência dos meus pares em me proporcionar, na condição de gaúcho e decano desta Casa, a oportunidade de presidir os trabalhos referentes à justa e merecida homenagem ao nosso CTG.

Destaco algumas menções e um rápido histórico da vida do CTG, com alguns antecedentes da sua criação. Vinte e um de setembro é o dia do gaúcho. Por isso a história do tradicionalismo gaúcho em solo Roraimense data de vinte de setembro de mil novecentos e setenta e nove, quando ocorreu a fundação do CTG, “Sentinela de Roraima”. E, em agosto de mil novecentos e oitenta um, ocorreu a fundação do antigo “CTG Nova Querência”. Em mil novecentos e noventa e três, houve a fusão desses dois CTGs, passando a se chamar Centro de Tradições Gaúchas Nova Querência, nome que até hoje conserva. Teve como primeiro patrão, o Senhor Ari Rodrigues. Permitam, antes de anunciar a patronagem atual, fazer, até para descontrair, uma brincadeira. A fusão desses dois CTGs que deram origem à “Nova Querência”, não comparando, porém fazendo uma analogia com a nossa história do Rio Grande do Sul, foi como se Ximangos e Maragatos haviam imigrado para Roraima, entenderam fazer a paz e se unir em uma só organização tradicionalista.

Atualmente, a patronagem é formada pelo patrão, um vaquiano e veterano, tradicionalista e amigo, Irno Domingos Araldi. Peço que se levante, pois nem todas as pessoas que se encontram em Plenário são gaúchas, aí se apresentando. A primeira prenda Iracema Araldi, que é a patroa e depois os demais membros da patronagem, todos amigos, companheiros nossos. Começo por Osmar Hentes, Jaques Sontannig, Helena Labour, Carlos Lana, Iieste Hentges, Nilton Piovezan, Sadir Sabinni, Rosicleide Vasconcelos. A primeira prenda Thaís Ferreira; segundo peão farroupilha, Daniel Velho; e primeiro peão nacional Marcelo Hentges; grupo de dança “Invernada Artística”, tipo de dança gaúcha; instrumentos: violão e gaita. Peço que a patronagem tome assento. E, finalmente, para que esta homenagem se configurasse bastou que um colega nosso, Deputado Coronel Chagas, tomasse a iniciativa, convidando-me para fazer parte como co-autor; o Deputado Remídio Monai e a Deputada Ângela A. Portela, esta, embora Paranaense e outro catarinense, nós brincamos com eles, dizendo que eles eram gaúchos também, só que a pé, mas chegaram um a Santa Catarina e o outro ao Paraná, e aqui estão conosco. Brincadeiras à parte, sem mais delongas, convido o Deputado Coronel Chagas, que, em nome da Assembleia Legislativa, prestará o discurso em homenagens ao nosso CTG. Saliento que no dia da aprovação da Comenda contou com o apoio unânime dos pares que se encontravam nesta Casa, mesmo os que não são propriamente gaúchos, demonstraram essa sensibilidade, comum ao parlamentar, prestando uma justa e merecida homenagem aos nossos irmãos do sul, que aqui dão sua contribuição ao Estado.

O Senhor Deputado (**Coronel Chagas**)- Senhor Presidente desta Casa, Deputado Chico Guerra; nossa vice Presidente, Aurelina Medeiros; Senhor Presidente da Mesa dos Trabalhos desta Comissão Geral, Deputado Erci de Moraes, nosso gaúcho mais experiente, nesta Casa; Senhoras e Senhores Deputados, Senhor patrão do CTG, Nova Querência, Senhor Irno Domingos Araldi; a patroa que está presente, Iracema Araldi e demais membros da patronagem, os meus cumprimentos. A primeira prenda do CTG Thaís Ferreira, o nosso peão do CTG, Nova Querência, que ganhou o concurso de peão nacional, concorrendo com peões de diversos CTGs espalhados pelo Brasil a fora e, também, pelo mundo, Marcelo Hentges. Em nome deles cumprimento toda a sociedade que integra o CTG Nova Querência. Estamos aqui reunidos para fazer uma homenagem ao CTG Nova Querência, em razão de um Projeto de Decreto Legislativo, que nós

propomos juntamente com o Deputado Erci, Deputado Remídio, Deputado Ângela A. Portela, e que teve a aprovação unânime desta Casa, como reconhecimento aos relevantes serviços prestados, em nome da cultura e da integração do povo gaúcho com a sociedade e com a comunidade Roraimense. Então esta Sessão tem por objetivo homenagear o CTG Nova Querência, por tudo o que têm feito em favor da cultura, através da integração do povo sulista com a sociedade Roraimense. A homenagem coincide com o dia vinte de setembro de dois mil e onze, data em que é comemorado o dia do gaúcho e a semana farroupilha. A semana farroupilha é comemorada em todo o Rio Grande do Sul e nos CTGs espalhados praticamente em todos os Estados brasileiros e em muitos países, simbolizando o reconhecimento desta geração e das futuras gerações ao levante manifesto pelo povo gaúcho contra a tirania do Império, impondo altas taxas de impostos cobrados pelos produtos especialmente o chague, produzido pelo povo gaúcho. Foram dez anos de luta, buscando a igualdade, a liberdade e a humanidade dizeres estes estão gravados no brasão do Estado do Rio Grande do Sul. Então, esta homenagem, Deputado Flamarion Portela, representa o reconhecimento ao povo do sul, que participou e participa ativamente do crescimento social, cultural, político e econômico no estado de Roraima, são exemplo de respeito e trabalho, sem dúvida, essa é uma demonstração de democracia e cidadania de todos os Deputados, que aprovaram por unanimidade o Projeto de Decreto Legislativo, os festejos farroupilhas contribuem decisivamente para a afirmação dos ideais de liberdade, igualdade e humanidade.

Queria dizer, em nome desta Casa que nos sentimos honrados em realizar esta homenagem ao CTG Nova Querência e à revolução farroupilha, atos como esse não são só oratória, são resgate dos dez anos de luta pela liberdade, pela constituição, pelo Estado de Direito e por princípios e bandeiras que devem ser defendidos e lembrados por todas as gerações.

O tradicionalismo gaúchos não têm fronteiras, está espalhado por diversos Estados Brasileiros e também pelo mundo, enfim agradeço a todos os Deputados que apoiaram a nossa propositura, parabenizamos o CTG Nova Querência por esta data, pelos trabalhos que realiza, convidando toda sociedade roraimense para, durante uma semana, conhecer um pouco da cultura gaúcha, da culinária, da gastronomia gaúcha, com noites temáticas alegrando ainda mais a nossa vida social aqui no Estado de Roraima. Muito obrigado a todos, parabéns e um abraço. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Erci de Moraes**) – Depois de ouvirmos a brilhante locução do Deputado **Coronel Chagas** e para que se proporcione oportunidade aos colegas a participar ativamente da homenagem, vamos abrir para no pinga-fogo, aproximadamente, de dois a três minutos, cada Deputado possa fazer a sua saudação, sua homenagem, e começaria com o Deputado **Remídio Monai**.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Quero nesta oportunidade, cumprimento o CTG, com base na folha de serviço prestado ao Estado de Roraima, na área recreativa, cultural. É motivo de satisfação, ver a família gaúcha reunida aqui. É, como o deputado Naldo manifestou sua preocupação com a educação, mas o CTG está aí, dando a sua contribuição na área de esportes: natação, esporte, futebol, dança, enfim, um espaço amplo à disposição não só dos gaúchos, mas da comunidade em geral, roraimense de toda sociedade. Parabenizo o patrão Irno na condução exemplar dos trabalhos, apesar de todas as dificuldades que o Estado de Roraima enfrenta e que, obviamente, repercute no CTG. Parabéns a todos os gaúchos em nome do Irno que vem prestando esse trabalho, em nome do gaúcho, meu velho amigo, um abraço a toda gauchada aqui presente. Obrigado, Presidente, um abraço a todos.

A Senhora Deputado **Aurelina Medeiros** – Obrigada Deputado. Vou começar saudando os nossos três representantes da comunidade gaúcha: Irno, Iracema, Osmar, colegas nossos, servidores públicos. Eu acho que isso já diz o que representa a presença do gaúcho no Estado de Roraima. Sua representação maciça, os amigos, servidores, políticos, técnicos, que compõem essa comunidade e que marca, pela presença ativa, falando especificamente do CTG. Instituição emblemática no Estado, quem não conhece o CTG, a sua utilidade e o esforço da comunidade gaúcha para sua integração na comunidade do Estado de Roraima, notória pela participação da comunidade gaúcha na economia do Estado de Roraima, pioneiros, principalmente na área agrícola. Então, é uma comunidade que resultou na perfeita miscigenação com os roraimenses e, pois, merecedores do respeito de toda nossa sociedade. Temos certeza pelo que a gente conhece de vários gaúchos amigos, eu sou nordestina, mas são pessoas que se integraram tão bem ao Estado. Quem já tem uma marca tão profunda no Estado, que luta tanto pelo crescimento, como se observa nessa comunidade, que é digna de receber a homenagem desta Casa. Portanto, é dirigida a todos vocês que fazem parte da comunidade gaúcha. Parabéns,

sejam bem vindos a esta Casa. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** – Senhor Presidente, Mesa Diretora e demais colegas. Retirei o meu nome do Grande Expediente para fazer uma simples homenagem a toda comunidade gaúcha aqui presente. Parabenizo a iniciativa dos nobres Deputados Chagas, Remídio, Erci de Moraes, Ângela Portela que não se encontra aqui hoje, em prestar esta homenagem ao CTG. É altamente louvável a atitude da Assembleia prestar reconhecimento a vocês porque lá na sede, no Centro de Tradição Gaúcha é que se sai as convenções realizadas, tanto de um lado como de outro. Então, já se tornou um ponto de referência do Poder legislativo, do Poder Executivo tanto municipal como estadual, é de lá que saem os seus representantes. Dou esse testemunho porque estive presente na convenção do G8. Então, é uma honra para mim está aqui como representante, digo isso na rua, como empregado de vocês, trabalhando para o melhor possível para o povo de Roraima, pelo qual vocês são considerados como um dos maiores pilares no só como gaúchos, e aqui a gente costuma falar, gaúcho não é só o de Rio Grande do Sul, o povo do sul que também frequenta o centro, em geral paranaenses, meu pai é paranaense, catarinenses também fazem parte desse movimento de vocês. Então parabéns a todos vocês, dirijo uma homenagem especial a um gaúcho aqui da Assembleia, um dos representantes de vocês, aliás, tem dois, Coronel Chagas e o Doutor Erci. Mas vou dizer o porquê da homenagem direcionada a todos vocês, na pessoa do Doutor Erci de Moraes. Meu companheiro de parlamento, ontem fomos a uma audiência pública na Vila União, a uns centos e poucos quilômetros de distância da capital. Embora a Deputada Aurelina não pôde ir, sabe das dificuldades que a gente encontra andando por determinadas vicinais. E saímos de lá às 23 horas, no caminho recebi uma ligação do meu pai. Algumas vezes, eu chamo o Doutor Erci de meu Velho, mas de maneira carinhosa, e meu pai disse: “só agora? Falei, Pai eu sou novo e estou cansado, mas estou com pena do velhinho, porque ele não está num carro igual ao meu que é uma caminhonete, ele está num menor e ele deve estar vindo com certo desconforto naquele carro.

Então, o porque disso, é que eu perguntei, na semana passada, ao Doutor Erci a sua idade. Respondeu 74. E eu tenho 28, e muitas vezes olham um parlamentar com 28 anos, e dizem “olha esse menino na política”, E eu vejo um gaúcho de 74 anos com o vigor deste jovem aqui.

Então, parabéns, Doutor Erci, pelo seu trabalho, pela sua luta. A minha homenagem, em seu nome, a todos vocês gaúchos e gaúchas. Muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente, Deputado (**Erci de Moraes**) – Obrigado, Marcelo, pelo que me toca e passo a palavra ao Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Obrigado, Doutor Erci, pela oportunidade, quero cumprimentar também os gaúchos em nome do meu amigo Osmar Reneri que tem certamente prestado relevantes serviços a esse Estado.

É momento para lembrar a importância dos sulistas em Roraima, pela união com o povo de Roraima, e a prova concreta da importância do CTG ao integrar diferentes culturas com objetivo único em desenvolver este Estado, sem privilégios. A prova é haver um nordestino como patrão do CTG, Doutor Leocádio que cumprirá satisfatoriamente o seu papel na condução do CTG com apoio e aceitação pelo associado gaúcho que contribuiu para que o seu trabalho fosse conduzido com segurança e determinação. Então, o CTG não é exclusivo dos sulistas, dos gaúchos, ele é nosso também porque fazemos parte da família gaúcha do Estado de Roraima. Com certeza, a vinda dos sulistas para cá, foi com um só propósito, de formar família, crescer e também fazer crescer um Estado próspero e feliz. Então, em nome do Coronel Chagas, parabenizo todos os gaúchos aqui representados. Contem conosco, pois o que estiver ao nosso alcance, estaremos contribuindo para lembrar e honrar as suas origens, suas tradições e a presença da força de trabalho neste Estado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Gostaria de abraçar toda a comunidade gaúcha, em nome Irno e da Iracema, pessoas que realmente se dedicam para manter a sua tradição tão bonita.

Eu sempre observei não só o gaúcho propriamente dito, mas o comportamento do povo do sul, até para a gente fazer um paralelo entre norte, nordeste, centro-oeste e até mesmo o sudeste, se observa que o gaúcho é essencialmente patriota, co auge e amor à sua terra, que bravamente defende as suas tradições. Mas, diante de tantos objetivos, eu queria destacar apenas um do povo gaúcho, que é o mais cidadão politicamente falando desse Brasil continental. O povo gaúcho é o que acompanha a gestão do Prefeito da menor cidade, do Prefeito da média cidade e até mesmo do Governador. Eu não sei se todo mundo sabe, mas o Rio Grande do Sul nunca reelegeu um Governador, porque

mesmo a pessoa sentado na cadeira como foi o Rigoto, que não era um Governador mal avaliado, ao disputar as eleições ficou em terceiro lugar. Ele sentado na cadeira de Governador sequer disputou o segundo turno, porque o povo é exigente em exercer a sua cidadania, às vezes, o Estado diante das dificuldades financeiras não tem como atender todas as demandas. O povo gaúcho sempre aposta na renovação e sempre busca o melhor. Esse aspecto quero destacar aqui, para que essa cidadania do Gaúcho não seja espelho apenas para Roraima, mas para o Brasil, quanto a essa condição do eleitor brasileiro, a cada dois anos para eleição municipal, e a mais dois anos eleição para Presidente e Deputado Estadual, se tiver realmente essa consciência, nós vamos mudar a forma de fazer política no Brasil. O político hoje, é mal conceituado, na cabeça de muitas pessoas é um ladrão. É essencialmente uma pessoa de conduta condenável, mas o gaúcho dá esse exemplo. É essencialmente essa qualidade do gaúcho em exercer com profundidade o exercício de sua cidadania. Parabéns a todos.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de cumprimentar toda a comunidade gaúcha com a devida vênia do Patrão Irno e a Patroa Iracema, sejam sempre bem-vindos à Casa do Povo.

Quero, resumidamente, repassar o que acompanhei nos dias 01,02 e 03 em Porto Alegre na comemoração dos 50 anos da legalidade. A complexidade da História do Brasil é muito grande, e me reconheço ser curioso desde os tempos de escola de conhecer a verdadeira história brasileira. Mas, eu confesso que eu estava muito distante de conhecer o pedaço da história, principalmente, o verdadeiro regime, a democracia que vivemos, hoje, devemos ao Rio Grande do Sul. No ano de 1961, na renúncia de Jango, quando na primeira vez o Brasil visitou a China, na época, os militares não aceitavam, de jeito nenhum, a posse de um civil, Jango era o vice-Presidente da República. Eu tive o prazer de conhecer a Rádio Guaíba, no Palácio Piratini. Já ao entrar nos porões do Palácio, você fica arrepiado com a demonstração da força, da valentia e da coragem do então Governador Leonel Brizola em fazer um refúgio contra todas as forças armadas e dizer que não se entregava. Há uma foto dele segurando uma metralhadora, dá o testemunho da sua coragem e valentia, proclamando todos os estados da federação brasileira a não aceitarem aquele golpe, considerado o maior movimento cívico da história brasileira. Não tinha conhecimento detalhado desse fato, acho que deveria ter uma divulgação maior. O Então Senador Alceu Colares, no seu depoimento, relembrou uma história tão verdadeira, tão verídica, dos acontecimentos, da responsabilidade, da coragem, da participação do Rio Grande do Sul no resto dos Estados da federação brasileira. Eu queria aqui, com base nesse depoimento, cumprimentar a todos os gaúchos, pois não é só em Roraima, mas em todos os estados da federação brasileira, só não pela cultura, só não pela diversidade da sua cultura, mas sua coragem de enfrentar o trabalho faz a diferença no Brasil que hoje tem uma economia graças a esses trabalhadores espalhados por este Brasil. Que Deus abençoe e ilumine, dê saúde a todos vocês e continuem, através do exercício da força da união, dando o melhor em favor do desenvolvimento do Brasil. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Senhor Presidente, quero me juntar aos meus colegas Deputados e dizer que o Brasil tem várias tradições, mas a única tradição presente em todos os Estados do Brasil é o CTG. Isso é uma realidade. Sou paraense, temos nossas tradições, como as comidas típicas, o carimbó, mas quando saímos de lá não encontramos mas a tradição paraense tão forte como a gaúcha. O Deputado Chicão lembrou muito bem o movimento pela legalidade na época em que o bravo gaúcho Leonel Brizola era Governador do Rio Grande do Sul. No período em que Jânio Quadros renunciou, no dia 05 de agosto, João Goulart estava no exterior e só conseguiu tomar posse no dia 07 de setembro. Havia um forte movimento gerenciado no Palácio em Porto Alegre pelo saudoso Leonel Brizola, conclamando estudantes de todo o Brasil para fazer marcha, enquanto isso, tomaram uma rádio, porque eram proibidos de falarem nas rádios. Leonel Brizola foi lá, tirou uma rádio e levou todos os equipamentos para o Palácio e lá, incorporado com seus pares, começou a fazer o movimento Brasil pela Legalidade, e foi assim que João Goulart conseguiu tomar posse. Então, essa é uma história muito bonita, li essas histórias várias vezes. Parabéns aos gaúchos, parabéns aos brasileiros por ter um povo tão forte e corajoso como é o povo gaúcho que em qualquer lugar que esteja, sempre busca o desenvolvimento, o progresso e a responsabilidade, a moral, representado pelo GTG aqui em Boa Vista e em todo o País. Parabéns a todos.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, quero saudar toda colônia gaúcha, em nome do Irno, meu amigo pessoal. Estão lembrando aqui o Brizola, as histórias do Rio Grande do Sul,

lembrei-me que participei de uma história bonita de gaúchos aqui em Roraima, na implantação do Projeto Apiaú, eu era Prefeito de Mucajaí, aqueles pioneiros ficaram na história através daquele projeto tão bem sucedido, hoje é uma realidade. Muitos do projeto Apiaú, foram embora, outros participaram, através da tradição que trouxeram do Rio Grande do Sul, do processo cultural. Houve manifestações artísticas, com os que esculpiam, utilizando pedra-sabão, que iam buscar no Tepequém. Esses já foram para a vida eterna. Então, em nome dos que já partiram, também deixavam marcas, o legado para história feita pelos gaúchos no nosso Estado. A contribuição que se incorpora à nossa para fazer a parte cultural. Quando veio a primeira colonização efetiva de gaúchos para implantar o projeto Apiaú, há quase 30 anos, mas penso que, por mais que se falou tudo, aqui, eles vão responder, com uma belíssima apresentação da garotada aqui presente que contribuirá ainda mais para transmitir a história dos gaúchos como roraimense para outras gerações. Parabéns aos irmãos gaúchos.

O Senhor Presidente (**Erci de Moraes**) – Não há nenhum Deputado inscrito, passaremos então a um novo momento, porque nem só da palavra se manifesta o homem. Vamos desfrutar um momento da apresentação de um número musical e dança gaúcha.

O Senhor Presidente Erci de Moraes – Neste momento convivo o Patrão Irno, acompanhado de sua patroa Iracema Aroldi, para receber a comenda Orgulho de Roraima.

Nós queremos convidar alguém, indicado pelo próprio patrão, para receber outro documento que o reputamos importante para que fique nos anais do CTG, o Decreto Legislativo que tornou oficial esta homenagem.

Companheiro Osmar Rendes que comparece para receber das mãos do Deputado Remídio Monai.

Neste momento, tenho a satisfação de convidar o Patrão do CTG Irno Araldi para vir a Tribuna fazer o seu pronunciamento.

O Senhor Irno Araldi – Patrão do CTG. Bom-dia a todos. Presidente desta Casa, o gaúcho que está presidindo esta Sessão, Deputado Erci de Moraes, Deputado Chagas, ao Presidente desta Casa, Deputado Chico Guerra.

Agradeço a todos os Deputados por essa ideia maravilhosa de homenagear com esta Comenda o CTG Nova Querência e a todos os gaúchos.

Quero dizer, o tamanho da satisfação na qualidade de patrão atual, esta homenagem que vocês prestam não só a mim, Patrão Irno, mas a todos os patrões que ao longo dos 31 anos de CGT Nova Querência, deram suas contribuições, a todos os membros das patronagem que tanto fizeram para que os gaúchos, o CTG Nova Querência, em especial, merecesse esta Comenda, também, a um patrão e, em nome dele, a todas as pessoas que estiveram entre a gente. Refiro-me a um patrão por 3 anos e Constituinte desta Casa, o nosso saudoso Luis Afonso Faccio. Há vários companheiros que faziam parte de patronagem, hoje estão junto ao patrão lá de cima. Tenho certeza que se estivessem aqui estariam muito orgulhosos. Então, cabe a nós, a obrigação de dar continuidade a esse trabalho. A Comenda que estamos recebendo, tem um significado importante, é grande mérito. Mas os gaúchos aqui presentes, continuarão com o mesmo propósito, contribuindo para o desenvolvimento do Estado sem delimitar o tempo. Agradeço ao povo roraimense que recebeu de braços abertos toda colônia gaúcha, permitiu a integração entre pessoas de diferentes regiões, tornando cada ano melhor outro. Hoje, pois é motivo de orgulho comemorar a XXIV Semana Farroupilha, com certeza, é a forma como o gaúcho recebe a toda sociedade roraimense. CTG não é uma sociedade fechada, onde entra só gaúcho, o CTG mantém as portas permanentemente abertas a toda sociedade do nosso Estado. Agradeço mais uma vez a esta Casa, a presente oportunidade, obrigado, Presidente Chico Guerra, por acolher a ideia dos Deputados gaúchos Chagas e Erci. Em relação às palavras do Deputado Naldo, sobre um projeto que está preparando, quero lhe dizer que frequente o CTG, há 22 anos, atualmente, durante o ano todo, temos mais de 200 jovens que participam do grupo de jovem, nunca ouvi falar de um desses jovens ter comportamento fora do normal, que se envolveu com drogas, é porque o CTG oferece atividade muito intensa, dinâmica, através de grupo de danças, escolinhas de natação. Esta semana estará se deslocando para o Rio Branco do Acre, grupo de natação do CTG Nova Querência, composto por 43 membros, irá representar o Estado de Roraima. Este ano, o grupo do CTG já participou em Triunfo em Rio Grande do Sul, também em Araranguá, em Santa Catarina; Rondônia e Amazonas. São oportunidades para divulgar a nossa cultura do extremo norte para os quatro cantos. É motivo que nos dá força para a continuidade da nossa história, crescidos, ainda com o reconhecimento, apoio, acolhimento e prestígio de vocês, seremos mais forte e incentivados.

Quero agradecer em nome do atual Governador Anchieta, lembrar também de todos os governadores que passaram e que demonstraram respeito, atenção especial ao CTG Nova Querência que olharam como uma menina dos olhos. Agradeço, sem distinção, na certeza de que continuaremos com a mesma força e objetivo, o nosso trabalho. Agradeço a todos vocês, sociedade roraimense, e os convidado para nosso encerramento, haverá uma cavalgada, começando no final da avenida Ataíde Teve, irá passar em frente à Assembleia. E, logo, à noite, no encerramento, saborear um churrasco que será oferecido. Muito obrigado.

Gostaria de chamar a Primeira Prenda Thais que passará às mãos do Presidente, como pequena lembrança, a Bandeira do CTG – Nova Querência e um livro do nosso poeta Eroques, que escreve para o Brasil todo.

O Senhor Presidente Erci de Moraes – Em nome da Assembleia Legislativa, agradeço esta lembrança que ficará numa sala, quem sabe futuro museu.

Gostaria de fazer uma menção que considero como justiça, tanto para nós Deputados que temos alguma ligação com Rio Grande do Sul, como a todos gaúchos que fincaram o pé, criando suas famílias, para construir um futuro melhor, irmanados no amor, respeito e na força de trabalho com roraimenses, migrantes, sejam eles maranhenses, cearenses, enfim, procedentes de todos os recantos do Brasil. tem aportado, mais é importante que mencionasse além do nosso saudoso Afonso Faccio, muito bem lembrado pelo Patrão Araldi, também constituinte nesta Casa, empresário que deixou sua marca na área de produção, com várias homenagens em reconhecimento por esta Casa, as recebidas ainda em vida, também homenagem póstuma. E lembrar outro gaúcho que teve o mérito de tornar possível a participação dos gaúchos no Projeto Rondon e resultasse nesta promissora colônia gaúcha, me refiro, ao então, Reitor fundador da Universidade Federal de Santa Maria, José Mariano da Rocha, pois, dentre os reitores do Rio Grande do Sul a escolherem locais para extensão de sua universidade se estabelecesse, a maior parte dos reitores escolheram lugares bem próximos do Rio Grande para não andar muito, e ele apontou no mapa: Roraima, é lá que eu quero, e com isso o a Universidade Federal do Rio Grande estabeleceu uma base em Roraima, cujo resultado nós vemos, com essa magnífica colônia gaúcha, congregada, através do CTG, contribuindo para juntos desenvolver Roraima, um grande Estado.

Quero agradecer mais uma vez a patronagem e todos que compareceram.

Declaro encerrada a presente Comissão Geral.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Alcançada a finalidade da Comissão Geral, retomo os trabalhos na fase em que se encontravam, Ordem do Dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 017/11, que “fixa o subsídio dos Procuradores do Estado, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; e, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 017/11, que indica o nome do Senhor Rodolfo Pereira Braga, para ocupar o cargo de Presidente do IPER.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 017/11, bem como, o parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lido o Projeto de Lei Complementar nº 017/11 e o Parecer da comissão).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloque em discussão o Projeto.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Presidente, apenas para lembrar, fui o relator dessa matéria na Comissão de Justiça, nosso parecer foi pela aprovação, fazendo justiça ao trabalho desenvolvido por esta categoria que defende o Estado nas questões administrativas e judiciais. Estamos equiparando o salário dela ao dos Defensores Públicos. Acredito que é um projeto de autoria do Executivo e merece o apoio desta Casa. Por isso, demos o parecer pela aprovação, e, em plenário, também vamos votar nesse sentido.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, acho que esse projeto foi amplamente discutido, já há um consenso em plenário, independente de oposição ou situação, já se buscou esse consenso, portanto, deve-se colocá-lo em votação imediatamente.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, concordo com o Deputado Joaquim, há um claro entendimento entre a base governista e oposição em votar sim. O nosso voto é favorável, mais uma vez me posiciono em defesa da classe trabalhadora, os procuradores não estão diferentes, queremos mais uma vez, registrar a nossa preocupação, que o Governo, os deputados da base governista tenham a mesma atenção especial, o mesmo carinho, o mesmo compromisso político aos demais servidores do Estado. Segundo analisei,

em 2012 o impacto financeiro na PROGE será mínimo, 421 mil, 2013 para atender os procuradores serão 1.729.000,00, e em 2014 precisamos aqui, sem falar da reposição salarial, só de reajuste direto são 13.022.000,00 a mais, sem mencionar que existem 23 vagas para procuradores em aberto. São 631 vagas, hoje existe 39 atuando, e um afastado. É preciso, pois, preencher o quanto antes mais 23 vagas, através de concurso público, para atender a demanda da PROGE.

Então, isso gera impacto, despesas no orçamento do executivo, da PROGE. Estamos nos comprometendo, ao aprovar essa lei já independente de qualquer crise financeira, isto é, deixar de arrecadar a mais ou a menos, estamos com uma lei complementar, já reconheceu o teto salarial, os procuradores, mais uma vez, merecem ter um salário digno. Quero mais uma vez reafirmar aos Senhores Deputados, que temos o dever político, não será de bom senso para nós, se não tivermos o mesmo tratamento pessoal para com os demais servidores que vão bater na porta desta Casa, também, pedindo, quanto antes, aumento de salário, muitas categorias vão vir aqui pedindo a reposição, quando o governo terá que dispensar o mesmo tratamento, se não poder dar tudo agora, que possamos fazer um calendário de reposição salarial de reajuste até 2014.

Então, esse é o nosso posicionamento, votamos favorável a Lei Complementar dos procuradores reconhecendo o teto máximo. Esta, Senhor Presidente, é a nossa contribuição.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais Deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica.

Comunico aos Senhores Deputados que, nos termos do artigo 188 caput do regimento interno, o Projeto de Lei Complementar só será aprovado se obtiver o voto da maioria absoluta dos membros deste Poder. Portanto, 13 votos favoráveis.

Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam a matéria e votando “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao técnico que libere o painel para votação.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Gostaríamos de encaminhar o voto sim para os companheiros da bancada da oposição.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Também solicito à bancada governista que vote favorável a matéria.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Pede questão de Ordem – Senhor Presidente, haja vista o adiantado da hora, solicito a prorrogação da sessão pelo tempo necessário para conclusão da ordem do dia.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Acato o requerimento verbal do Deputado Jalser, e prorrogo a Sessão pelo tempo regimental.

Dou por aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 17, em primeiro turno, com 18 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, bem como, o parecer da Comissão Especial, criada pela Resolução nº 028/11.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 017/11 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Submeto à discussão a matéria.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Presidente, pelo que ouvi a leitura pelo Primeiro Secretário desta Casa, o relator é o Deputado Flamarion que votou favorável, creio que há consenso, então que se coloque para votação, seguindo a orientação do relator.

O Senhor Deputado Naldo da Loteria – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, só para enfatizar Braga foi Deputado junta com gente durante dois mandatos, já passou pela câmara municipal, pessoa preparada, e irá honrar seu nome frente ao Instituto de Previdência do Estado de Roraima, uma vez que lá estará o patrimônio dos servidores públicos do Estado, com certeza, merece o voto de confiança da gente para conduzir aquele órgão com responsabilidade.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir a matéria, passamos para votação. A votação será secreta e eletrônica. Comunico aos Senhores Deputados que, nos termos do parágrafo único do artigo 270, caput do regimento interno, o Projeto de Decreto Legislativo será aprovado se obtiver o voto da maioria absoluta dos membros desta Casa, portanto, precisa de treze votos favoráveis.

Votando “sim”, os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria, e “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao técnico que libere o painel para votação.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Gostaríamos de encaminhar o voto “sim” para os companheiros da bancada da oposição.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Também solicito à bancada governista que vote favorável à matéria.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Declaro aprovado o Projeto de Decreto Legislativo com 13 votos favoráveis, 06 contrários e nenhuma abstenção.

Não havendo mais matéria para pauta da Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Remídio Monai -

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente, convidado, para uma reunião, hoje, às 16 h, os Deputados, que estão na Comissão do Projeto de aprovação da tomada especial do Tribunal de Contas: Chicão da Silveira, Célio Wanderley, Ionilson Sampaio e Mecias de Jesus.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Em relação a minha entrevista, o Deputado Célio Wanderley pediu-me para esclarecer, inclusive a Deputada Aurelina me mostrou a matéria da Folha. Mas, vou explicar que a gente vive em um colegiado, dei uma entrevista na Rádio Folha e vou colocar textualmente o que falei, inclusive, se a Casa quiser pode pegar a fita. Não dei entrevista para jornalista que escreveu, mas para a Rádio Folha, no mesmo dia, até, enquanto, ainda, estava dando entrevista, o Deputado Joaquim chegou e depois o Paulo César. O motivo é: a oposição. Eu disse que a oposição é aguerrida, disse que a oposição representa um trabalho importante no sentido de cobrar, fazer críticas, mas fazer críticas na defesa dos interesses coletivos da sociedade, até citei uma máxima: “prefiro aquele que critica porque me corrige, do que aquele que me bajula porque me corrompe”. A jornalista escreveu essa parte: me bajula porque me corrompe. Eu falei em um contexto, não me dirigi à Assembleia nem a Deputado. Mais na frente, eu disse que os eleitores têm que observar o trabalho de seus parlamentares e cobrar deles a posição, conforme em campanha empenhavam o seu comprometimento. Nem mesmo, críticas ao governo, desta vez, eu fiz. Foi uma entrevista extremamente light, saiu isso. E o Deputado Célio pediu que eu esclarecesse, e estou esclarecendo ao poder que foi nesta expressão: “prefiro os críticos que me corrigem do que os bajuladores que me corrompem”. Uma máxima que não é minha, é repetida na esfera político-internacional.

O senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, só para reforçar com a fala do Deputado Flamarion. Acho que falta postura, principalmente, em algumas entrevistas que costumamos ler e ouvir nas rádios e jornais, como é a do Governador, pois ele tem demonstrado uma falta de controle emocional imensa, principalmente, quando se trata aos Deputados de oposição, chamando-os até de quadrilheiros, por várias vezes, se referindo ao Senador Mozarildo de forma grosseira e descortês. É contrário, quando nós da oposição nos referimos ao Governo, a pessoa do Senhor Governador, nos referimos com respeito dando o tratamento que ele merece enquanto autoridade, jamais nos referimos ao Governador de maneira descortês. Mas, talvez ele entenda que descortesia é trazer à baila, como colocamos, aqui, alguns problemas que são reais no Estado, como saúde: segurança, educação, citações sobre as investigações, é a operação mácula que vem aí desbaratando toda uma quadrilha que desvia recursos públicos, conforme palavras do Ministério Público. Então, o governador passa a entender isso como uma questão pessoal. E, aí, quando ele se refere ao Deputado, ele cita nome, ele se refere tratando de maneira descortês. Então, a gente fica em uma situação até delicada de como se portar diante dessa situação.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, é só para corroborar aqui com a solicitação do Deputado Remídio que convidou os Deputados Chicão da Silveira, Mecias de Jesus, Ionilson Sampaio e Célio Wanderley para a reunião às 16 horas. Sou relator dos projetos do Tribunal de Contas, já estamos com parecer pronto, mas gostaríamos de discutir com os colegas, hoje à tarde. Peço a Vossa Excelência inserir na Ordem do Dia de amanhã o Projeto de Lei do Plano de Cargos e Salários do Tribunal de Contas.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Senhor Presidente, com relação à entrevista do Deputado Flamarion, ele já se explicou, houve distorção do fato, isto é, não falou o que escreveram, mas a gente sabe que, às vezes, a gente fala uma coisa para determinado jornalista, e quando ele vai escrever coloca aquilo que acha. Mas, o que mais me surpreende foi a votação para a aprovação do ex Deputado Braga para o IPER, só Deputado com mais de um mandato, aqui, há 10, ele obteve apenas 13 votos. O Deputado Mecias pediu pela indicação na votação do ex Deputado, eu vi o Deputado Naldo que é antigo, o Deputado Célio que é o líder do governo pedir, mas na hora votação, foi muito ruim. É só um alerta para o Deputado Célio para ver como conduzir a votação para não ter surpresas futuras.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, essas são as surpresas, eu vive isso aqui como líder do governo, não sei se

Vossa Excelência se lembra da votação para Presidente do ITERAIMA, nós contávamos com uma votação, e ele foi votado igual ao placar que, aí, está. Naquele dia a Casa estava cheia, diferente de hoje, só tinha 19. Quero parabenizar o novo líder do governo, Deputado Célio, esse é um trabalho que tem que ser costurado, aqui é um parlamento, eu passei por isso. Espero que o Deputado com sua experiência, e começou nesta Casa, desejo a ele todo sucesso, vou estar integralmente colaborando para que ele, como líder, se destaque e faça o que eu não consegui fazer.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Gostaria de pedir aos Senhores Deputados e Presidente das Comissões para se reunir, hoje, à tarde. Há vários Projetos para serem encaminhados, para que possamos fazer a pauta de amanhã, haja vista que ficamos quase um mês sem votar, com pauta fechada dos procuradores.

O Senhor Deputado **Chicão Silveira** – Senhor Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Xingu, quanto ao placar, sugiro a Vossa Excelência tirar de pauta a votação da indicação do Presidente da Agência de Fomento, que está em viagem, e aguardaríamos o seu retorno.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer uso de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 21 à hora regimental.

Estiveram Presentes os seguintes Deputados: **Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 21/09/2011

**ATA DA 2052ª SESSÃO, EM 21 DE SETEMBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia vinte e um de setembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Memo nº 019/2011, de 20/09/11, da Deputada Ângela Águida Portella, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 20/09/11.

Projeto de Lei s/nº, do Deputado Jean Frank, dispozo sobre desconto no imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA aos contribuintes e dá outras providências;

Indicação s/nº, de autoria do Deputado Francisco Assis da Silveira, ao Governador do Estado, solicitando “recuperação das estradas das vicinais 02, 03, e 12 – do PA Nova Amazônia I, região do Truaru, localizada há 70 km aproximadamente de Boa Vista. Essas vicinais hoje totalmente esburacadas deveriam atender individualmente cerca de 40 famílias produtoras”.

EXTERNOS:

- Ofício nº 1049/2011, de 19/09/11, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foi celebrado o Convênio de Cooperação Técnica nº 093/2011

- Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Procedo a

chamada.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, por muitos anos comemorou-se no Brasil, nesta data, 21 de setembro, o Dia do Radialista, juntamente com o Dia da Árvore. Diante da ganância e da ação destruidora do homem em busca dos seus interesses econômicos, eu nem sei se temos alguma coisa a comemorar neste dia da árvore. Seria ótimo se todos nós estivéssemos preocupados com a natureza e causássemos menos danos ao planeta terra. E com esta preocupação, quero fazer minhas as frases de um poeta: “Salvem o nosso planeta; Salvem o nosso país; Salvem a nossa Amazônia; Salvem o futuro da humanidade.”

Quanto ao Dia do Radialista, é uma pena a troca de data promovida em 2006 pelo então Presidente da República Luiz Inácio da Silva, através da Lei 11.327, no Calendário de Efemérides Nacionais, para o dia 07 de novembro, em homenagem ao natalício do grande compositor, músico e radialista Ary Barroso. Acho que a data perdeu um pouco o seu significado, não por desmérito ao Ary, mas pelo costume, pela tradição. O grande Ary Barroso merece até uma homenagem maior. Que tal o Dia do Compositor ou o Dia do Músico? Mas, a troca já está feita e nada temos a fazer. No entanto, quero, nesta data, discorrer sobre o Dia do Radialista e da Radiofusão no Brasil que se comemora hoje. A primeira estação de rádio no Brasil foi fundada em 20 de abril de 1923 pelo Senhor Edgar Roquete Pinto, na Academia Brasileira de Ciências, chamada Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, com o prefixo PRA-A. E, logo depois veio a Rádio Clube do Brasil, PRA-B, fundada por Alba Dias, em São Paulo, ela foi a primeira emissora de rádio paulista, fundada em 1924. Em Belo Horizonte, a primeira emissora de rádio foi a rádio mineira, fundada em 30/05/36. Porém, a primeira transmissão de rádio aconteceu em 07/09/22, durante a exposição comemorativa do centenário da Independência do Brasil, quando o então Presidente da República do Brasil, Eptácio Pessoa, discursou e o seu discurso foi ouvido na própria exposição, como também em Niterói, Petrópolis e São Paulo graças à instalação de uma retransmissora no Corcovado e de aparelhos de recepção nesses locais. No tocante a este assunto, ficamos por muito tempo ouvindo estações de rádio como: Difusora do Amazonas, Rádio Riomar de Manaus, Rádio Baré, também de Manaus, Rádio Marajoara de Belém, Rádio Clube do Pará, Rádio Mayrink Veiga do Rio de Janeiro, Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a Voz da América, a BBC de Londres e uma infinidade de estações venezuelanas. Após, mais em 1956 o candidato a Presidente da República, Doutor Jucelino Kubitschek de Oliveira, na sua caminhada política, chegou a Boa Vista do Rio Branco e ao saber que aqui não havia sequer uma estação de rádio, prometeu ao Governador José Maria Barbosa que, se eleito Presidente do Brasil, daria uma estação de rádio para o nosso Território do Rio Branco. Sua promessa foi cumprida em 04/01/57, quando foi inaugurada pelo Governador Major José Maria Barbosa a Rádio Difusora de Roraima, ZYA-1, com capacidade de kilowatt na antena que nos levava a Finlândia, Noruega, Suécia e a outros países. Contudo, a felicidade maior estava aqui com os radialistas improvisados, de estilo próprio, bom timbre de voz, leitura correta e comprometidos em levar aos lares riobranquenses da capital e do interior uma programação agradável e de boa qualidade. Destacava-se nessa programação “O Mensageiro do Ar”, que funcionava no elo de ligação entre a capital e o interior, com recados radiofônicos todos os dias às 19 horas e que, muitas vezes, ultrapassava uma hora de leitura num estúdio sem ar condicionado e sem ventilador “Mensagens Sonoras” era outro programa de grande audiência onde as pessoas ofereciam música para as outras e parabenizavam os aniversariantes do dia. Nesses idos de 1957 e 1958, por deficiência energética, a rádio só funcionava à noite. Só depois de alguns anos passou a funcionar durante o dia, aumentando assim o trabalho e a equipe. Foi nesse ambiente de trabalho que nasceram e cresceram os grande e renomados radialistas de Roraima. Embora não se comemore mais nessa data o dia do radialista, eu quero, por dever de justiça, abraçar e parabenizar aqueles que fizeram da comunicação no nosso Estado o meio de sobrevivência e a arte de bem informar. Quero destacar aqui alguns nomes, mas o exército de comunicadores é bem maior. Destaco nesse momento os pioneiros da Radiofonia Roraimense: Aldemiro Cavalcante, Magnos Guimarães, Maris Guimarães, Altair Souza, Laucides Oliveira, Benjamim Monteiro, Lino Silva, João Reis Brandão, Galvão Soares, Júlio Torreias, Carvílio Pires, Edmur Oliva, Carlos Alberto Alves, Ivan Dourado, Ademir Pimentel, José Maria Carneiro, Célio Antunes, Odilson Silva e tantos outros que talvez vocês nunca ouviram falar, mas que nos bastidores, nos transmissores, na mesa de som, no escritório, na equipe de limpeza e conservação, na segurança ou atrás do volante, contribuíram para o sucesso da

programação e da emissora. Não poderia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, falar de rádio fusão sem lembrar e prestar minhas homenagens a esses comunicadores que por décadas deram o melhor de si, levando aos lares roraimenses a cultura, o entretenimento, a boa música, a informação séria e comprometida com a ética e com a verdade. O radialista é um sonhador, é um apaixonado pelo que faz e sonha com uma rádio séria e sem manipulação, comprometida com a ética e com o bem. O radialista é crédulo, acredita que a rádio só é diversão para quem ouve, para quem faz é trabalho. Neste dia do radialista e da rádio difusão quero cumprimentar a rádio Roraima e toda a sua equipe pelos 54 anos de bons serviços prestados à coletividade roraimense. Parabenizo, também, as demais emissoras de rádio pela parcela de contribuição na difusão da cultura, do entretenimento e da informação. Parabéns radialistas de Roraima. Quero Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, dizer que atualmente se faz comunicação com modernidade, com tecnologia. Hoje tudo é mais fácil, entretanto, antigamente, esses desbravadores da comunicação no Estado de Roraima é que faziam a diferença, não só no processo da democratização, mas em benefício de todas as famílias roraimenses através da comunicação. Quem não se lembra do “Mensageiro do Ar” que levava nos lugares mais longínquos, nos recantos mais distantes desse Estado a comunicação? Quero deixar neste dia de hoje as minhas felicitações, parabéns à Rádio Difusora de Roraima pelos seus 54 anos. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Não havendo mais nenhum Orador inscrito no Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 017/2011, que fixa os subsídios dos Procuradores do Estado, e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo do Projeto de Lei Complementar nº 009/2011, que altera os dispositivos da Lei Complementar de 02 de setembro de 1993, e dá outras providências, de autoria do Tribunal de Justiça; do Projeto de Lei Complementar nº 024/2011, que dispõe sobre a estrutura do Plano de Cargos e Salários do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 017/2011.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, gostaria de fazer uma solicitação a Vossa Excelência. Como nós já votamos a matéria em primeiro turno, a não ser que Vossa Excelência queira que faça a leitura, gostaria de requerer a dispensa da leitura em razão desse Projeto já ter sido aprovado em primeiro turno.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lido o Projeto de Lei Complementar nº 017/2011.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão o Projeto nº 017/2011.

Não havendo nenhum Deputado que queira discutí-lo, coloco em votação o Projeto de Lei Complementar nº 017/2011. A votação será eletrônica. Votando “sim” os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria em segundo turno e, votando “não” estarão rejeitando-a. Comunico aos Senhores Deputados que, nos termos do artigo 188, caput do Regimento Interno, o Projeto de Lei Complementar será aprovado se obtiver a maioria absoluta dos membros desta Casa, portanto, treze votos favoráveis. Solicito ao operador do painel que dê início a votação. O Projeto foi aprovado com 16 votos favoráveis e nenhum contra.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 009/2011, e do parecer das Comissões Conjuntas.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lido o Projeto de Lei Complementar nº 009/2011 e o parecer das Comissões Conjuntas.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em votação, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 009/2011. A votação será nominal e eletrônica. Comunico aos Senhores Deputados que, nos termos do artigo 188, caput do Regimento Interno, o Projeto de Lei Complementar será aprovado se obtiver a maioria absoluta dos membros desta Casa, portanto, treze votos favoráveis. Votando “sim” os Deputados estarão aprovando o Projeto de Lei Complementar nº 009/2011 e, votando “não” estarão rejeitando-o. Solicito ao operador do painel que dê início a votação. Declaro aprovado, em primeiro turno, o Projeto de Lei complementar nº 009/2011 que altera dispositivos da Lei Complementar de 02 de setembro de 1993, e dá outras providências, de autoria do Tribunal de Justiça.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Relatório do Projeto de Lei nº 024/2011, bem como do parecer da Comissão criada pela resolução nº 022/2011.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Lido o Projeto de Lei nº 024/2011 e o parecer da Comissão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu gostaria de solicitar o adiamento de discussão desse Projeto.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Acato o Requerimento de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** pede Questão de Ordem da mesma forma, Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação para que o Projeto passe pelo CCJ, porque nós não tivemos conhecimento desse Projeto, não conhecemos as emendas que foram apresentadas nele, não sabemos como é que ficou a sua configuração após passar pela comissão temporária. Então, que seja dado realmente um prazo para que possamos analisá-lo melhor.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que esse Projeto tramita na Casa há mais de sessenta dias, e que ontem, eu pedi a todos os Deputados que fizessem um esforço concentrado para estar aqui, pois às Comissões não estão se reunindo. Vou dar o prazo como dei para a Deputada Aurelina. Eu não vou mais criar Comissão Geral para analisar Projeto, eu vou cobrar da Comissão, e se a Comissão não se reunir, eu não vou pagar a gratificação. Portanto, está acatado o Requerimento de Vossa Excelência com essa ressalva. Suspendo a Sessão para analisarmos o Projeto 060/2011, que cria cargos comissionados da estrutura organizacional, de autoria da Vice-Governadoria, e o projeto que dispõe sobre a Escola Pública de Trânsito como órgão do Executivo da estrutura administrativa do Departamento Estadual de Trânsito.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede Questão de Ordem Senhor Presidente, só para que eu possa entender, se Vossa Excelência passar o Projeto de Lei para a Comissão de Justiça e Redação Final, a Comissão Especial fica prejudicada?

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Já concedi o adiamento à Deputada Aurelina, essa já é matéria preclusiva, já passou.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** pede Questão de Ordem – Eu já estou satisfeito Presidente, porque quando se cria uma Comissão Especial, não há necessidade de passar pela Comissão de Justiça. A Comissão de Justiça não é a dona absoluta dos Pareceres, a Comissão Especial foi criada para isso. As emendas ao Projeto estão à disposição de todos os Deputados, aliás, esse Projeto nº 016/2011 já recebeu mais de quatro emendas, e eu acredito que seja o mais polêmico, há mais de cinquenta emendas e a todos os Deputados ele está aberto para verificarem e analisarem na Comissão Especial, caso contrário, não se precisa mais criar a Comissão Especial.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Está suspensa a Sessão. Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Passamos às Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – A CCJ claro que não é a senhora dos Pareceres e nem a Comissão mais importante da Casa, todas as Comissões são igualmente importantes, mas a CCJ tem que guardar, inclusive pela observância do cumprimento do nosso Regimento, a proposta acatada, para que a discussão seja amanhã. Ela deveria sim ter passado pela CCJ, porque o artigo 42 do nosso Regimento diz que as Comissões Especiais Internas são constituídas em dar Parecer sobre proposta de Emenda à Constituição do Estado, proceder à tomada de contas do Governador do Estado; a representação e solicitação para restauração de processo contra o Governador, o vice-governador e o Secretário de Estado e matérias referentes à economia interna da Assembleia, ou seja, quem conhece bem o Regimento sabe que um Projeto de Lei tem sim que passar pela Comissão. Estou dando esses esclarecimentos em resposta a uma manifestação feita no Plenário de que a gente, em tese, estaria exigindo um tratamento diferenciado ou tendo uma postura que não está de acordo com a responsabilidade da CCJ. Quero deixar isso claro e dizer que nós vamos exigir que os projetos sobre a responsabilidade da CCJ passem pela Comissão.

O Senhor Deputado **Sargento Damosiel** – Senhor Presidente, nessa oportunidade quero lembrar que no dia 21 de setembro comemora-se o dia da árvore e entendo que a árvore, principalmente na Amazônia, é muito valorizada, pois a questão ecológica hoje é bastante discutida em todo mundo. Vale salientar que nós aqui na Assembleia Legislativa defendemos a preservação da natureza como forma de sobrevivência futura a todas as raças, porém, nós consideramos mais importante a vida humana. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Ângela Portella** – Senhor Presidente, nobre Pares, nós estivemos em Pacaraima na sexta-feira e no sábado, e quero agradecer de público, pois a Assembleia esteve com a Escola

Legislativa e com a Comissão da Família lá, e contou com o total apoio da Câmara Municipal, do Prefeito, dos Secretários, dos Vereadores, do CREA, do Conselho Tutelar, da Polícia Militar, do DETRAN, dentre outras instituições. Pessoas da comunidade, alunos da Escola Estadual, professores estiveram debatendo assuntos voltados à questão da família, bem como ao Seminário de Formação Política. Quero agradecer nossos palestrantes: Deputada **Aurelina**, Deputado **Marcelo Natanael**, Doutor João de Carvalho, Doutor Oleno, e também agradecer o Deputado Dhiego que nos acompanhou com toda a Comissão da Família. E agradecer ainda, e convidar o Servidor da Escola Legislativo Getúlio Barbosa Wanderley para entregar, de forma simbólica, uma árvore em comemoração ao dia da árvore, pois a “árvore é fonte de vida”. Estivemos hoje na Escola Severino Cavalcante fazendo esse trabalho de conscientização ao amor à natureza, com respeito ao meio ambiente.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, gostaria de justificar, antecipadamente, minha ausência no Simpósio de Trânsito amanhã, tendo em vista um encontro no Estado de Alagoas, onde vamos debater a valorização dos policiais e bombeiros de todo o Brasil, discutir a força nacional. Lá estará presente o Deputado Mendonça Prado – Presidente da Comissão de Segurança Pública, e vários representantes da federação. E, quero aproveitar a oportunidade e convidar os interessados a participar da conferência do PCDB que será no sábado, onde teremos a eleição da nova diretoria da Federação do Comércio.

Quero registrar, mais uma vez, pois fiz isso ontem, estou preocupado com política de reajuste salarial por parte do Governo do Estado. Hoje, na cidade, foi um transtorno, várias categorias nos procuraram, já se mobilizando, falando em greve, categorias que estão prejudicadas como é o caso dos policiais civis que estão aqui na Plenária, que estão há tempo buscando sua progressão funcional, e com os professores não é diferente, bem como os trabalhadores da saúde. Então, mais uma vez, preocupo-me com essa política do executivo, que fala de redução de gastos, sendo que hoje não foi votado porque houve um pedido de adiação de discussão de dois projetos por parte do governo do Estado criando cargos e aumentando salários prova de que, todo o discurso do governo de contenção de despesas não passa de mero discurso, porque a prática é outra. Vamos trabalhar intensamente junto aos sindicatos, associações dos servidores para termos uma política onde o governo se posicione de maneira coerente, mostre qual a política salarial que ele tem para os servidores como reajuste salarial, reconhecimento dos direitos e progressões, promoções que os demais servidores estão há tempo aguardando. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer uso de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 23, à hora regimental.

Estiveram presentes os seguintes Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chico da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 27/09/2011

**ATA DA 2053ª SESSÃO, EM 27 DE SETEMBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia vinte e sete de setembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura

do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

-Projeto de Lei s/nº, do Deputado Joaquim Ruiz, autorizando o Poder Executivo a conceder remissão de dívidas resultantes de financiamentos provenientes de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Roraima – FUNDER.

EXTERNO:

-Ofício nº 219, de 08/09/11, do Juizado da Infância e da Juventude, encaminhando cópia das Inspeções realizadas, nos dias 18 e 19/08/2011, na Instituição Municipal de Acolhimento “Pedra Pintada”, Casa Estadual de Acolhimento “Pastor Josué”, bem como, recomendações pertinentes do MM. Juiz Titular.

-Ofício nº 1026/11, de 16/09/11, da Promotoria de Justiça, encaminhando cópia de Termos de Ajustamento de Conduta – TAC, nº 01/11-PROSAUDE, 02/11-PROSAUDE e 03/11-PROSAUDE.

-Ofício nº 0286/11, de 20/09/11, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Roraima, informando a entrega ao Vice Governador da minuta da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Roraima.

-Ofício nº 110/2011, de 19/09/11, do Tribunal Regional Eleitoral, acusando o recebimento do convite para participar do I Simpósio de Trânsito.

-Ofício nº 474/11, de 23/09/11, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, agradecendo a realização do 1º Simpósio de Segurança no Trânsito.

-Ofício nº 164/2011, de 23/09/11, do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando anteprojeto de lei para apreciação desta Casa Legislativa.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão Silveira**) – procede à chamada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, colegas da segurança pública, em nome do companheiro Emerson – Presidente do Sindicato, quero cumprimentar todos os trabalhadores do DETRAN; cumprimento o companheiro Nilton – Presidente do Sindicato dos Policiais Cívicos, e em seu nome toda sua equipe na direção do Sindicato, agente penitenciário, enfim, todos trabalhadores aqui presentes.

Senhor Presidente, tenho cobrado constantemente, e tem minha parcela de responsabilidade no resultado da vinda dos trabalhadores do nosso Estado à Assembleia, que, a cada dia, mais pessoas estão vindo para esta Casa, estão entendendo que esta é a Casa do povo, e estamos aqui para ouvir o povo, para discutir os problemas do dia a dia. Isso é muito bom, fortalece a democracia, ajuda os Deputados saber com mais clareza, qual a real necessidade da sociedade como um todo. Estão de parabéns não só os trabalhadores da saúde, educação, como também os trabalhadores da segurança que trazem para esta Casa suas demandas, de maneira organizada e coerente. Continuem assim, e sejam bem-vindos à Casa do povo.

Senhor Presidente, uso essa Tribuna para tratar da Segurança Pública em nosso Estado. Dia 30 de março, realizamos uma Audiência Pública, através do Requerimento nosso e demais Deputados, trouxemos a esta Casa o Secretário de Segurança, Delegado Geral, Comandante da Polícia Militar, trabalhadores, como um todo. Durante o dia todo discutimos a real situação da segurança do nosso Estado. Passados quase seis meses, e a triste realidade, senhores e senhoras, quase não mudou nada, aliás o que mudou foi para pior. A segurança pública do nosso Estado continua abandonada, sem estrutura nos quatro cantos do Estado. E o que é pior, percebemos que o Governo conduz a polícia de maneira equivocada, dando tratamento diferenciado aos trabalhadores de segurança pública. O governo é o primeiro a provocar uma divisão de classe dentro da polícia militar, civil, DETRAN, simplesmente, por não haver coerência no seu posicionamento, simplesmente por uma meia dúzia de senhores que acha que entende tudo, conhece tudo, que tem o aval do governo. Por essa razão, muitos deles hoje estão sendo reconhecidos e promovidos, recebendo cargos importantes, não pelo compromisso e conhecimento, mas, pelo grau de desempenho na campanha eleitoral de 2010. E, nesse processo, a maior vítima é sociedade. Municípios, antes, pacatos, como o Baliza, Amajari, hoje vítimas de assalto, furto e roubo. Deputado Ionilson, se formos hoje ao Amajari, lhe confesso que não tem dois policiais militares para atender

aquele povo, se formos ao Baliza, se tiver três policiais, seria muito, não tem viatura, destacamento para abrigar os policiais, não tem combustível nem telefone. Afirmando, categoricamente, que tudo que foi dito, prometido, pelas autoridades, gestores da segurança pública, são os mesmos de 30 de março e a situação continua a mesma. E percebemos que o Governo mente, e mente muito ao nosso povo. Recentemente, Deputado Xingu, apresentei nesta Casa uma denúncia sobre a divulgação onde o Governo do Estado gastava rio de dinheiro divulgando a construção de casas no Bairro Brigadeiro, feitas com cerâmicas, rebocadas, pintadas as quais trouxe fotos e depoimentos, encaminhei ao Ministério Público Federal a propaganda mentirosa do Governo. A casa que está sendo mostrada na televisão é de uma costureira que trabalhou e conseguiu comprar a cerâmica e colocar na sua casa e mandou rebocar com dinheiro do seu trabalho. A condição das demais casas que o Governo fez é diferente, estão caindo, a madeira está sendo corroída pelo cupim, a instalação de esgoto não funciona, inclusive, eu filmei, ouvi o depoimento de uma Senhora dizendo que as unhas de seus pés caíram em virtude de uma chuva que estourou a fossa, e com isso os dejetos retornaram invadindo a sua casa. Ao limpar perdeu as unhas dos pés. Eu não estou inventando, quem quiser cópia, eu os repasso. Na segurança pública a realidade está diferente, eu fiz comentário em relação ao Brigadeiro para demonstrar até que ponto o Governo pretende enganar a sociedade. Na segurança pública, Senhores trabalhadores, vocês são testemunhas do que estou falando, não é diferente. Tem mais de 40 outdoors na cidade dizendo que o Governo comprou 34 viaturas para a Polícia Militar. O Governo do Estado engana a população em relação àqueles recursos para a compra de viaturas e tantas outras, é dinheiro federal, é dinheiro da SENASP. O Governo do Estado recebeu quase 60 milhões de reais nos últimos 5 anos em projetos da SENASP para adquirir viaturas, armamentos, monitoramento de câmeras, inclusive, é carro-chefe da segurança implantar monitoramento de câmeras nas principais ruas da nossa cidade, mas que sabemos que existem apenas duas câmeras funcionando em frente de duas revendedoras de carro. A Jaime Brasil não tem câmera de segurança, mas o dinheiro veio, está aqui o convênio, são quase 60 milhões de convênio liberados, e a contrapartida do Estado é irrisório, são 50 mil, 60 mil, 100 mil de contrapartida e o Governo assume a pose de como estivesse fazendo segurança pública na nossa sociedade, propaganda mentirosa, enganosa. O pouco que tem hoje na segurança pública vem da SENASP, através dos convênios, enquanto o Governo do Estado nem a competência tem para dar manutenção. Se formos no centro de manutenção da Polícia Civil e da Polícia Militar podemos ver viaturas paradas por falta de 100, 200 reais para comprar uma peça. Cabe a nós, e aos trabalhadores desmentir o Governo do Estado frente a propaganda enganosa. A orientação do alto escalão da Segurança Pública é dizer: “nós não podemos falar a verdade porque vai causar sensação de insegurança, não podemos divulgar os relatórios, não podemos demonstrar que faltam viaturas, combustível”. O Governo tenta colocar para debaixo do tapete a real situação da nossa segurança pública.

Senhoras e Senhores, que digam as vítimas da violência do nosso Estado, vamos ouvir esse pessoal, o que eles têm a reclamar, são várias denúncias no Ministério Público, pessoas que ligam para o 190 para 191 mas não são atendidos e, às vezes, é colocado para a sociedade como culpado, o agente, o policial, ou o praça. Não sabe a sociedade que esses trabalhadores têm boa vontade, querem produzir mas não são dadas as ferramentas necessárias. O que temos hoje é um grupo de pessoas à frente da segurança pública com falta de compromisso, humildade, e sobra vaidade para conversar com os trabalhadores.

Quero mais uma vez manifestar nossa preocupação, relembrar que no dia 30 de março, em nossa audiência pública, não quero nem mencionar a situação do tratamento desigual dada pelo Governo do Estado, e vem fomentando a cada vez mais a distorção salarial entre as categorias. Está para entrar nesta Casa um projeto que contempla os delegados de polícia, tira direito dos agentes, está vindo também um estatuto dos policiais e bombeiros militares que não reconhecem os direitos dos policiais e bombeiros, como: carga horária, aposentadoria especial. E por outro lado, o Governo encaminha projeto para cá, está tramitando o projeto que cria cargo comissionado dentro da Polícia Militar. Por outro lado projeto, com aval do Governo, que em 8 anos o delegado chega ao topo máximo, enquanto o agente leva 30 anos para chegar ao topo da carreira. Não dá para compreender esse tratamento de forma desrespeitosa com os nossos trabalhadores. Quero repudiar a atitude do Governo do Estado em enganar a sociedade, em gastar muito mais em outdoors, alto gasto em propaganda, divulgando a aquisição dessas viaturas com recursos do Estado, dando a entender à sociedade

que é o Governo quem está fazendo, se, ao invés de propaganda, ele pegasse esse dinheiro ele conseguiria recuperar boa parte da frota da Polícia Civil e Militar que está parada no centro de manutenção por falta de 100, 200 reais para substituir bateria e outros acessórios tão simples. A política do Governo e posar para a sociedade que está fazendo, porém a sociedade sente que está sendo vítima no dia a dia com aumento da criminalidade, sofrimento dos trabalhadores, devido ao tratamento desigual dado pelo Governo do Estado, enquanto esquece uma parte maior, onde privilegia uma pequena parte do alto comando principalmente aqueles que foram leais a ele na eleição de 2010.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Vossa Excelência sempre muito veemente nos seus pronunciamentos em defesa da classe trabalhadora do nosso Estado, em defesa da estrutura de Estado, em relação a qual o Governo deveria dar atenção, oferecer condições necessárias para o poder público em geral desenvolver suas tarefas, seu trabalho. Concordo, e junto a minha posição a de Vossa Excelência em referência aos gastos desnecessários deste Governo. O Governo precisa entender que existe uma diferença entre gastar e investir, o que realmente falta ao Estado é a necessidade de investimentos, principalmente os que dão retorno, são aqueles com essa disponibilidade de recursos que o nosso Estado tem. Em 2010, passaram pelos cofres públicos 3 bilhões e 90 milhões de reais, um montante de recursos monstruosos, foram muitos recursos, porém não vemos investimentos. O destino dos gastos quase que diariamente é visto por muitas vezes denunciado, como a questão da corrupção na Secretaria de Estado da Saúde com um desvio de 30 milhões dos cofres públicos e que ainda tem Secretário insistindo em dizer que não há corrupção. Então, é dever desta Casa mostrar para este Governo a diferença entre investimentos e gastos. Investimento é aplicar recurso na melhoria de estradas, saúde, educação, é valorizar o servidor público, é trabalhar a isonomia dos servidores, e não privilegiar uma meia dúzia de apaziguados que dão sustentação ao Governo do Estado. Parabéns.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua- Obrigado, Deputado Brito, peço aos funcionários juntar o pronunciamento do Deputado ao meu discurso de hoje, o Deputado Brito que representa muito bem a categoria de empresários, comerciantes e distribuidoras do nosso Estado, setor vítima pela falta de segurança no nosso Estado.

Eu imaginava que a base governista, o líder do governo ou alguém que representasse o Governo iria questionar. Mas, se houver esse questionamento, estou aqui com todos os convênios, para demonstrar, confirmar e comprovar tudo aquilo que eu falei, eu não falei nada em vão, estão aqui os convênios, a contrapartida do Estado, especificando quanto e o que foi liberado, a data, qual é a finalidade. Enfim, se alguém da base governista ou alguém ligado à segurança queira contestar essas informações, estou disponível para ajudar, para distribuir esse material. Mais uma vez torna pública a real situação em que se encontra a segurança pública do nosso Estado. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra**- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, todos aqui presentes, bom-dia.

Senhor Presidente, faço uso desta Tribuna hoje, informar que estou preparando uma indicação para que, após a indicação aprovada aqui nesta Casa, o Poder Executivo realize estudo no sentido de incluir a disciplina de empreendedorismo na grade curricular das escolas da rede pública estadual de ensino médio, com a finalidade de despertar nos alunos a vocação de empreender, proporcionando uma visão de futuro, ou seja, diante do quadro caótico que hoje se encontra o nosso Estado, tendo a ciência e a consciência de que a única maneira de sairmos dessa realidade que estamos hoje, é através de investimentos na educação dos nossos jovens, é através de investimentos na educação no sentido de torná-los empreendedores. Senhoras e Senhores, o Poder Público deste Estado não tem condições de criar ou gerar os empregos que a demanda hoje necessita. Nós temos hoje mais de 20 mil universitários, o Poder Público, seja quem for Governador ou Prefeito, não tem condições de suprir essa necessidade, essa necessidade só será suprida através da iniciativa privada. Aí é preciso que haja investimentos maciços nas estradas, setor produtivo para que possamos fortalecer a economia primária, ou seja, o setor produtivo, agroindústria para que possamos, a partir de um setor fortalecido, gerar empregos e rendas na indústria e comércio. Hoje só temos empregos, praticamente, no comércio, mas comercializamos só produtos oriundos de outros Estados. Estamos gerando emprego e renda em outros Estados da federação e deixamos de gerar aqui no Estado de Roraima. Mas a partir do momento em que houver um setor produtivo forte, uma indústria instalada em nosso Estado, haverá necessidade de pessoas qualificadas, de uma mão de obra para atender as demandas do setor produtivo industrial e comercial. E só quem prepara, desenvolve esse tipo de aprendizado, são as escolas públicas que já estão sendo pagas para esse fim.

Então a inclusão da disciplina de empreendedorismo no currículo escolar, é mais que importante. O empreendedorismo é essencial na motivação, e vai despertar nesses jovens o espírito de empreendedor. Ele não vai ser simplesmente um jovem com a vocação de funcionário público ou jovem que vai desenvolver qualquer tipo de função de trabalho. Essa disciplina será de alta importância ao aluno, Deputado Gabriel, para torná-lo determinado e seguro na sua vocação. E, a partir daí pode ser um empresário bem sucedido, ele poderá gerenciar uma pequena, média ou uma grande empresa, através da qual, ele vai aprimorando sua dignidade, adquirindo novas experiências, cidadão preparado estará contribuindo, para o crescimento e desenvolvimento do nosso Estado.

Senhor Presidente, torno público para os Nobres Deputados, Vossa Excelência, e todos aqui presentes, que encaminhei ofício a Vossa Excelência solicitando a participação de um membro da Casa, seja um Deputado ou Deputada Estadual, para participar da reestruturação da CODESAIMA. Foi criada uma Comissão, Deputada Ângela Portella, para estudar a viabilidade de reativar a Companhia e Desenvolvimento de Roraima. Não sei, porém, até onde isso é possível, mas sei que é um dever desta Assembleia participar do trabalho de reestruturação, análise para ver viabilidade de reestruturar.

Senhor Presidente, eu gostaria de me colocar à disposição para fazer parte da Comissão que vai estudar a viabilidade da reativação da CODESAIMA. Sou técnico em agropecuária, conheço os projetos que podem ajudar a CODESAIMA se reerguer, ajudar o homem do campo a manter sua propriedade produtiva. Sou formado em administração de empresa, portanto, sei como gerir uma empresa, e tenho formação em direito, sou Bacharel em direito, trabalhei 12 anos naquela companhia, conheço-a profundamente. Tenho certeza que o meu trabalho nessa Comissão será de grande valia, vou apenas me somar a todos aqueles que lá estão, no sentido de montar esses projetos. E, a partir daí, se houver a viabilidade de colocar a CODESAIMA em atividade para, novamente, impulsionar o desenvolvimento deste Estado. Após a companhia viabilizada, será feita a terceirização, para passar esses projetos, como projetos de integração avícola, projeto que abrangeria o Município de Mucajai, 50 km da capital. Pessoas com pequenas propriedades rurais, em parceria com o Governo do Estado, através da CODESAIMA, criaria frangos, aqui abatidos, mandados para os hospitais, secretaria municipal de educação, servidos na merenda escolar, ou seja, uma alimentação saudável, possibilitando ao homem do campo, além de mantê-lo na sua terra produzindo, estaria gerando empregos e rendas. Sei que hoje não é dever do Estado produzir, mas a partir do momento em que estiver viabilizado, é possível terceirizar todos esses projetos: a usina de laticínio receberia o leite do produtor rural, fabricaria o queijo, iogurte. Tudo isso pode voltar a funcionar, gerar emprego no campo, na indústria e no comércio, e atende o nosso povo com produto de boa qualidade.

Senhor Presidente, tenho outra indicação para que o Poder Executivo torne obrigatório o policiamento ostensivo nas barreiras que dão acesso a outros Estados e países do nosso Estado, onde, por vezes, os carros são roubados e entram em outros países, vão para outros Estados, a polícia militar ausente nas barreiras, facilita essa prática. A justificativa do Secretário de Segurança Pública, é que o dever de fazer esse tipo de trabalho nas BRs e rodovias federais compete à polícia rodoviária federal. Mas ela não tem estrutura, hoje, para desempenhar esse tipo de trabalho. Então, os carros roubados passam livremente, entram com drogas, saem com drogas do nosso Estado, entram com produtos contrabandeados, prejudicando o trabalho do comerciante que paga seus impostos, enquanto os infratores trazem produtos sem pagar seus impostos. A medida é para que haja mais segurança para toda a sociedade através desse policiamento ostensivo tão necessário. É dever do Estado, Deputado Xingu, a partir do momento em que o Governo Federal não consiga fazer esse policiamento, através da Polícia Rodoviária Federal, então a Polícia Militar faz o policiamento nas barreiras, dando mais segurança ao nosso povo. E, diga-se, temos excelentes profissionais na polícia militar, polícia civil, está aí o DETRAN, com várias demandas, está aqui, hoje, com a polícia civil, solicitando-nos providências no sentido da isonomia salarial, pleitear juntos com eles neste momento os seus direitos. Quando o povo busca o seu direito é dever do homem público estar junto. Quero dizer aos senhores e senhoras, que contem comigo, não estou nesta Casa contra o governo, estou aqui a favor do povo, e a favor de vocês.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingu**. Deputado Brito, quero me juntar ao seu discurso. O senhor acabou de falar que será criada uma comissão para cuidar da reestruturação da CODESAIMA, eu apoio Vossa Excelência em número, gênero e grau. Esperamos que haja um Deputado nessa Comissão para evitar o que

aconteceu em 98, 2000: um pé de banana produziu 90 cachos, divulgado pelo Fantástico e Jornal Nacional. Então, como sugestão, um braço do nosso poder, pode ser Vossa Excelência para impedir que situações como essas venham acontecer naquela Companhia.

O Senhor Deputado **Bríto Bezerra** continua. É um dever do homem público, Parlamentar, estar trabalhando no sentido de coibir esse tipo de corrupção, desmando, não só na CODESAIMA mas, em todas as secretarias e Governo do Estado. Obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cumprimento os trabalhadores presentes nesta Sessão.

Senhor Presidente, comecei desde da quinta-feira passada analisar dois projetos encaminhados pelo Poder Executivo, mais precisamente do DETRAN que tramitam nesta Casa: “Dispõe sobre a criação de Escola Pública de Trânsito: também, o que, dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Salários e Carreira do DETRAN”. Presidente Guerra, o que chama minha atenção nestes dois projetos, é que o executivo mandou para cá com regime de urgência. Qual é a urgência desses dois projetos? Qual a relevância desses projetos? São projetos que deviam tramitar nesta Casa de forma absolutamente normal, são projetos que vão ter despesas significativas para o DETRAN. Acho que essa urgência tem um condão, Deputado Célio, castrar, tirar o poder, a oportunidade para a discussão, que deva existir no parlamento, aqui, ou em qualquer parte do planeta. O debate é que faz crescer, faz valorizar o parlamento, Parlar, vem do italiano, significa falar. Esta Casa é o local da fala, Casa do debate, oitiva, essencialmente. Então, me causa muita espécie esses dois projetos, Deputado Rodrigo Jucá, encaminhados para cá em regime de urgência.

Pasmem, o que vou mostrar. Início pela reorganização do Plano de Cargo, salários e carreira do DETRAN. No artigo 40 diz: “ficam criados os cargos em comissão; Diretor Jurídico, DAS6, 13.950,00; Consultor Jurídico, três cargos comissionados de 8.000,00 reais; a Chefia de multa DAS3, 2.190,80,00; e o chefe de arrecadação, também; DAS3. Mas, o seu artigo 41 diz: “ficam extintos o órgão de procuradoria jurídica e o cargo de Comissão de procurador jurídico DAS 4”, quer dizer, o DETRAN tinha um Procurador Jurídico DAS4, ganhando 3.067,03,00. Quando nós somamos a estrutura que vai dar cobertura jurídica para o DETRAN, chegamos a quase 39 mil reais. Está crescendo só a despesa para o departamento jurídico do DETRAN em 1.300%, são treze vezes mais do que se gastava com o Procurador Jurídico, agora vai ser gasto com estrutura jurídica. O sentimento que se tem, é que o DETRAN nada em dinheiro, parece que o DETRAN está com pressa de gastar esse dinheiro que advém da sociedade, através do tributo e multas que são pagas diariamente. Agora eu pergunto: Por que com esse dinheiro, que está sobrando, quer contratar e pagar cargos comissionados, em vez de destiná-lo para a fiscalização e, assim, evitar que os acidentes ocorram. Quando já existe fiscalização eficiente, vamos aprimorá-la, fazer crescer, dotar de melhor estrutura para que, efetivamente, o DETRAN evite os acidentes que ceifam vidas, vida dos jovens. Segundo dados estatísticos, 30% dos acidentes fatais em Roraima, envolvem jovens. Mais de 80% desses jovens são do sexo masculino. Se há o dinheiro, que se utilize na fiscalização. Conforme vimos, aqui, para melhorar o trânsito no Brasil, temos um binômio, temos dois fatores, quais sejam, educar e fiscalizar. Pois bem, tem mais um projeto que cria a escola de trânsito. Eu fui pesquisar custos da escola de trânsito e cheguei com alguns resultados interessantes. Em relação a cargos comissionados que estão sendo criados na escola de trânsito, me chama atenção o artigo 6, que diz: “os centros de formação de condutores, que destinarem mensalmente, no mínimo, três vagas gratuitas para as pessoas de baixa renda, afim de oportunizar acesso à primeira habilitação, “receberão o certificado de responsabilidade social emitido pelo Diretor Presidente do DETRAN e terão direitos de utilizar de forma gratuita a estrutura pública, estrutura da escola de trânsito, a fim de efetuar suas aulas práticas”. Ouvimos todos os dias questionamentos de que as eleições de Roraima estão judicializadas, há uma eleição e depois um terceiro turno, a ação judicial que dá trabalho e segurança a fatores que conhecemos. Aqui ao meu sentir, nós estamos institucionalizando e dando instrumento para que as demandas judiciais ocorram amanhã. Diz mais no parágrafo I, “considera pessoas de baixa renda, aquelas desempregadas e inclusas no programa social estadual ou empregadas com renda até um salário mínimo; quer dizer, um pai de família que tem um salário mínimo pode tirar sua carteira, bem como, os estudantes da rede pública de ensino cuja renda não ultrapasse três salários-mínimos, a partir de 01 de janeiro, três salários-mínimos, vão somar 1.860,00 reais, é uma renda baixa, mas significativa para o poder público estar dando condição à pessoa tirar carteira de graça. São questões,

para as quais que chamo atenção da sociedade, porque são questões que vão ter o aval desta Casa para amanhã ter instrumento de funcionamento. Quantos Deputados, quantas pessoas públicas já responderam ação na justiça eleitoral com a suspeita de darem carteira. Agora, vamos legalizar, institucionalizar a doação de carteira, porque no mínimo três carteiras, significa que uma escola pode dar 10, mas outra pode dar 100, outra 30, 200. No mínimo, três significa, três ou mais.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Remídio Monai** – Deputado Flamarion, sem entrar no mérito da questão da autoescola, gostaria de pedir a Vossa Excelência, que, como membro do mesmo partido do Senhor Governador, PSDB, buscasse um entendimento para que essas matérias não venham em caráter de urgência urgentíssima. Qual é a urgência de criar uma escola de trânsito? Então, acho que precisamos discutir melhor essas questões, não só a questão da escola de trânsito, como a questão dos policiais. Não vou votar sem antes discutir, ouvir a classe. Eu me recuso a votar se não ouvirmos tanto os policiais civis, delegados, diretor do DETRAN, por exemplo, Doutor Jorge, se o convidarmos para vir aqui, terá boa vontade de esclarecer a questão da escola de trânsito, cargos e salários do DETRAN. Penso que não tem essa urgência toda, a gente pode votar isso com calma, mas discutir a melhor proposta possível.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. Obrigado Deputado Remídio. Agora vamos para os cargos comissionados. A criação da Escola de Trânsito traz um coordenador geral com DAS4 com o salário 3.067,22; tem o cargo de inspetor da escola pública de trânsito de Roraima, DAS3 2.190,87; assessor especial da escola de trânsito DAS3, três assessores, com o salário de 2.190,87; secretária de gabinete da escola de trânsito DAS1, três cargos, 923,43, os agentes de trânsito com 30 vagas, a intenção é aproveitar o próprio trabalhador do DETRAN e dar uma gratificação para que desenvolva sua atividade dentro da escola de trânsito. Quem participou do seminário pôde ver o cidadão do futuro. Quando estava no governo, foi criado junto com Leocádio, que implantou autarquia do DETRAN, a Assembleia aprovou, e Leocádio implantou. Então, esse projeto é, ainda, dessa época. A escola de trânsito, na época, o Leocádio a concebeu e nós discutimos muitas vezes, é voltada no sentido de educar. É como disseram as autoridades que aqui estiveram: existem duas formas de melhorar o trânsito do Brasil. Primeiro, é educar; mas nós sabemos que educar o adulto é mais difícil, temos a consciência de educar na escola, e o outro é fiscalizar. A intenção era abrir espaço como esse, e na prática o aluno da Escola Dom José Nepote, Penha Brasil, vai lá, exercita, pratica o trânsito verdadeiramente. É na prática que ele vai despertando sua consciência do trânsito e responsabilidade. Também conversando em sua casa, com sua mãe, pai, avô, andando com o pai no trânsito vai dizendo: isso aqui é assim, esse sinal é assim, sinal vermelho, sinal verde, etc. O espírito era educar. Mas aqui não tem o espírito de educar, buscando o condão da escola para exercitar as nossas crianças e adolescentes, para despertar nele a consciência do trânsito que o Brasil precisa. Não justifica termos este ano em Roraima mais de 100 mortes, não justifica em Roraima 6.800 pessoas, internadas no hospital vítimas de acidente de trânsito. Desses 6.800 acidentado, 4.500 acidentados de motos, não justifica termos uma sociedade, como diz o Deputado Guerra, que é capaz de obedecer à faixa de pedestre, mas não é capaz de sair da faixa de pedestre, respeitar de forma genérica e generalizada a legislação de trânsito, e acidente continua vitimando e matando. Neste sentido, o seminário, aqui realizado, rendeu fruto, esperamos que na prática traga boas soluções. Assembleia está fazendo seu papel, o DETRAN é a parte importante nesse contexto, se o DETRAN tem suas finanças equilibradas, palmas! Se o DETRAN está com suas contas em dias, ótimo! Mas vamos destinar parte desses recursos para aprimorar, intensificar a fiscalização. Conforme dados estatísticos, quando o DETRAN vai às ruas com intensidade juntamente com órgão municipal e a polícia militar, se ela vai quinta, sexta, sábado e domingo, o hospital recebe números mais baixo de acidentes no trânsito. São dados estatísticos, ninguém munda isso, é real, fato. As pessoas ficam alertas entre beber e dirigir, dirigir sem habilitação que é outro fator que preocupa as autoridades de trânsito. Portanto, agradeço o aparte do Deputado Remídio. Não entendo por que essa urgência. Acho que é para castrar o direito legítimo do debate do legislativo. Vamos sempre contestar, aprimorar o debate e ouvir a sociedade que é nosso dever. Segunda-feira conversamos com o Sindicato do DETRAN, hoje pela manhã conversamos novamente. Quando chegar o projeto da polícia civil, também, vamos sentar e conversar, é nosso dever receber projetos para que sejam aprimorados, não pelos Deputados, mas pela categoria que tem interesse, tornar um

projeto justo, bom para todos. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, servidores da Casa, e o público aqui presente.

Senhor Presidente, quero manifestar minha indignação com relação à forma como Governo do Estado vem conduzindo sua política pública, a qual, na minha opinião, tem sido feita de forma equivocada e atabalhoada, uma vez que vem encaminhando projetos de reajustes salariais de forma diferenciada entre diversas categorias, visando beneficiar apadrinhados e sanar promessas de campanha, colocando a Casa em situação de desconforto diante dos Poderes legalmente constituídos, por desconhecer quem negocia as questões de políticas salariais do Estado. O Governo sequer está repassando para os Poderes o duodécimo como manda a legislação. Para a Assembleia Legislativa, inclusive, mandou os recursos do duodécimo, faltando complementar, porque está dizendo que vai complementar no dia 30. E, nem isso, o sensibiliza criar, de forma adequada, uma política que possa atender as diversas categorias do estado dentro de uma lógica orçamentária, dentro de uma lógica financeira, de acordo com o que se tem. Só é aumentando custeio, criando cargos, muitas vezes, para atender apadrinhados, pessoas que já são privilegiadas, que já têm salários privilegiados em relação à imensa maioria dos servidores do Estado. Acredito, sinceramente, que, se não houver um basta nessa questão, este Estado estará inadministrável em pouco tempo. Presidente, se o Governo do Estado não criar uma política de pessoal para este Estado, vai haver atraso de salários no próximo ano, vão começar a ocorrer sérios problemas em relação ao pagamento dos servidores do Poder executivo e, também, dos outros Poderes, já que ele não está repassando o duodécimo como deveria passar para os demais Poderes. Então, é preciso que o Governo tenha essa sensibilidade, a não ser que ele esteja imaginando que vai sair antes do tempo em função das ações judiciais que aí estão, e queira deixar o problema para o próximo Governador. Só tem uma explicação, porque governo nenhum, que tenha responsabilidade, deixaria se criar um caos em relação à questão que estamos debatendo agora. Nós temos mais algumas sérias questões que precisamos discutir nesta Casa, entre as quais, o Zoneamento Econômico Ecológico que já deveria estar implementado pelo Governo do Estado, e aprovado pelo CONAMA, para criar condições aos produtores para produzir. Há cinco anos estamos cobrando isso nesta Casa. Cinco anos! E esse processo não anda. Necessitaria de um investimento de pouco mais de 300 mil reais, mas o fato é que não anda. O Governo gasta muito de forma aleatória, é farrá com o dinheiro público, e nada anda neste Estado. Meu Deus!

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Deputado, concordo com Vossa Excelência a respeito da política equivocada do Governo do Estado. Deflagramos aqui várias greves em vários segmentos e categorias de servidores, como aconteceu em 2009, 2008, onde o Governo do Estado não soube tratar essa questão salarial dos servidores que acumulam uma perda salarial imensa, servidores ganhando menos de um salário-mínimo, enquanto os outros têm o teto máximo, e o tem por estar garantido na Constituição. Mas, esta mesma Constituição que garante o teto máximo para alguns, garante para os demais, coisa que não está acontecendo. Então, a minha preocupação é que temos percebido a fragilidade do Governo diante dos acordos que ele fez para ganhar a eleição. Isso é fato. Não vou nem mensurar a quantidade de processos que deram entrada pelo adversário, mas vamos olhar a quantidade de processos que o Ministério Público vem apresentando ao atual governo. Isso foi o resultado de um acordo político de entendimento, de conchavo, cujo resultado está surgindo agora. O Governo está tentando honrar os compromissos de todo o jeito e, aí, fala-se que o Governo venderia até a alma para não perder a eleição. Pelo que nos parece, é que ele está sabendo que não vai permanecer no cargo e está fazendo e conduzindo a política salarial a torto e a direito, prejudicando o futuro do nosso Estado. Essa prática é ruim e compromete o futuro de nossos filhos neste Estado. Agora, compete a esta Casa que é formada por pessoas decentes, parlamentares eleitos com o voto do povo. Aqui ninguém responde processo por compra de voto, cassação, todos foram eleitos de maneira digna. Compete, pois, a esta Casa não engolir projetos que vêm da parte do executivo sem discussão. Ontem, conversava com o presidente sobre a importância de amadurecermos ideias, posições, através de, discussões, diante das iniciativas do Executivo até como forma de contenção para essa política equivocada por parte do Governo. Só queria assumir a meia-culpa, enquanto Presidente de Comissão, enquanto membros de Comissão, para cobrar do Presidente, da Mesa e dos demais Deputados a colocar as Comissões desta Casa para funcionar, não aceitar essa política equivocada por parte do Governo, e

possamos corrigir enquanto é tempo. Era este o meu aparte.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua – Muito obrigado. Lembrei de uma questão muito importante. No próximo mês, deverá dar entrada nesta Casa o Orçamento Público para 2012, porém, não há notícia de que o Governo tenha se reunido com os outros Poderes para fazer essa pactuação, fazer uma nova discussão dentro da realidade orçamentária que teremos em 2012. Enfim, não há notícia. Mandam o orçamento para esta Casa em última hora, nós não temos tempo para discutir. Quase ficamos loucos dentro desta Casa com os outros Poderes nos pressionando, cada um querendo mais recursos, mais dinheiro, é o Ministério Público, é o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, é a Defensoria Pública, enquanto isso já deveria ter sido discutido, madurecido pelo próprio Governo que é quem repassa esses recursos. Mas, é a maneira como vem para esta Casa, tornando mais desconfortável a análise e a apreciação da peça orçamentária. Podem escrever: vai chegar aqui de última hora, como sempre tem acontecido, vamos sofrer pressão dos diversos poderes e daí para frente, salve-se quem puder. Os pobres servidores deste Estado são os que ficam aí nos procurando, fazendo movimentos, vindo para a Assembleia de forma legítima com faixas, porque são os mais prejudicados por culpa do Governo do Estado. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhora Presidenta, Senhoras e Senhoras Deputadas, distinto público, senhoras e senhores. Eu faço uso da Tribuna para submeter à reflexão de todos sobre o que temos acompanhado nos últimos dias, particularmente, discussão, debate sobre a carreira de profissionais de segurança pública e de servidores públicos em geral. Eu faço isso, Deputados, porque a gente sabe que todo cidadão, toda a comunidade deseja, quando precisar do ser viço público, é ser bem atendido pelo servidor. Mas, quais os requisitos básicos necessário ao servidor público para prestar esse serviço de forma adequada? Ele precisa estar motivado para o trabalho, ter uma conduta positiva no seu ambiente de trabalho. Mas o que leva o cidadão, Deputados, a estar motivado? É quando ele tem as suas necessidades básicas atendidas, é quando ele está satisfeito. No campo profissional, podemos elencar aqui diversos fatores que levam a pessoa a ficar satisfeita ou não, especificamente no caso dos servidores da polícia e segurança pública. Na questão da jornada de trabalho, incluir um intervalo de tempo para o seu descanso regular, disponibilizar o ambiente organizacional, instalações físicas adequadas, equipamentos, viaturas, a política salarial, a carreira, as possibilidades de ascensão, a promoção, o reconhecimento dos seus superiores e principalmente, o bom relacionamento entre superiores, pares e subordinados. Por que estou falando isso? Porque temos observado que, quando se trata principalmente da categoria Policial civil, há uma discussão sem fim para tratar da ascensão desses servidores, que já há sete anos tomaram posse como policiais civis, mas até hoje o Governo, principalmente, a cúpula da Polícia Civil não conseguiu desatar esse nó. Eu não entendo por que estão nesse impasse, ou melhor, posso até encontrar algum indicativo, parece que está valendo aquela máxima “a farinha é pouca, meu pirão primeiro”. Quem comanda pessoas, quando se trata de liderança, tem que se entender que o líder não é para ser servido, o líder é para servir, assim tem que ser os que comandam uma instituição, seja ela pública ou privada. É que, a partir do momento em que se passa a pensar que, ao ser servido, se perde a liderança, principalmente, quando se trata de uma instituição privada a autoridade vai à falência, ela quebra. E, tratando-se de uma instituição pública, ela dificilmente vai cumprir sua missão constitucional, se quebra o elo, não há mais aquele inter-relacionamento entre líderes e liderados. Falo isso porque fui Secretário de Segurança. E, assim que assumi aquela pasta, determinei ao conselho superior da Polícia Civil elaborar um projeto que tratasse das promoções. Um ano depois, sai da secretaria e ainda não tinham elaborado o projeto. O motivo é que cada um puxava a brasa pra sua sardinha, até hoje nós estamos com esse problema. Essa situação leva o servidor à insatisfação, realiza sua tarefa sem estar devidamente motivado. Então, Deputado Jean, solicito a Vossa Excelência, como Presidente da Comissão de Segurança Pública, Administração e Serviços, assim como solicito ao Líder do Governo nesta Casa para, juntos, tratarmos essa questão com a mais absoluta seriedade. Coloco dessa forma porque, embora faço parte da base do Governo, meus posicionamentos aqui, têm sido coerentes em todas as questões, e até quem é da oposição tem testemunhado e ressaltado isso. Há uns três ou quatro meses fui solicitado pelo Governo fazer essa interlocução pois sou o único Deputado oriundo do órgão de segurança que faz parte da base quanto às questões que afligem estas categorias. E tenho visto chegar projetos desses setores nesta Casa, ou elaboração de projetos

que ainda estão na esfera do executivo, enquanto nós não somos convidados para participar dessa discussão. Como é que vamos subsidiar os demais colegas da base e até mesmo os da oposição para tratar dessas questões? Hoje se comenta muito que está em gestação um projeto que trata da carreira e da ascensão funcional dos policiais civis, pelo que me trouxeram, fiquei muito preocupado. Hoje, pela proposta, um delegado vai chegar ao final da carreira em oito anos de serviços e, pelas planilhas de salário, o que vai receber um delegado classe D já no ano que vem é algo em torno de 20 mil reais. Excelente, fantástica essa política salarial. Quero que todos os servidores ganhem nesse nível, mas a farinha é pouca, isso vai desencadear um efeito cascata como o do ano passado que culminou em uma greve da polícia militar e dos bombeiros. Isso é preocupante, se tivermos como atender todas as categorias da mesma forma contem comigo, pertencem ao serviço público, sei o que aflige os servidores, mas nós sabemos que não há recursos para atender todas as categorias. Outra coisa que me preocupa também, olha, que tenho amigos na polícia civil, delegados e até eleitores, mas temos que pensar na coisa pública. A cúpula da polícia civil é formada por oito cargos do alto comando, que corresponde a quem deve estar na última categoria, na classe D, assim acontece em todas as instituições, é uma pirâmide. A base, classe A, classe B, classe C e classe D, tem que ser assim, assim é na polícia militar. A cúpula da polícia militar tem oito cargos de coronel o que equivale à classe D da polícia civil, que já tem 20 cargos na classe D. Agora, na proposta, pelo que me informaram, querem aumentar mais 16 vagas, o cargo está vinculado à função. Não se pode abrir vagas para atender a fulano e a sicrano, não é assim que a coisa funciona, pela proposta que está sendo gestada, não vai ser uma pirâmide a carreira dos delegados, acho que é um retângulo sei lá, porque a base é menor que a cúpula e isso precisa ser corrigido porque senão nós vamos ter dificuldades com isso aqui na Assembleia, precisamos tratar a questão diante dos princípios da legalidade e da moralidade. Podem ter certeza todos da carreira da polícia civil nós vamos olhar com cuidado sobre essa questão quando este projeto chegar aqui, mas faço um apelo para que esse projeto não venha dessa forma para cá.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Deputado Chagas, cumprimento Vossa Excelência pelo discurso correto, justo e equilibrado, apresentado não só neste momento, mas ao longo do primeiro ano de mandato. Concordo com as colocações de Vossa Excelência, neste debate que está acontecendo aqui, também, como Vossa Excelência, sou integrante da base governista e preocupado com a forma que estes projetos estão se delineando. Na verdade, são categorias diferentes, uma coisa é delegado, agente e as outras categorias, mas os direitos são iguais, são todos servidores públicos. Então, na minha avaliação se um delegado que chegar ao final da sua carreira em oito anos, que esses oito anos sirvam para as outras carreiras da polícia também, ou então que o delegado leve vinte anos para chegar ao final da sua carreira como está sendo proposto para as outras categorias. Então, na verdade, a gente precisa ter um equilíbrio, uma ponderação nesta questão, pois todos precisam ser respeitados e valorizados da mesma forma. Se o delegado quer que o seu salário corresponda a 90, 95% de um determinado teto salarial, que o salário do delegado também sirva como correspondente para as outras categorias também. Agora, não é justo é pro salário do delegado ser 90% do salário do Ministro do Supremo, enquanto o salário do agente seja 10% do salário do delegado, aí não dá. Quero realmente me juntar à ideia dos que me antecederam, querer dizer, esta Casa está realmente preocupada com isso, nós vamos ouvir todas as categorias. O projeto ainda não chegou a esta Casa, mas, assim que chegar, nós vamos sentar e avaliar com calma, vamos ouvir todas as categorias para ser projeto mais justo, mais correto e mais sustentável para o Governo, conforme Vossa Excelência falou, se fosse do desejo de Vossa Excelência todo mundo ganharia mais de 20 mil, mas não é sustentável do ponto de vista econômico e financeiro do Governo. Então, precisamos chegar a um equilíbrio e fazer com que todos sejam efetivamente atendidos e que possamos ter uma política de salários mais equilibrada em todas as categorias do funcionalismo. Parabéns, e mais uma vez conte comigo no trabalho que Vossa Excelência vem fazendo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Deputado, gostaria de parabenizá-lo pelo seu discurso coerente, um discurso que demonstra seu compromisso com a segurança pública do nosso Estado. Estamos juntos nessa empreitada. Quero também convocar a base governista para que possamos fazer os ajustes, independente da vontade ou não do Executivo, que a gente assuma o papel de ouvir as categorias e não deixar o Governo meter os pés pelas mãos, cometer essa política equivocada que vem praticando com os

servidores do Estado, como já aconteceu com os policiais civis no tocante à carreira do agente e do delegado. Queria dividir essa responsabilidade principalmente por Vossa Excelência ser da base governista, ligado à segurança e ter muito mais facilidade em conversar com o Governo do que a bancada da oposição. Então, gostaríamos que Vossa Excelência assumisse a negociação da carreira dos policiais civis e, ao mesmo tempo, poderemos inserir nesse processo o Estatuto dos Policiais e Bombeiros Militares que havia cobrando há algum tempo nesta Casa. O Governo se comprometeu mandar em sessenta dias, baixou um decreto, até a primeira dama chamou para si essa responsabilidade, mas o Estatuto ainda não chegou na PROGE nem na Casa Civil. Então, poderíamos aproveitar e colocar nesse pacote também o Estatuto que trata da carreira, do futuro dos policiais e bombeiros militares e que a Comissão de Segurança Pública, da qual somos Vice-Presidente, junto com os outros Deputados compromissados com a segurança pública, possamos buscar esse entendimento usando o canal de conversa entre Vossa Excelência e o Governo para trazer para esta Casa um projeto que faça justiça aos policiais civis, mas que atenda de imediato também os policiais militares que estão há 12 sem uma legislação básica, no caso, sem Estatuto. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Obrigado, Senhor Deputado. A toda a categoria de Policiais Civis nos colocamos à disposição, e vamos trabalhar no sentido de aperfeiçoarmos esse projeto através do debate, de forma que todas as carreiras dessa categoria sejam contempladas de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do governo, da Polícia Civil, sem que se comprometa o custeio e demais investimentos que são de fundamental importância para equipar, para disponibilizar viaturas, equipamentos e todo o avanço tecnológico necessário para a Polícia Civil cumprir a sua missão constitucional. Contem comigo, e também com esta Casa. Muito obrigado a todos.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais orador e não havendo Ordem do Dia, passamos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Solicito que a reunião com os Senhores Deputados, seja realizada na sala de reuniões, pois acomoda melhor todo mundo.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Gostaria de informar a meus pares que na quinta-feira, em Maceió, fomos reconduzidos ao cargo de Diretor da Região Norte da ANASPPRA para os próximos três anos, com a missão de defender os praças policiais e bombeiros de toda a região norte, também, os policiais civis em parceria com a COBRAPOL. Temos uma missão enorme na busca da aprovação do piso salarial, que é o sonho da categoria.

Quero também dar ciência que fomos eleitos Presidente Municipal do PS do B para os próximos dois anos. Estaremos conduzindo o Partido Comunista do Brasil que está se preparando para disputar as eleições em todos os Municípios do Estado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Parabéns, Deputado Sampaio.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhora Presidente, gostaria de registrar a minha indignação quanto ao rito da grande maioria dos Projetos do Poder Executivo, inclusive, já requeri desta Casa. A possibilidade para alterar o nosso Regimento Interno quanto à questão de urgência urgentíssima, pois acredito que o Projeto que tenha realmente urgência deva ser tratado como tal. Mas, a grande maioria dos Projetos do Executivo não tem urgência para que possamos tratar nesse rito, impedindo que peçamos vista e analisemos esse projeto com mais parcimônia.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Deputado Brito, nós estamos iniciando um trabalho e iremos contar com a participação de todos os Deputados para que possamos atualizar o nosso Regimento Interno.

O Senhor Deputado **Xingu** – Senhora Presidente, eu gostaria de sugerir que as reuniões com os Deputados sejam realizadas quinzenalmente, para chegarmos a um entendimento melhor.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhora Presidente, em relação ao Projeto da escola Pública de Trânsito, objeto do pronunciamento do Deputado Flamarion, sugiro a presença representativa dos Senhores Deputados, amanhã, na reunião da comissão para que possamos realmente debater o Projeto, pois ainda não foi debatido na comissão. É importante que seja debatido até para que não fique uma impressão errada sobre Projeto importante como esse. Para acabar com o problema da violência no trânsito a Escola Pública de Trânsito tem um papel preponderante nisso, seja com a

questão da educação para o trânsito que **está** contemplada no projeto seja com a questão da fiscalização e da concessão de habilitações.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais quem queira usar de Explicações Pessoais, declaro encerrada a Sessão, e convoco outra para o dia 28, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 28/09/2011

**ATA DA 2055ª SESSÃO, EM 29 DE SETEMBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =**

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia vinte e nove de setembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Projeto de Lei s/nº, do Deputado Rodrigo Jucá, dispendo sobre os direitos básicos dos servidores públicos temporários e comissionados no âmbito do Estado de Roraima.

- Projeto de Lei s/nº, do Deputado Brito Bezerra, obrigando o Governo do Estado de Roraima a divulgar os valores dos recursos repassados mensalmente aos municípios roraimenses pela Secretaria de Estado da Fazenda, bem como outras Secretarias de Estado, e dá outras providências.

- Indicação s/nº, de autoria do Deputado Francisco Assis da Silveira, ao Governador do Estado, solicitando “a recuperação das estradas das Vicinais 01, 02, 03 e 04 – do PA Nova Amazônia, região do Cauamé, localizado há 40 km aproximadamente de Boa Vista. Essas Vicinais estão hoje totalmente esburacadas e deveriam atender a maioria dos produtores rurais do PA Nova Amazônia, num total de aproximadamente 200 famílias”.

- Requerimento s/nº, do Deputado Francisco Assis da Silveira, requerendo o encerramento das atividades das unidades da Escola do Legislativo localizadas no interior do Estado, em face da inexistência de recursos financeiros para manutenção.

EXTERNOS:

- Comunicados nº AL108675/2011, nº AL108676/2011, nº AL108677/2011, nº AL108678/2011, de 21/09/11, do Ministério da Educação.

- Ofício Circular Externo/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/nº 48/2011, de 23/09/11, da Secretaria Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos ao Fundo Estadual de Assistência Social destinados ao custeio das ações e serviços sócios assistenciais de caráter continuado.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – procede à chamada.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores da imprensa aqui presentes, Senhores cidadãos que se encontram no Plenário, bom dia. Companheiros do DETRAN, meu muito bom dia. Acho que temos que definir um

posicionamento o quanto antes sobre a questão dos trabalhadores do DETRAN, pois há dois projetos de suma importância nesta Casa, e estão aqui, diariamente, os funcionários do DETRAN buscando um posicionamento político deste Poder. Ou votamos aprovando, ou colocamos em votação e dizemos que não estamos querendo aprovar o anseio da categoria. Então, acho que não podemos ficar nessa demora, massacrando os servidores do DETRAN. Temos que buscar um entendimento o quanto antes para isso. A oposição, acredito, está disposta, apoia as reivindicações dos servidores do DETRAN, mas é preciso que a base governista se entenda para colocarmos em votação, o quanto antes, esse projeto dos trabalhadores do DETRAN. Senhor Presidente, ontem vim a esta Tribuna relatar um pouco a situação da educação em nosso Estado. Comprometo-me, na terça-feira a trazer mais informações, mais contribuições referentes à educação no nosso Estado. Pela pouca avaliação que fizemos ontem, entendemos que recurso tem e há professores qualificados. Não temos o pior salário do Brasil, mas entendemos que há uma falta de gestão na educação. Essa é a conclusão, mesmo reconhecendo a competência, o compromisso da Lenir Rodrigues. Este Governo não pode dizer e pedir mais tempo porque a Senhora Lenir assumiu agora a educação. O Governo já tem quatro anos de mandato e nada foi feito para melhorar a educação, com exceção da escolha de uma Secretária competente que é a Senhora Lenir Veras, que está tentando fazer lago diferenciado. Eu tenho minhas dúvidas, se ela vai conseguir resolver os problemas da educação, por achar que o restante da equipe do Governo não vai somar com ela. Chegamos a um entendimento sobre a questão da gestão, Senhor Presidente, da educação, e de como conduzir a educação e como administrar. Recurso há. E, eu vim a esta Tribuna hoje, mais uma vez, trazer à tona, ao conhecimento da sociedade e das autoridades, como o Governo do Estado gerencia seus recursos. Nós tivemos, recentemente, denúncias com relação à aquisição de merenda. O Tribunal de Contas suspendeu uma licitação, a qual padece de vícios. Tivemos a Operação Mácula, Deputado **Brito Bezerra**, onde as contas do fundo de saúde foram reprovadas pelos conselheiros. Vou trazer essas informações para cá. Tivemos, também, denúncias do Ministério Público no tocante a saúde, pois quase 30 milhões de reais foram desviadas da saúde, e me parece que o Governo está contaminado de corrupção. E eu, com toda a tristeza, venho a esta Tribuna trazer mais uma denúncia de corrupção por parte do Governo do Estado. Tive o cuidado de fazer uma pesquisa, correr atrás das informações, mesmo sendo negado o meu direito de Parlamentar em algumas Secretarias, mas consegui as informações necessárias para trazer à tona. Deputado Joaquim, líder da Comissão de Educação, no dia 08.11.10, no Diário Oficial, foi lançado uma compra de livros no valor de dez milhões e setecentos e oito mil reais para a aquisição de 170 mil livros. A empresa que ganhou a licitação local, registrada em Manaus, é a FORTE NORTE. Livro esses que, realmente, foram distribuídos nas escolas. Tenho aqui um exemplar, livro esse de boa qualidade. Esses livros chegaram ao destino final, às escolas, não tenham dúvida disso, até porque a Secretária Lenir Rodrigues está acompanhando essa distribuição de perto. Agora, Deputado Presidente da Comissão de Educação, esses livros foram ultra, superfaturados, custam para o Governo em média 63 reais, 70 reais, sendo que esses livros lá na distribuidora custam 27 reais. A representante da distribuidora no Estado do Amazonas que vendeu para a empresa, os repassou em média de 32 reais cada livro. A distribuidora ganhou em média 3, 4 reais por livro. Isso é do conhecimento do Senhor Governador, a Secretária sabe do que eu estou falando, o Secretário da Fazenda sabe do que eu estou falando. O superfaturamento chegou a mais de 100% nos livros. Tem educação que resista? Mais uma vez me parece que o Governo está contagiado, contaminado de corrupção em todas as pastas, na saúde, na educação. Logo, logo, estarei trazendo a questão da eletrificação no interior no Estado que não é diferente. Eu tive o cuidado de fazer uma pesquisa no Estado do Amazonas, e eu tenho várias notas aqui, são notas fiscais de livros adquiridos pela Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, livros iguais ou similares que custaram em média 32, 33, 35 reais para o Governo do Amazonas. Agora, para o Governo do Estado de Roraima custou 60, 70 reais. Eu tenho vários e-mails envolvendo várias autoridades, dizendo quem receberia cada parte. Livro na distribuidora que custa 27 reais, o acordado é repassar por 72 reais para o Estado. É triste vermos como está sendo conduzido o Governo do Estado de Roraima em várias Secretarias, no tocante a corrupção que hoje se alastra do Governo. Essa liberação foi em novembro de 2010, e temos um Governo que responde por 32 processos de corrupção de compra de voto, de uso da máquina, e aí, como não associarmos uma coisa com a outra. Tivemos uma campanha eleitoral no Estado de Roraima que foi a mais cara do Brasil, inclusive, temos um Governador cassado, sob liminar. Essas pessoas têm ligações com o Governo, estão acobertadas pelo Governo

e esses livros não estão com o valor real da nota. Eu tenho as notas, nem a empresa que ganhou a licitação tem, porque ao comprar os livros não pagou a distribuidora, a DLS, que vendeu os livros para a FORTE NORTE que emitiu uma nota no valor de 5 milhões e seiscentos mil. Nesse valor estava embutido o frete de 400 mil reais. Vieram 4 carretas bitrem de São Paulo para cá trazendo o material, e mais 150 mil de imposto que também foi inserido na nota original, ou seja, os livros custaram menos de 4 milhões e seiscentos mil reais e sequer essa empresa FORTE NORTE pagou a distribuidora e o empresário do Estado do Amazonas. Ela está indo à falência porque a empresa que ganhou a licitação recebeu o dinheiro do Governo do Estado, superfaturou as compras e sequer pagou. Eu tenho cópia do cheque de 3 milhões e 800 mil reais que não tinha fundo e foi protestado no cartório. Há outro cheque aqui de 700 mil reais que foi emitido pela empresa. Hoje o empresário que já tem vários anos de luta está indo à falência porque não recebeu. Ele teve que entrar na justiça. Está tramitando na Vara de Roraima uma ação de execução. A justiça mandou pagar e a empresa, mais uma vez, está usando de subterfúgios, pegou uma chácara no bairro caumamé e a penhorou no valor da dívida. Usaram de malandragem orçaram a chácara em 5 milhões e a chácara não vale 300 mil reais.

Estou levando esse problema ao conhecimento do Senado. A revista VEJA está vindo falar comigo, e vou divulgar, vou fazer um resumo desse mar de corrupção por parte do Governo do Estado, para demonstrar a situação em que vivemos. Senhor Presidente da Comissão, vou encaminhar uma cópia a Vossa Excelência, vou dar entrada num requerimento pedindo a criação de uma CPI para apurarmos essa corrupção. Ontem assinamos uma Frente Parlamentar de combate à corrupção. Essa Frente tem o dever de provocar a abertura de uma CPI nesta Casa para apurarmos a questão da saúde que até agora não deu em nada, só os peixes pequenos que foram presos. Recentemente, o Deputado **Brito Bezerra** fez um pronunciamento sobre o envolvimento de pessoas do alto escalão na morte do empresário da Meta Mesquita. Na quebra do sigilo telefônico estavam ligações falando de compra de voto.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamaron Portela** – Eu queria entender uma questão. Vossa Excelência está afirmando que uma empresa de Manaus vendeu para uma empresa de Roraima. A FORTE NORTE vendeu para o Estado esses livros por 10 milhões e setecentos mil, conforme Vossa Excelência está dizendo, só que essa FORTE NORTE não pagou a empresa de Manaus que forneceu os livros?

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Estou aqui com o cheque protestado da FORTE NORTE.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamaron Portela** – Essa empresa de Manaus foi a justiça e alguém ligada a NORTE FORTE colocou uma chácara como garantia desse débito? Isso se chama subestimar a inteligência mediana da sociedade roraimense.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Vossa Excelência poderia citar o nome do representante da empresa FORTENORTE?

Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Senhores Alexandro da Silva Magalhães e Alexandre Vasconcelos Cunha. Ele tem uma procuração que transfere a eles poderes para negociar a chácara na região do Caumamé ou Caraná.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Eu conheço o dono da chácara e conheço o Senhor Alexandro. É lamentável que nós tenhamos que usar a tribuna nesta Casa para denunciar esse tipo de prática continuada pelo Governo do Estado de Roraima desde que assumiu, de maneira aventureira, esse Governo, e essa prática vem continuando após ter comprado uma eleição.

Nós fomos, há poucos dias, ao Hospital Geral cobrar providências quanto a adequação da alimentação para os pacientes que estão enfermos no Hospital Geral do Estado de Roraima, onde o Secretário disse que está tudo bem e que não existe corrupção. Será que compra com superfaturado mais de 100% livre para a educação do Estado não é corrupção, desvio de verbas públicas, má versação dos recursos públicos num Estado tão pobre? Pobre por conta da má gestão, porque recursos existem e o Governo do Estado devia da educação que é um direito fundamental do cidadão, que é a base, a formação de um novo Estado, uma nova perspectiva para o povo desta terra, inclusive, para os nossos filhos, netos e futuras gerações. Isso é muito grave. Nós precisamos apurar a fundo essa denúncia. Essa pessoa citada é ligada às autoridades aqui deste Estado, gente do Governo do Estado e, além do mais, há a certeza da impunidade, de não pagar nem ao fornecedor. Eu acredito que se tivesse pago, Vossa Excelência nem tivesse conseguido essa documentação. Foram praticamente os 10 milhões e setecentos mil reais colocados no bolso. Dinheiro que

deveria está formando os filhos de cada cidadão que está aqui, de cada cidadão roraimense. A educação dos filhos é o sonho dos pais de família. Eu lembro uma frase do ex-Presidente do Congresso, Aldo Rebelo: “Eu vim do nordeste para um outro Estado da Federação e meu pai era vaqueiro, e a única diferença do filho do vaqueiro para os demais filhos de vaqueiros era que na fazenda onde meu pai trabalhava havia uma escola, e eu estudei e consegui crescer, vencer”.

A educação tem que ser levada a sério, tem que ser respeitada. Esse governo não respeita nenhum dos direitos fundamentais, não respeita o servidor público que está aqui.

Senhor Presidente, vamos colocar em pauta para que os colaboradores do DETRAN, que estão desde o dia 20 todos os dias nesta Casa, buscando que seja votado um Projeto, e se tira de pauta todo dia, pois eles deixam de prestar serviço para virem aqui nos cobrar, e não conseguimos um entendimento para colocá-lo em votação.

Quero agradecer a Vossa Excelência, e dizer que estamos juntos. Vamos pedir CPI, vamos tomar providências no sentido de saber aonde foram colocados esses recursos e providenciar a devolução através da legislação do Judiciário...

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado Deputado Brito pelo aparte. Senhoras e Senhores, eu estou com várias notas de aquisição de livros, iguais ou similar, feitas pela secretária de educação do Estado do Amazonas. Estão aqui as notas fiscais dizendo qual a média de preço dos livros, bem abaixo da metade do que preço que esses foram vendidos para a Secretária do Estado de Roraima.

Eu estive com a Secretária Lenir Rodrigues, levei essa preocupação a ela, mas ela disse: não foi na minha gestão, foi na gestão anterior. E, a informação que eu recebi extraoficial, era que a Secretária Ilma Xaude saiu do governo e se negou a assinar esse documento. Levei a informação junto à Secretária Lenir Rodrigues, que tinha as seguintes informações: quase 300 mil reais de livros que eram para a compra de livros dos professores, aquele livro que vêm com a resposta, específico dos professores, foram permutados por livros para alunos. A Secretária me garantiu que já pediu para substituir, porque há professor em sala de aula que não tem esses livros com as respostas, com as orientações, que é um livro apropriado para professores.

Levei essa questão a Secretária e ela me disse: Sampaio, eu por pouco já não chamei a polícia para prender os representantes da distribuidora em Manaus que estão vindo a esta Casa me cobrar. Eu não posso pagar porque já foi comprado e já foi pago. Quem está devendo à distribuidora de Manaus é a distribuidora de Roraima, a Forte Norte, não é a Secretaria. Estou sendo pressionada, não sei mais o que fazer, já levei ao conhecimento do Governador, e o que ele me informou, é informação extraoficial que eu tenho é que a empresa de Manaus entre na justiça e peça o bloqueio do valor junto ao Estado, pois essa empresa tem outros valores a receber do Governo do Estado. Sabendo disso, ela foi lá, pegou uma chácara, que se eu não me engano é de um empreiteiro local que deu uma procuração e a colocaram no processo. Está aqui a cópia do processo. Então, criou um embrolho, uma situação jurídica para a empresa de Manaus receber, porque vão ter que fazer uma avaliação de quanto vale essa chácara, algo planejado, maquiavélico, exatamente para não pagar a conta. Agora, o Estado está pagando a conta, livros que a Secretaria de Educação do Amazonas comprou por 32 reais, a Secretaria de Roraima está pagando 60 a 70 reais por um livro.

Quem tem calculadora dívida dez milhões e oitocentos mil por cento e setenta mil livros. Qual é a média que vai dar? 64 reais cada livro. Então, Senhores, é triste quando a gente vê a Escola Sônia de Brito com 2,5 no IDEB. A média de ensino de Roraima está abaixo do Estado do Maranhão, que é pior índice no nordeste, sempre tiveram um desempenho baixo na educação, e Roraima consegue superar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira**- Eu queria cumprimentar Vossa Excelência pela sua atuação parlamentar junto a esta Casa, a qual eu tenho respeito e admiração muito grande, contudo, eu estava observando a fala de Vossa Excelência. Nós não podemos atribuir todas as mazelas, todas as desgraças que acontecem neste Estado ao Governador Anchieta. Veja bem, é muito fácil, Deputado, fazer as plantações de provas. Desses trinta e poucos processos, trinta e um já foram arquivados, porque há o desespero daqueles que não se conformam com a derrota. Isso é o que provoca essas pessoas a fazer denúncias que não existem, pois todos os processos estão sendo arquivados.

Vossa Excelência traz neste dia uma denúncia preocupante, só que o Senhor está responsabilizando o Governo do Estado. Era preciso que atribuísse nomes, onde aconteceram essas falcatruas, não somente responsabilizar o Governo do Estado, porque o Governo tem muitas atribuições e tem muito o que fazer neste Estado, ao invés de estar

redesenhando coisas por menores como o preço de um livro. Parte da sua Assessoria e de seu Secretariado é que tem essa culpa, essa responsabilidade. Nós não podemos atribuir só ao Governador Anchieta a responsabilidade. Eu sei que, às vezes, o Governo deixa passar algumas coisas erradas que precisam ser corrigidas, mas o que Vossa Excelência traz no dia de hoje é muito grave. É preciso que Vossa Excelência me perdoe, mas gostaria que pudesse atribuir nomes de forma mais direta às pessoas responsáveis por esse acontecimento. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Eu tenho que discordar de Vossa Excelência. Qualquer atitude ou ato positivo por parte do Governo, está lá o Governador pousando para fotos, enchendo a cidade de outdoors, fazendo cerimônias pomposas para aparecer. Afinal, quem é que indica o secretário de educação? É o Governador. E o secretário de saúde?

Se ele fez essa boa escolha, como eu acho que ele fez em indicar a Doutora Lenir Rodrigues, é uma decisão dele. Então o Governador é responsável.

No tocante as ações, Deputado Chicão, boa parte delas quem está promovendo é o Ministério Público, que é quem tem o dever legal de fiscalizar.

Não há o que se discutir, nem como se discutir. O Governador já foi cassado por abuso da máquina pública. Isso é fato.

A Polícia Federal está com quase três milhões que foram apreendido durante a campanha no Estado de Roraima. É o Governo do Estado que tem que tomar as medidas.

Senhoras e Senhores Deputados, a licitação foi feita. Eu estive na secretaria pedindo cópia do processo, não encontraram o processo, disseram que estava na SEFAZ. Eu fui na Sefaz junto ao secretário Renato Maciel pedir para dar uma olhada no processo, e ninguém sabia onde ele estava. Estava no arquivo morto e me orientaram a requerer oficialmente.

Deputado Chicão, nós sabemos como funciona, nós estivemos na CODESAIMA, eu, o Deputado Brito e o Deputado Diego. Nós fomos recebidos com cafezinho, muito abraço e cortesia, protocolamos alguns officios pedindo informações, enquanto cidadãos e parlamentares. Quatro a cinco dias depois chegou a resposta que não iam nos dar as informações. Teria que passar por rito na Assembleia, informações públicas que estão disponíveis a qualquer cidadão, o que dirá nós Deputados. Nem fui mais atrás, porque eu sabia que ia encontrar dificuldade. Agora, eu tenho as informações necessárias para trazer isso à tona. Eu citei o nome da empresa, do proprietário, o padrinho político fica a critério de cada um fazer a interpretação, pois eu não posso indicar quem é o padrinho político. Então, Senhoras e Senhores Deputados, infelizmente, mais uma vez, o nosso Estado está padecendo pela má gestão, pela falta de controle do Governo do Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes- Deputado Sampaio, eu ouvi atentamente as suas colocações e deixei que Vossa Excelência fosse falando para que a gente possa formar um valor de juízo, mas a ideia que o Senhor me passa, é que como um Deputado que ocupa a oposição nessa Casa, Vossa Excelência está como se estivesse com uma arma de alta precisão apontada para o coração do Governador. Isso já passa a raia do fanatismo Senhor Deputado, o Senhor falou em livrarias, no processo todo.

O Senhor não sabe, a delegação de poderes que todos os secretários têm hoje para serem gestores, inclusive, da pasta dos recursos financeiros? Por que Vossa Excelência não chegou aqui declinando o início do processo, quem solicitou, quais são os membros da comissão de licitação que licitou, se há uma central e uma setorial, o Secretário da pasta no momento que isso foi solicitado, que isso foi adquirido?

Eu tenho um respeito enorme pela Secretária Lenir Rodrigues e até me atrevo a duvidar que ela tenha feito essa afirmação feita pelo Senhor, que lavou as mãos e que isso não foi na minha gestão, um gestor público não diz isso, se tiver convencida a suas afirmações, vá imediatamente adotar as medidas legais para que isso não continue ocorrendo. Então, eu queria dizer a Vossa Excelência que eu até entendo a sua boa intenção de querer fazer uma oposição que cause repercussão, mas tome cuidado com isso. Com relação a esse assunto não é o Ministério público que tem obrigação de fiscalizar, somos todos nós, porque vamos acionar a comissão de educação e vamos a fundo nisso, antes de vir a tribuna com todo esse discurso. Em outras palavras, o Senhor está acusando o Governador de conivência, mas não tem certeza se ele participou disso.

As tarefas de um Governo são de uma transcendência muito maior do que Vossa Excelência possa imaginar. Passe por uma secretaria que o Senhor vai ver quão complexo é ser gestor público hoje em dia. Então, eu acho que nós podemos contribuir muito mais, indo pelo começo onde tudo aconteceu.

Eu concordo com Vossa Excelência numa coisa, se os livros realmente custam 32 reais numa fornecedora de Manaus e aqui chegaram a 70, tem que haver investigação sim, mas identificar as pessoas certas antes de colocar o nome da maior autoridade desse Estado como se fosse um aventureiro qualquer. Portanto, eu acho que é nesse nível que temos que conduzir as acusações. Era isso o que eu gostaria de colocar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalsler Renier - Eu prestei muita atenção no que o Deputado Erci falou, e penso que, se existe uma denúncia, na minha avaliação o que teria que ser feito é formar comissão de educação, como disse o Deputado Erci, para agir imediatamente. É preciso chamar o dono dessa empresa para vir a comissão prestar os esclarecimentos, bem como a empresa que vendeu, a distribuidora que forneceu. Deve ser desta maneira. Pelo menos eu entendo que isso seria uma investigação, que Assembleia poderia facilitar até o trabalho dos órgãos de fiscalização, pois assim, ficaria muito mais fácil. Então, eu acho que essa posição que Vossa Excelência apresenta, ao meu ver, deveria ser feita dessa maneira.

O Deputado Erci, com a absoluta lucidez que lhe é peculiar neste mandato, e até por sua experiência nesta Casa, abre esse debate. Eu acho que as pessoas ligadas ao segmento que gerou este processo têm que vir aqui para serem ouvidas, para sabermos de que maneira a empresa ganhou, de que maneira o Governador foi omissos como o Senhor o acusa. É uma acusação grave, dizer que o Governador está à frente disso.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio- Eu não afirmo isso Deputado Jalsler.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalsler Renier- Eu não estou dizendo que Vossa Excelência afirmou, estou dizendo o que o Deputado Erci falou. Como eu disse no meu discurso inicial, eu não acompanhei o que Vossa Excelência estava falando. Eu estou apresentando os fatos diante do que o Deputado Erci falou.

Eu quero, aqui, só abrir esse parêntese, porque acho que é importante a comissão de educação trabalhar neste Projeto e neste Processo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz- Solicito a Vossa Excelência que tire cópia dessa documentação e encaminhe, através de ofício, para a Comissão de Educação, para que possamos fazer aquilo que os Deputados Erci e Jalsler falaram, para tomarmos todas as providências na Comissão de Educação. Começaremos escutando de imediato a nossa Secretária, porque ela é responsável pela pasta e pode nos dar mais informações, e depois ouviremos todas as pessoas envolvidas. Então, pediria a Vossa Excelência que encaminhe, se for possível, essa documentação para que a Comissão de Educação apure tudo isso que foi colocado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Muito obrigado Deputado, mas em nenhum momento eu afirmo que o Governador participou, e sim, que tive uma conversa com a Secretária de Educação e ela me disse que ao assumir a Secretaria levou ao conhecimento do Governador que essa distribuidora estava lhe pressionando para receber esse valor. E, ela disse aos representantes dessa distribuidora que o valor já havia sido pago a empresa Forte Norte, e que o Governador a tinha orientado para que essa empresa acionasse a justiça para executar alguns valores que a empresa Forte Norte tem a receber do Governo do Estado. Contudo, a empresa Forte Norte se antecipou e deu uma chácara no valor de cinco milhões para criar um imbróglgio jurídico na ação. E o processo está tramitando na 8ª Vara Civil de Roraima.

Senhoras e Senhores, não me cabe aqui discutir se a empresa pagou ou não. A minha preocupação é que eu tenho notas fiscais de livros que foram adquiridos pela Secretaria de Educação do Amazonas, que saíram em média por trinta e dois reais, vinte e um reais. Todavia, os mesmos livros adquiridos em Roraima saíram por sessenta e três, sessenta e quatro reais. Essa é a grande questão. Se esse não é o mecanismo que encontramos para investigar essa questão, vamos abrir uma CPI, porque foi a mesma coisa que aconteceu na saúde. Nós trouxemos essa questão aqui, e disseram que a oposição queria desvirtuar, prejudicar o Governador.

Então, me parece que algo é direcionado para não deixar avançar. Está aí o Tribunal de Contas do Estado com liminar em cima de liminar, tentando fazer o seu trabalho de fiscalização sobre a denúncia que o Deputado Flamarion fez aqui com relação à aquisição de merenda, e de alimentação para o restaurante popular e de comida para presos. E, o Tribunal de Contas está encontrando dificuldade para exercer seu papel porque existem pressões políticas por trás. Então, Senhoras e Senhores Deputados, vou encaminhar, com toda certeza, ao Presidente da Comissão de Educação, a documentação que eu tiver em mãos. Vamos solicitar que a Comissão abra um procedimento de imediato

para que ouçamos a Secretária, pois continuo acreditando e conheço a secretária Lenir Rodrigues, confio nela, sei da sua seriedade, inclusive, sei que ela já determinou que essa situação fosse apurada pela secretaria. Hoje mesmo, o Departamento que cuida da distribuição dos livros está sofrendo uma auditoria. Portanto, em momento algum desconfio da capacidade da secretária Lenir Rodrigues. Obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, Senhoras e senhores Deputados, servidores desta Casa, distinto público que nos acompanham, senhores da imprensa. Senhor Presidente, faço uso desta Tribuna hoje para fazer a leitura da 1ª Carta de Trânsito de Roraima “Pela sua, pela minha e pela nossa vida”, resultado dos dois dias de Simpósio realizados por esta Casa, Simpósio este que foi uma solicitação da própria sociedade roraimense por ocasião de pesquisa qualitativa realizada a pedido do Senhor Presidente deste poder, onde a sociedade roraimense apontou a questão da violência no trânsito como um dos principais problemas que preocupam a família roraimense. Nesse simpósio se inscreveram 685 pessoas de todo o Estado de Roraima. Tivemos participantes de praticamente todos os Municípios do Estado. Os do interior do Estado acompanharam através do sinal da UNIVIRR e, também, da transmissão direta das rádios comunitárias. O simpósio, no primeiro dia, possibilitou aos participantes apresentarem sugestões que entendessem serem necessárias a sua efetivação, tornando assim nosso trânsito seguro. E, estas sugestões foram analisadas por um grupo técnico encarregado de preparar a Carta de Roraima e de verificar as propostas viáveis. E, no segundo dia, foram submetidas a apreciação e a votação de todos que participavam do Simpósio. As propostas foram votadas e aprovadas e integraram à Carta de Roraima que passo a ler neste momento.

1ª CARTA DE TRÂNSITO DE RORAIMA

“PELA SUA, PELA MINHA, PELA NOSSA VIDA!”

I SIMPÓSIO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO:

22 e 23 de setembro de 2011

NÓS, Deputados, Especialistas, Técnicos, Agentes e administradores de trânsito, Polícia Rodoviária Federal e Estadual, Policiais Militares, Bombeiros Militares e Policiais Cíveis, DETRAN/RR, SMTRAN, SAMU, Câmara Municipal de Boa Vista, EMHUR, CREA/RR, representantes e servidores públicos Estadual e Municipais, representantes e servidores da Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR, Engenheiros, Arquitetos, Educadores, Médicos, Enfermeiros, Psicólogos, Juízes, Promotores de justiça, Advogados, Jornalistas, Empresários, representantes de ONGs, de Sindicatos, de Associações e Conselhos Comunitários, Centros de Formação de Condutores, Estudantes e demais segmentos voltados ao tema, participantes do **I SIMPÓSIO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO EM RORAIMA**, promovido pela Assembleia Legislativa de Roraima / ALE-RR, na Capital de Boa Vista, no período de 22 a 23 de setembro de 2011, propomos no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, a **1ª CARTA DE TRÂNSITO DE RORAIMA – “PELA SUA, PELA MINHA, PELA NOSSA VIDA!”**

Durante o presente Simpósio, foram realizados 8 (oito) painéis, constando 20 (vinte) palestras, com intuito de apresentar à sociedade o diagnóstico de todos os envolvidos no sistema de trânsito, bem como propor mecanismos para que sejam minimizados os índices de violência no trânsito, e apresentado propostas e condições de melhoria do tráfego em nossas vias por todos os participantes deste grandioso evento. A conscientização e os preceitos dos valores humanos foram sistematicamente enfatizados pelos palestrantes.

Desta forma, através desta 1ª Carta de TRÂNSITO EM RORAIMA: “PELA SUA, PELA MINHA, PELA NOSSA VIDA!” propomos as seguintes sugestões:

I. NO QUE TANGE À FISCALIZAÇÃO:

1.1 DE PESSOAL:

a) Os participantes, Srs. Deputado Estadual, CHICO GUERRA, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e WOSCAR LOURENÇO TEIXEIRA, sugeriram a realização de blitz/ operações volantes de trânsito em vários pontos da capital nos finais de semana, no período noturno, com a utilização de etilômetro, a fim de verificar se os condutores estão com seus veículos e documentos em perfeitas condições, assim como, verificar se os condutores apresentam sintomas de embriaguês;

b) Os participantes, Sr(a)s. LINDOMAR DA COSTA SOUSA, CIAUDOMIR DE SOUSA TS, JOSEANE VIANA DO VALE, VANESSA RAFAELA SANTAROSA DOS SANTOS, ILMAR SOARES COSTA, EDNELMA RIBEIRO VERAS e WOSCAR LOURENÇO TEIXEIRA, sugeriram, urgentemente, aos Órgãos de

trânsito, melhorar a fiscalização de trânsito com seus agentes na Av. Centenário, nesta Cidade de Boa Vista;

c) Os participantes, Sr(a)s. LINDOMAR DA COSTA SOUSA, CLAUDOMIR DE SOUSA TS, JOSEANE VIANA DO VALE, VANESSA RAFAELA SANTAROSA DOS SANTOS, BRUNO STEEVES DOS SANTOS MIRANDA, PAULO R. ANJOS, ARTHUR OLIVEIRA MONTEIRO, MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA DUARTE, JOSÉ MIRANDA DE AQUINO, IZILMAR SANTOS COSTA, PAULO R. ANJOS, EMILY FEITOSA OLIVEIRA, MÁRCIO BOAVENTURA, JOSÉ AUGUSTO GOMES BATISTA, ANTONIO FERREIRA DA COSTA, CELESTINO DA SILVA BEZERRA, ARNALDO FANIS DE CARVALHO, GILMAR GAMA VIEIRA, WILMA MORAES, GILSON SARDINHA DA COSTA, ROZIANE SOUZA DO NASCIMENTO, ANAXIMENES SOARES COIMBRA, RAFAELA GOMES LÓZ, ELSON ALEXANDRE PINTO, GLAYCIELLE PORTO DE SOUZA, NATÁLIA KAROLINE DE OLIVEIRA PINHO, MARIANA CAVALCANTE LIRA, SUELLEN DA SILVA RAMOS e CARLOS KERGINALDO SILVA, Sugeriram fiscalização preventiva/repressiva mais intensa e contínua em todo o Estado de Roraima.

1.2 ELETRÔNICA:

a) Os participantes, Sr(a)s. PAULO R. ANJOS, ARTHUR OLIVEIRA MONTEIRO, MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA DUARTE, ANTONIO FERREIRA DA COSTA, FRANCISCO HERIBERTO GUIMARÃES, GILSON SARDINHA DA COSTA, ROZIANE SOUZA DO NASCIMENTO, ANAXIMENES SOARES COIMBRA, RAFAELA GOMES LÓZ, ATENÁCIO PEREIRA DE OLIVEIRA, NEGIME MARIA REGIS DE CARVALHO e NATÁLIA KAROLINE DE OLIVEIRA PINHO, sugeriram instalações de fotossensores (pardais) nas ruas onde é possível desenvolver maiores velocidades.

II - SINALIZAÇÃO VERTICAL/HORIZONTAL:

a) Os participantes, Sr(a)s. EDICINILDA CADETE CONCEIÇÃO, VANESSA RAFAELA SANTAROSA DOS SANTOS e VANESSA RAFAELA SANTAROSA DOS SANTOS, sugeriram a implantação de semáforo na Av. Centenário, e redutores de velocidade nesta Cidade de Boa Vista;

b) Os participantes, Sr(a)s. ROBINSON FRANCISCO TORREIAS, JOSEANE VIANA DO VALE, LUCIANO JOSÉ PIRES CARNEIRO, BRUNO STEEVES DOS SANTOS MIRANDA, DÚNIA DE CÁSSIA GUERRA CAMPOS, EDICINILDA CADETE CONCEIÇÃO, VANESSA RAFAELA SANTAROSA DOS SANTOS, MARIA LÚCIA DE LUCENA, EMILY FEITOSA OLIVEIRA, ANTONIO FERREIRA DA COSTA, EDUARDO LOPES DOS SANTOS, GILMAR GAMA VIEIRA, SUELY MOREIRA SANCHES, ALTAIR SOUZA RODRIGUES, MANOEL LEOPOLDO JÚNIOR, ISRAEL GRANJEIRO ROCHA JÚNIOR, ROZIANE SOUZA DO NASCIMENTO, ELANE CRISTINA SILVA, CLAUDIO RODRIGUES ROSA, RAFAELA GOMES LÓZ, ADÃO PINHEIRO COSTA, CARLOS KERGINALDO SILVA, MAURÍCIO RICARDO FERREIRA, GABRIELLA BRAGA NASCIMENTO, JOSIVAL MIGUEL DA SILVA, NATÁLIA KAROLINE DE OLIVEIRA PINHO, OHARA EMANUELA CARVALHO VERAS, YAMIN DE FÁTIMA ARAÇÃO MANO, FLÁVIO GABRIELLY ALVES DE SOUZA, WESLEINY CONSOLATA THOMÉ e ELSON ALEXANDRE PINTO, sugeriram melhorar a sinalização, implementado placas de sinalização, principalmente nos cruzamentos e faixas de pedestres, bem como, implementação de faixas retrorrefletiva na divisão das vias, e mais sinais de trânsito na cidade no lugar de rotatórias;

c) Os participantes, Srs. Deputado Estadual Coronel CHAGAS e o Tenente Coronel da PM, ERONILDO ALMEIDA SILVA, sugeriu a colocação de semáforo na Av. dos Imigrantes com a Av. Manoel Felipe;

d) Os participantes, Sr. Dep. Estadual JEAN FRANK, sugeriu a elevação das faixas de pedestres nas vias públicas na altura de cinco centímetros, bem como a largura mínima de 1,5 metro, e que sejam identificadas com sinalização de luz intermitente;

e) A participante, Sra. CLEICE DE SOUZA MAGALHÃES, sugeriu a implantação de sinalização de trânsito e lombadas na rua que fica na frente da Faculdade Atual.

III – ENGENHARIA DE TRÂNSITO:

a) Os participantes, Sr(a)s. LINDOMAR DA COSTA SOUSA, JOSEANE VIANA DO VALE e ROBINSON FRANCISCO TORREIAS, sugeriram que sejam fechados os retornos na Av. Centenário, nesta Cidade de Boa Vista;

b) Os participantes, Sr(a)s. **ROBINSON FRANCISCO TORREIAS, JOSEANE VIANA DO VALE, LUCIANO JOSÉ PIRES CARNEIRO, BRUNO STEEVES DOS SANTOS MIRANDA, DÚNIA DE CÁSSIA GUERRA CAMPOS, EDICINILDA CADETE CONCEIÇÃO, VANESSA RAFAELA SANTAROSA DOS SANTOS, MARIA LÚCIA DE LUCENA, JOSÉ MIRANDA DE AQUINO, MARKS BARROS, EMILY FEITOSA OLIVEIRA, JOSÉ AUGUSTO GOMES BATISTA, AGUSTIN MARCOS FERNANDES SANCHIS, VERÔNICA RUMÃO, ANTONIO FERREIRA DA COSTA, ARNALDO FANIS DE CARVALHO, EDUARDO LOPES SANTOS, JOSÉ ROCHA DOS SANTOS, SUELY MOREIRA SANCHES, ALTAIR SOUZA RODRIGUES, MANOEL LEOPOLDO JÚNIOR, JOSIEL ALVES DA SILVA, ELIAS CLEMENTE DA SILVA, ATENÁCIO PEREIRA DE OLIVEIRA, CLAUDIO RODRIGUES ROSA, SUELLEN DA SILVA RAMOS e ILAINE APARECIDA PAGLIARINI**, sugeriram que sejam realizados estudos de engenharia de trânsito para fins de melhor fluidez, restauração das vias asfálticas e asfaltamento das vias públicas com suas devidas iluminações, construção de viadutos ligando as principais avenida da Capital Boa Vista, instalações de quebra-molas próximo às faixas de pedestres de forma padronizada, com mesma altura e tamanho;

c) Os participantes, Sr(a)s. **Dep. Estadual Coronel CHAGAS, MARKS BARROS, ILMAR SOARES COSTA, EDNELMA RIBEIRO VERAS, FRANCISCO ALVES GOMES, MAURÍCIO RICARDO FERREIRA, ATENÁCIO PEREIRA DE OLIVEIRA e WOSCAR LOURENÇO TEIXEIRA**, sugeriram a construção de viadutos nos cruzamentos da avenida Venezuela com Ataíde Teive, Av. Venezuela com Mário Homem de melo e Av. Venezuela com Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, nesta Cidade de Boa Vista.

IV – AUMENTO DE EFETIVO E QUALIFICAÇÃO:

a) Os participantes, Sr(a)s. **Dep. Estadual Coronel CHAGAS, JOSEANE VIANA DO VALE, EDICINILDA CADETE CONCEIÇÃO, VANESSA RAFAELA SANTAROSA DOS SANTOS, MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA DUARTE, BRUNO STEEVES DOS SANTOS MIRANDA, JOSÉ AUGUSTO GOMES BATISTA, EDUARDO LOPES SANTOS, GILMAR GAMA VIEIRA, ANAXIMENES SOARES COIMBRA, MARIANA CAVALCANTE LIRA e ARTHUR OLIVEIRA MONTEIRO**, sugeriram o aumento de efetivo das Instituições de Trânsito do Estado e Municípios, bem como melhorias na formação e na qualificação desses profissionais.

V – EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO:

a) Os participantes, Sr(a)s. **JOSEANE VIANA DO VALE, WILMA MORAES, MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA DUARTE, LUCIANO JOSÉ PIRES CARNEIRO, BRUNO STEEVES DOS SANTOS MIRANDA, DÚNIA DE CÁSSIA GUERRA CAMPOS, JOSÉ MIRANDA DE AQUINO, IZILMAR SANTOS COSTA, OSCAR BORGES LUCAS, ANTONIO FERREIRA DA COSTA, EDINALDO FAUSTINO DE LIMA, NATÁLIA DE J. M. DE LIMA, JOSIELE FERREIRA FRANCO, DANIEL A. C., FRANCISCO MARTINHO TORRES, JULIANA ELISA CECHINATO DE SOUZA, ILAINE APARECIDA PAGLIARINI, NEGIME MARIA REGIS DE CARVALHO e RAFAELA GOMES LÓZ**, sugeriram investimento e implantação do Programa Estadual de Educação para o Trânsito, com a criação das disciplinas de trânsito, cidadania, meio ambiente, nas grades curriculares do ensino público, devendo os agentes estarem mais presentes nas escolas.

VI – TRANSPORTE PÚBLICO:

a) Os participantes, Sr(a)s. **LUCIANO JOSÉ PIRES CARNEIRO e DÚNIA DE CÁSSIA GUERRA CAMPOS**, sugeriram maiores investimentos para possibilitar um transporte público de qualidade.

VII - MAIOR CONTROLE NOS ÓRGÃOS FORMADORES DE CONDUTORES:

a) Os participantes, Sr(a)s. **MARIA LÚCIA DE LUCENA, IZILMAR SANTOS COSTA, MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA CHAVES, CIDINEI LIMA DA SILVA, FRANCISCO MARTINHO TORRES e ALTAIR SOUZA RODRIGUES**, sugeriram fiscalização mais intensa nos órgãos formadores de condutores, principalmente quanto as práticas de direção e condução.

VIII – CAMPANHAS EDUCATIVAS:

a) Os participantes, Sr(a)s. **OSCAR BORGES LUCAS, MÁRCIO BOAVENTURA, JOSÉ AUGUSTO GOMES BATISTA, EDINALDO FAUSTINO DE LIMA, ANTONIO FERREIRA DA COSTA, FRANCISCO HERIBERTO GUIMARÃES, MÁRCIO JOSÉ SOUZA SILVA, SUELY MOREIRA SANCHES, GILMAR**

GAMA VIEIRA, ALBERTO PERES, ALTAIR SOUZA RODRIGUES, WILMA MORAES, MANOEL LEOPOLDO JÚNIOR, ROSEMBERGUE GOMES PEREIRA, MARIA JUCIANA LUCAS DE PAIVA, MAURÍCIO RICARDO FERREIRA, ERISVALDO DOS SANTOS COSTA, JÉSSICA KETHELEN DE SOUSZA REIS, RAFAELLA DE ASSIS CONCEIÇÃO, WILLIANE LOPES SOARES COSTA, WESLEINY CONSOLATA THOMÉ e CLAUDIO RODRIGUES ROSA, sugeriram intensificação de campanhas educativas no trânsito pelos Órgãos de trânsito.

IX – OUTRAS SUGESTÕES:

a) Os participantes, Sr(a)s. **MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA DUARTE e IZILMAR SANTOS COSTA**, sugeriram a instituição da perícia de acidentes de trânsito, mesmo que não seja envolvendo veículos oficiais e/ou vítimas, bem como criar e implantar o Programa Estadual de Integração dos municípios ao Sistema Nacional de Trânsito;

b) Os participantes, Srs. **Dep. Estadual Coronel CHAGAS e IZILMAR SANTOS COSTA**, sugeriram valorizar e premiar os bons condutores com descontos no IPVA.

c) Os participantes, Srs. **Dep. Estadual Coronel CHAGAS, OSCAR BORGES LUCAS e VANDIQUE DE LIMA ROCHA**, sugeriram a criação de uma Escola Pública de Trânsito, gratuita, para as pessoas de baixa renda e que não podem pagar pela 1ª habilitação;

d) Os participantes, Sr(a)s. **PAULO R. ANJOS, OSCAR BORGES LUCAS, ANTONIO FERREIRA DA COSTA, WILMA MORAES, MAURÍCIO RICARDO FERREIRA e ILAINE APARECIDA PAGLIARINI**, sugeriram a construção de ciclovias, assim como a valorização de espaço para os pedestres na Cidade de Boa Vista-RR;

e) A participante, Sra. **HÊNUA PATRÍCIA LIMA ANDRADE**, sugeriu que seja implementada ação informativa junto aos Municípios (Prefeituras) para apresentar os benefícios resultantes da legalização dos veículos dos municípios;

f) O participante, **Gen. de Exército, Secretário de Segurança Pública do Estado de Roraima, ELIEZER GIRÃO MONTEIRO FILHO**, sugeriu maior compromisso dos órgãos da mídia local para a produção e veiculação de alertas, informativos de utilidade pública que abordem os danos causados pelo não atendimento ao Código de Trânsito, no formato jornalístico e publicitário. Sugeriu, ainda, mais compromisso das Instituições de Ensino na produção de alertas no formato de publicações internas, cartazes, folders e eventos acadêmicos em prol da educação para o trânsito. Por fim, sugeriu, também, que seja revista a atual interpretação da “lei seca”, com sua aplicação de forma mais efetiva e eficaz e que os municípios do Estado efetivem e organizem suas guardas municipais e agentes de trânsito;

g) Os Participantes, Sr. **EDINALDO FAUSTINO DE LIMA, JOCENILDO RODRIGUES COSTA, ADRIANA VIAN e AURISTONI VIEIRA BEZERRA**, sugeriram maior integração entre os órgãos de trânsito, principalmente no acompanhamento de estatísticas no trânsito, visando providenciar a fiscalização nos locais atingidos por essas infrações, incluindo-se os acidentes, bem como implementar a criação de um observatório de segurança, para fins de pesquisa avaliativas, para avaliar o feedback da população em relação aos serviços prestados pelos órgãos de trânsito;

h) Os Participantes, Sr. **VANDIQUE DE LIMA ROCHA, RAFAELA GOMES LÓZ e VANESSA RAFAELA SANTAROSA DOS SANTOS**, sugeriram campanhas educativas, cursos de relações humanas e maior fiscalização dos condutores de transporte coletivos e táxis lotação;

i) Os Participantes, Srs. **MANOEL LEOPOLDO JÚNIOR e ATENÁCIO PEREIRA DE OLIVEIRA**, sugeriram a abertura de uma nova via na rotatória do aeroporto, passando entre a UFRR e a área da Base Aérea, em direção ao Bairro Caumé.

j) O Participante, Sr. **ANTONIO NONATO GOMES DE MORAIS**, sugeriu que a Assembleia Legislativa apresente projeto no sentido de implementar processos de renovação de cadastro anual de credenciamento de novos profissionais instrutores teóricos/práticos de trânsito;

k) Os Participantes, Sr(a)s. **ADRIANA VIAN e ILMAR SOARES COSTA**, sugeriram a reabertura do plantão da Delegacia de Acidentes de trânsito;

l) A Participante, Sra. **MARIA LÚCIA DE LUCENA**, sugeriu a implementação de um centro de traumatologia para atendimento às vítimas de trânsito;

m) Os Participantes, Sr(a)s. **JULIANA ELISA CECHINATO DE SOUZA e o Dep. Estadual GABRIEL PICANÇO**, sugeriram a

reativação da fiscalização de trânsito pelo Departamento de Infraestrutura e transporte –DEIT, antigo DER, visando combater o transporte clandestino nos terminais de ônibus estadual e municipais, nas rodovias estaduais e vicinais, tendo em vista que tal Órgão foi criado para substituir o extinto DER;

n)A Participante, Sra. ILAINE APARECIDA PAGLIARINI, Promotora de Justiça do Estado de Roraima, sugeriu que seja encaminhado via bancada federal, alteração legislativa dos seguintes dispositivos legais: a) aumento da pena mínima para os delitos de embriaguês ao volante, lesões corporais e homicídios – artigos 302, 303 e 306 do CTB; b) exclusão do percentual de seis decigramas de álcool por litro de sangue do artigo 306 do CTB; c) adoção e cominação obrigatória de multa reparatória as vítimas de trânsito nos delitos de lesões corporais de trânsito; d) melhoria na prestação de serviço público de transporte, como forma alternativa de diminuir o número de veículos circulando;

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, juntamente com os representantes de todos os Órgãos e a efetiva participação da sociedade, acata e aceita as propostas acima elencadas, que fica materializada pela **1ª CARTA DE TRÂNSITO DE RORAIMA – “PELA SUA, PELA MINHA, PELA NOSSA VIDA!”**, a qual será encaminhada às autoridades constituídas, aos Ministérios das Cidades e da Justiça, ao CONTRAN, ao DENATRAN, ao Governo do Estado de Roraima, Prefeituras Municipais, DETRAN, SMTRAN, Instituições de Ensino e demais Órgãos ligados ao Sistema de Trânsito, juntamente com esta Casa do Povo, para os fins de adoção das medidas visando à concretização das propostas, estudos técnicos e, ainda, como alerta sobre a violência no trânsito, com o objetivo primordial de buscar meios para que possamos desfrutar de um trânsito que ofereça condições seguras para todos nós.

Presidiu a abertura dos trabalhos: o Deputado Estadual Chico Guerra, Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima, acompanhado do Exmo. Governador do Estado em Exercício, Francisco Rodrigues, o Secretário Municipal de Segurança e Trânsito, Frankemberg Galvão da Costa, representando o Prefeito do Município de Boa Vista, o Presidente da Comissão de Administração, Segurança e Serviço Públicos ALE/RR, Deputado Jean Frank, o Coordenador do I Simpósio de Segurança no Trânsito em Roraima, Deputado Coronel Chagas, o Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, representado pela vereadora Lourdes Pinheiro, o Diretor Presidente do DETRAN/RR, Jorge Everton Barreto Guimarães, o Secretário de Estado da Saúde, Leocádio Vasconcelos, o Secretário de Estado da Segurança Pública, Eliezer Girão Monteiro Filho, o Comandante Geral da PMRR, Cel. Gleisson Vitória da Silva, o Comandante Geral do CBMRR, Cel. Manoel Leocádio de Menezes e o Coordenador do Programa “ se essa rua fosse minha do Estado do Paraná”, Sr. Faruk El Katib.

Publique-se no Diário do Poder Legislativo.

Senhor Presidente, esta é a 1ª Carta de Trânsito de Roraima, fruto do 1º Simpósio de Trânsito realizado por esta Assembleia Legislativa, aprovada no segundo dia do Simpósio. Finalmente, Senhor Presidente, quero destacar e agradecer a Vossa Excelência a sensibilidade que teve ao trazer este debate sobre um tema tão importante para a sociedade brasileira. Digo isso porque, como profissional de segurança pública que fui, hoje estou nessa Casa e sei muito bem o quanto sofre uma família quando perde um ente querido em um acidente de trânsito. A questão da violência no trânsito é uma realidade e Vossa Excelência, ao trazer este debate para esta Casa, contribuiu para aproximar ainda mais a Assembleia do cidadão roraimense, pois oportunizou que a sociedade, que a comunidade participasse e contribuísse para a formação de políticas públicas. Então esse gesto de Vossa Excelência, com certeza, ficará registrado na memória de todos aqueles que fazem o trânsito no nosso Estado, não só por parte das autoridades, mas, também, por parte do cidadão que todos os dias circula pelas vias, avenidas e pelas ruas dessa cidade. Tenho a certeza que esta Carta que será publicada no Diário do Poder Legislativo, e encaminhada a todas as autoridades ligadas ao sistema de Trânsito do nosso Estado e do nosso País, e também aos meios de comunicação, servira de norte para que essas autoridades apliquem, ajam e façam política no sentido de ver o que a sociedade solicita. E, que o cidadão de posse dessa Carta também, juntamente com os meios de formação de opinião pública, façam o acompanhamento e a cobrança dessas autoridades. Então, só tenho a agradecer a Vossa Excelência, a todos os Deputados que contribuíram para a construção desse simpósio e, também, a equipe técnica, a assessoria da presidência, a Mesa Diretora, a secretaria de comunicação, ao cerimonial desta Casa e a todos os meios de comunicação por todo

apoio prestado. Sei de toda a contribuição desses setores, de todas as pessoas e dos parlamentares desta Casa e da sociedade. A todos que participaram, muito obrigado, pois sem vocês não teríamos alcançado os objetivos propostos. Nosso muito obrigado a todos. Tenho certeza que esse Simpósio serviu pelo menos para uma grande reflexão sobre o trânsito que mata tantas pessoas no nosso Estado e, também, como subsídio para execução de políticas pelos órgãos de trânsito. Muito obrigado. Um abraço e um beijo no coração de vocês.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Orador inscrito para o Grande Expediente, passaremos para a Ordem do Dia. Não havendo Ordem do Dia, passaremos para Explicações Pessoais. Convido os Senhores Deputados membros da Comissão Especial, para se reunirem para sabatinar o Dr. Stélio Denner como Defensor Geral. E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a sessão e convoco outra para o dia 29, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Remídio Monai, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 04/10/2011

**ATA DA 2059ª SESSÃO, EM 13 DE OUTUBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA
SILVEIRA
(EM EXERCÍCIO)**

Às nove horas do dia treze de outubro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Convido o Senhor Deputado Ionilson Sampaio para atuar como Segundo Secretário ad loc.

Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutí-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsen Renier**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS

Ofício/CH. Gab. nº 003/11, de 11/10/11, do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 11/10/11.

Indicação s/nº, de autoria do Deputado Francisco Assis da Silveira, ao Governador do Estado, solicitando “a recuperação das estradas das vicinais 07-A e 7-B, do PA Nova Amazônia, região do Cauamé, localizada a 40 km aproximadamente de Boa Vista. Essas vicinais atendem aproximadamente 60 famílias que, nos últimos tempos, contabilizam sucessivos prejuízos em razão da má situação das estradas.”

Projeto de Decreto Legislativo s/nº, do Deputado Jean Frank, concedendo a comenda “Orgulho de Roraima” à senhora Francisca Cristina Rocha de Alencar e ao senhor José de Alencar, e dá outras providências.

Moção de Aplausos aos integrantes da Polícia Militar do Estado de Roraima PM/RR, de autoria do Deputado Jean Frank e Deputado Gerson Chagas.

Moção de Aplausos aos integrantes do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Roraima – DETRAN/RR, de autoria do Deputado Jean Frank e Deputado Gerson Chagas.

Moção de Aplausos aos integrantes da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Roraima – PM/RR, de autoria do Deputado Jean Frank e Deputado Gerson Chagas.

Moção de Aplausos aos integrantes do 5º Distrito Regional da Polícia Rodoviária Federal no Estado de Roraima, de autoria do Deputado Jean Frank e Deputado Gerson Chagas.

Moção de Aplausos aos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima – CBM/RR, de autoria do Deputado Jean

Frank e Deputado Gerson Chagas.

Moção de Aplausos aos representantes dos Departamentos Estaduais de Trânsito, presentes no “I Simpósio de Trânsito: - Pela Sua, pela minha, pela nossa vida”, de autoria do Deputado Jean Frank e Deputado Gerson Chagas.

Moção de Aplausos ao Dr. Faruk El-Katib, Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas. Curso empresarial avançado, na University of Southern Califórnia – 1976. Fundador da Editora Fama e criador do programa de conscientização no trânsito “Se essa rua fosse minha”, de autoria do Deputado Jean Frank e Deputado Gerson Chagas.

EXTERNOS

Ofício FM nº 282/2011, de 20/09/11, da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, convidando para Reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, que será realizada no dia 25/10/11.

Ofício FM nº 287/2011, de 20/09/11, da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, convidando para Sessão Solene em comemoração ao Dia Mundial do Lions Club, que será realizada no dia 25/10/11.

Ofício nº 170/2011/GP-UNALE, de 05/10/11, da União Nacional dos Legislativos Estaduais, encaminha cópia do manifesto da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul encaminhado aos Senadores e Deputados Federais, sobre a apreciação do veto ao Art. 64 da Lei 12.351/10 (que estabelece regime de partilha para o Pré-Sal e cria o Fundo Social).

Ofício nº 003/2011, de 06/10/11, da Associação dos Aprovados no Concurso da Assembleia Legislativa de Roraima, informando sobre o resultado da Audiência Judicial sobre o concurso da ALE/RR.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Não havendo orador inscrito, passamos para Ordem do Dia. Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 067/11, que “altera o anexo IV da lei 773 de 04 de maio de 2010, que “dispõe sobre Instituição do Centro de Tecnologia de Informação Fazendária – CETIF” – de autoria governamental. Projeto de Lei nº 058/11, que “Autoriza o Poder Executivo do Estado de Roraima a conceder serviços de remoção, depósitos e guarda de veículos, sucatas e similares, envolvidos em infração de trânsito, ilícitos penais e acidentes de trânsito com vítimas, de competência do Estado, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário par que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir Parecer.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, já tivemos vários embate aqui, já tínhamos combinado com a Mesa, evitar esse arranjo em cima do Projeto vindo do governo, que não passa pelas Comissões, não se ampliem as discussões. Sinto-me ofendido com atitude por parte da Mesa, nos compete discutir, que é nosso papel. E o Presidente Chico Guerra falou que seria evitado esse tipo de tramitação.

Gostaria que a Mesa avaliasse, e que esses processos passassem pelas Comissões normais onde pudéssemos discutí los.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Deputado Sampaio, acatando a questão de Ordem de Vossa Excelência, transfiro para a próxima Sessão as matérias para que as Comissões, em conjunto, possam analisar e emitir pareceres aos projetos, acima mencionados.

Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados aqui presentes, senhoras e senhores da plateia. Quero acrescentar à fala do Deputado Sampaio sobre essas Comissões Especiais, lembrando que temos nossas Comissões normais. Observa-se que, de vez em quando, estão se criando Comissões Especiais para debater assunto A, assunto B. Já temos as Comissões, onde podemos debater. Só este ano nesse processo legislativo já se criaram mais de seis ou sete Comissões Especiais para aprovar, indicar, para que existe as Comissões Permanentes em áreas específicas, ora se algum problema da terra não tem que se criar Comissão Especial. Veja bem, Deputado Mecias, Vossa Excelência é líder da oposição, quando fomos debater o problema da formação das Comissões, Vossa Excelência e eu que era líder do governo, abrimos um amplo diálogo para ajustar, para que

todos dentro do seu segmento social, exemplo, o Deputado Sampaio que defende a classe dos trabalhadores, outros que defendem a classe da terra, agronegócio, outros da área da educação. Já houve um amplo debate para chegarmos a um consenso nesta Casa, dando oportunidade para todos os Deputados participar ativamente desse processo. E o que me surpreende, agora, no processo legislativo deste ano, é que se criam várias Comissões Especiais para tratar de assuntos que são competências das Comissões Permanentes. Meu apoio ao Deputado Sampaio, espero que venha o apoio da liderança, é fundamental prestigiarmos as Comissões permanentes. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, reforço o apoio ao Deputado Joaquim, acho correto que as Comissões funcionem, também na parte da tarde, a noite, o importante é que passe pelas comissões, é para isso que existem as comissões. Me parece que alguns Projetos, não de interesse do governo, vão às Comissões e não avançam, são barrados dentro das Comissões.

Enfim, matérias que são do interesse, criam-se Comissões especiais, cria -se todo um mecanismo e acabam sendo votadas. Obrigado pelo Requerimento e que não seja adiado somente para terça-feira, que possamos encaminhar o projeto às Comissões. Nós estamos aqui e se remeter só para terça-feira para formar uma Comissão Especial que não vai resolver, não vai ampliar a discussão. Que remeta cada projeto à Comissão específica.

Eu quero registrar que neste final de semana no sábado nós vamos realizar a Conferência Estadual do PC do B, para eleger a nova direção para os próximos dois anos. O evento vai ser na ESCOLEGIS, escola do legislativo, próxima à maternidade e estendo este convite a todos os cidadãos aqui presentes, aos Presidentes de Partidos e aos Senhores Parlamentares, sintam-se, pois, convidados a participar de nossa conferência, quando iremos eleger a nova direção estadual do PC do B. Eu gostaria de convidar o Senhor Presidente e os Senhores Deputados para um grande ato público amanhã no KM 100, no Amajari, onde 13 comunidade indígena estão se mobilizando para uma grande concentração, na oportunidade será debatida a necessidade daquelas comunidades, principalmente na área da saúde, educação e segurança.

Os 13 tuxauas juntamente com outras lideranças vão estar fazendo um manifesto, entregarão carta às autoridades. O convite foi encaminhado para a Assembleia, acho que chegou, hoje, esse ofício convidando os parlamentares para conhecerem a realidade das comunidades indígenas do Amajari. Estendo o convite a todos os Senhores Deputados. Eu me farei presente para ouvir de perto a verdadeira situação dos moradores no Município do Amajari. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Faço uso do expediente de Explicações Pessoais por dois motivos. O primeiro, para comentar o que acaba de falar aqui o deputado Joaquim Ruiz concordando com as colocações feita pelo Deputado Sampaio. Na realidade, Deputado Joaquim, alguns Deputados pensam que Comissão dá status. É por isso que acontece aquela briga inicial para todos querer compor Comissão, briga por todas as comissões, e depois fogem como o cão foge da cruz. É por isso que Presidente termina criando Comissões Especiais para poder analisar alguns Projetos, pelo fato que os Deputados não se reúnem em suas Comissões. Todos devem se reunir, temos que reunir, porque é nossa obrigação nos reunir nas Comissões para de fato tratarmos dessas matérias. Se fizéssemos isso, não precisaria criar nenhuma Comissão Especial. Vossa Excelência tem razão, faço das suas palavras as minhas, para que não seja mais necessário criar Comissão Especial, mas que as Comissões se reúnam. Os Deputados só querem se reunir nas Comissões se tiver público assistindo e televisão filmando. Caso se contrário, cada um prefere cuidar de interesses pessoais, vão para casa. Então, não se reúnem no Plenário, a não ser no horário de Sessão. Essa é grande verdade que nós estamos colocando aqui neste Momento. Junto-me a Vossa Excelência e ao Deputado Sampaio, mas a culpa não é da Mesa, a culpa é das Comissões que não se reúnem para tratar dos assuntos inerentes a cada Comissão.

Quero Parabenizar o Deputado Flamarion Portela pelo seu aniversário no dia de hoje, Roraima e Assembleia Legislativa precisam muito de você, que Deus abençoe, ajude e ilumine você e sua família. Parabéns, muitos anos de vida.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela**- Senhor Presidente, Senhor e Senhores Deputados, primeiro quero agradecer o afeto recebido de meus pares, todos tiveram a oportunidade de me parabenizar pelo meu aniversário, fico muito feliz e muito grato. Mas também quero me aliar às palavras do Deputado Sampaio, do Deputado Joaquim Ruiz e, agora, Deputado Mecias. Esse é o terceiro Projeto, no qual não destacamos nenhuma característica para que ele venha para cá em

regime de urgência, não vejo urgência para se criar um projeto que autoriza o Poder Executivo do Estado de Roraima conceder serviços de remoção, depósito e guarda de veículos, sucatas e similares devido à infração de trânsito, ilícitos, penais e acidentes de trânsito com vítimas, de competência do Estado e dá outras providências. Qual é o regime de urgência? Por que este projeto vem para cá em regime de urgência? Eu não consigo entender. Este é o ponto de destaque. Segundo Ponto: querido Deputado Joaquim Ruiz, este projeto nem sequer tem o parecer da consultoria jurídica. E tem mais, é um processo, segundo acho, ao aprová-lo, nós devemos pelo menos ter conhecimento pleno dessa questão. Por exemplo: no seu artigo 16 diz: revoga-se a Lei nº 450/2004 e demais dispositivos em contrário. O que diz essa Lei? Quais são esses dispositivos em contrários que nós estamos revogando? Então, carece passar na Consultoria Jurídica já para nos embasar constitucionalmente falando, carece de um estudo na Comissão de Constituição e Justiça, um relator que possa estudar e debater. Então, eu acho que o regime de urgência não pode ser vulgarizado. O Regime de urgência é aplicado à matéria que é realmente relevante e precisa tramitar em regime de urgência.

Então, eu concordo plenamente, que as comissões devem se reunir, debater, é nosso dever estudarmos a matéria. Aí vem a consciência de cada um em aprovar ou rejeitar. Portanto, eu quero juntar as minhas palavras às dos nobres pares, no sentido que a gente realmente valorize as nossas comissões permanentes e que os projetos sejam estudados com profundidade e detalhe. Não quer dizer que quando estamos em reunião conjunta o processo não seja estudado, mas é mais rápido. O tempo é pouco para se prender a detalhes de um projeto dessa magnitude. Nós temos o projeto que vai dar possibilidade de contratos de até 20 anos. As pessoas vão explorar um serviço que o Estado vai conceder até 20 anos. Ninguém sabe nem se daqui a 20 anos nós estaremos vivos. Mas aqui fica autorizado pelo Poder Executivo algo nessa direção. Eu não estou dizendo que sou contra o projeto, só estou dizendo que ele precisa de melhores detalhes para que a gente tome plena consciência do que está aqui posto. E, aí, dentro desse debate, o Plenário, soberanamente, vai decidir se aprova a emenda, se aprimora e se aperfeiçoa o projeto, aprovando-o.

Portanto, eu quero reafirmar a posição do Deputado Joaquim e do Deputado Sampaio de nós obedecermos o trâmite. Ao chegar, vai para a Consultoria Jurídica, que embasa, e após para a Comissão de Constituição e Justiça e Comissão afim. É assim que deve funcionar o Poder Legislativo. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Bríto Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu, sinceramente, estou pasmo com essa condição de um projeto já estar na Ordem do Dia para a votação sem sequer ter o parecer da Casa Legislativa, sem passar pelas comissões afins, sem ser discutido em Plenário. E outra coisa, eu quero, já de antemão, dizer para Vossas Excelências, Senhoras e Senhores Deputados que esse Projeto aqui é um atentado à nossa democracia, é um tremendo golpe que estão tentando aplicar no contribuinte do nosso Estado. Veja bem. Tenho denúncias de que há um pátio construído aqui no nosso município e que um empresário, que também é político, comprou plataformas, ou seja, guinchos para recolher veículos. Eu já conversei com colaboradores do DETRAN, pois alguns deles encontram-se no Plenário, e sei que o DETRAN tem pátio, tem guincho, tem profissionais qualificados, e nós vamos simplesmente dar autorização para que uma pessoa participe de uma licitação que já se pressupõe direcionada, porque a partir do momento que você constrói o pátio, compra o guincho, e o projeto sequer foi aprovado nesta Casa Legislativa, é porque tem a certeza de que vai vencer. Isso é uma responsabilidade muito grande. Temos que abortar o projeto de pessoas que têm outros interesses que não o de atender os interesses do nosso povo. Isso aqui, Deputado Chicão, é uma fábrica de multa, o DETRAN ganha a partir do momento que o veículo é recolhido. Ganha o guincho porque vai fazer o transporte e ganha o pátio porque vai ficar com esses veículos lá. O DETRAN tem condições de fazer, por que vamos terceirizar? Eu quero mobilizar os Deputados que têm compromisso com este Estado para se posicionar contra essa aberração, contra esse projeto, pois estou tentando aprovar um projeto regulamentando a prática do turismo de aventura no nosso Estado e ainda não consegui nem que tramitasse em todas as Comissões. E, esse projeto chegou em regime de urgência urgentíssima. Quero pedir aos meus Pares que votem contra, porque eu vou mobilizar a sociedade contra esse projeto. Se necessário, eu vou citar nomes porque a sociedade toda já sabe de que se trata esse projeto, e quem é o dono do pátio, de quem são os guinchos, porque isso é do interesse de políticos desse Estado, inclusive, de político com mandato eletivo. Peço aos nobres

Pares que tenham complacência para que esse projeto tramite normalmente nas Comissões. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Obrigada, Deputado Chicão, mas quero discordar de uma coisa que Vossa Excelência disse, que as Comissões desta Casa não se reúnem. Eu acho que se fizermos um levantamento em todas as Comissões, não há muitos projetos esperando. Agora, o nosso Regimento interno coloca bem duas coisas que podemos usar aqui nesta Casa, os casos de projetos de regime de urgência, quando é que é urgência, e quando é que se constitui Comissão Especial para analisar projetos. Por exemplo, esse aqui não sei para onde iria, mas eu tive experiência aqui com outros projetos, e isso já tem sido constante, se cria Comissão Especial, que, segundo o regimento, tem casos específicos para que essa possa se enquadrar. Se cria com o objetivo de aprovar projetos muitas vezes para não tramitar na Casa. Sou a primeira Vice-Presidente da Assembleia, mas a questão dos projetos não passa por mim, e sim pela Primeira Secretária, e eu gostaria de dizer que o nosso regimento diz: excetua os casos em que se cria a Comissão Especial e os casos em que cabe regime de urgência em projetos, e o restante tem que tramitar nas Comissões. E, eu me deparo todos os dias com projetos que não vi e, muitas vezes, uma cópia é jogada pelo gabinete, sem que se dê importância para isso, pois, na verdade, onde o Deputado vai procurar se chegou no seu gabinete, e não está tramitando. O Deputado vai fazer o quê? E a tramitação não ocorre aqui.

Então, quero pedir que acabem com a fábrica de Comissões Especiais para analisar projetos nesta Casa, pois existem Comissões específicas para cada caso. Do mesmo jeito, projetos de regime de urgência nós podemos analisar, temos autonomia para isso e ele não cabe em qualquer projeto que possa chegar a esta Casa. Podemos ou não avaliar e acatar a urgência.

Isso aqui é um Poder, os Deputados não podem chegar dizendo assim: ninguém se reúne nas comissões. Eu posso até pedir que façam um levantamento nas Comissões para vermos se esse monte de projetos estão parados por lá, para que possamos avaliar essa situação. Queria aproveitar o momento para levar o meu abraço ao Deputado Flamarion que hoje aniversaria, um colega nosso por quem eu tenho um carinho especial. Muito obrigada Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Senhor Presidente, na realidade, eu me solidarizo com o Deputado Sampaio e com os demais Deputados que falaram na Comissão. Agora, me preocupa muito, porque eu estou há 21 anos nesta Casa e sabem por que o Governo está encaminhando esse projeto em regime de urgência urgentíssima? Porque as Comissões não funcionam. Se ele mandar um projeto sem ser em regime de urgência urgentíssima, ele vai passar um ano aqui dentro para ser votado, isso só nas Comissões. Na realidade, há uma meia culpa nossa aqui, porque nós não conseguimos nos reunir nem na hora das Sessões, não estamos dando a maioria aqui, não temos quorum a maioria das vezes. Olhem a frequência de quinta-feira, olhem a de terça, a da semana passada. Nós temos meia culpa sim. As Comissões não funcionam e, por isso, o Governo está encaminhando projetos em regime de urgência urgentíssima. Eu sou Presidente de uma Comissão aqui e ela só se reúne no Plenário, porque quando eu marco de tarde, só vem um ou outro. E, isso não é diferente nas outras Comissões, marcamos as reuniões e temos que mudá-las porque os Deputados não se reúnem e nem dão frequência. Exijam, mas deem em troca, façam o que puder ser feito. Esse problema já vem do mandato anterior e nós continuamos da mesma forma, pois todos os dias fazem um discurso aqui para a plateia, mas na prática não funciona.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, nobres Deputados, quero só me juntar às palavras do Deputado Flamarion Portela a respeito desse projeto que acaba de entrar aqui. É um projeto polêmico que vai gerar mais despesas para o usuário, beneficiando poucos, porque é um projeto que já nasce com a denúncia de favoritismo e deve ser apurado antes de ser aprovado. Então, temos que ter muito cuidado com o que vamos votar. E, quanto às Comissões, quero que o Presidente das Comissões convoque os Deputados membros, e que aqueles que não comparecerem tenham seus pontos cortados. Acho que tem que ser por aí. Estou com um projeto aqui na Assembleia que trata do selo artesanal, que era para ser de urgência urgentíssima, pois há produtores hoje que estão se desfazendo de suas vacas de leite porque não podem mais beneficiar o leite fazendo o queijo, porque a Secretaria de Saúde animal fica fiscalizando quem produz cinco, dez quilos de queijo e apreendendo. Ao invés de ir procurar o que fazer, fica fazendo um desserviço à população. Quero também aproveitar o momento para parabenizar o Deputado Flamarion Portela, um Deputado que é atuante, que foi nosso governador a quem, com certeza, Roraima vai fazer jus ao valor que tem pelo tanto que já

contribuiu para nosso Estado. Parabéns Deputado.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente, quero tecer um comentário a respeito das Comissões. Acho que os Presidentes das Comissões deveriam marcar as reuniões e àqueles Deputados que faltassem deveriam ter seus nomes encaminhados à Mesa diretora para que ela pudesse tomar as decisões. A gente já vem discutindo isso há muito tempo, e como o Deputado Célio disse, isso não é de hoje, não é desse mandato, é do mandato passado. Então, que os Presidentes das Comissões assumam a responsabilidade de convidar e que aqueles que não comparecerem tenham os nomes encaminhados à Mesa Diretora pelo menos para que essas pessoas sejam responsabilizadas depois por alguns projetos que não andaram e nem tramitaram na Casa. Queria, também, falar que o Deputado Brito fez uma denúncia grave aqui, sobre a questão do pátio do DETRAN e fez uma indagação que coloca uma responsabilidade a todos nós políticos, porque ele diz que o pátio pertence a um político com mandato. Então, gostaria que ele dissesse o nome desse Deputado, porque senão, a desconfiança cairá sobre todos nós. Ele disse que o pátio já está comprado antes da licitação e que sabe de quem é. Então, gostaria que ele dissesse o nome para que não sobrecarregue a costa de todos nós aqui.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, demais colegas, queria ser solidário ao discurso do Deputado Flamarion Portela e do Deputado Sampaio. Eu acredito que não existe a necessidade desse projeto ser de caráter urgente. Há muitos outros Projetos que têm necessidade e que não vem para essa Casa.

Queria também deixar registrada nesta Casa a falta de compromisso do Estado com os alunos do interior. Eu estive agora no sul do Estado e lá há uma escola sem ter aula porque não tem energia, devido a uma pane, e os diretores não tiveram a sensibilidade de restabelecer a energia.

Há uma outra situação, que é de uma Van incendiada pelos índios, por não a utilizarem para o transporte escolar e, por isso os índios se revoltaram e a incendiaram. Isso deveria ser urgente, restabelecermos esses programas que são de fundamental importância para o Estado de Roraima.

Quero deixar registrada a situação do hospital do Caroebe, pois a reforma está sendo feita a passos muito lentos, e o povo está sendo atendido numa sala que não dá quarenta metros quadrados, e são mais de dez mil pessoas que utilizam aquele centro de saúde. São essas coisas que temos que tomar como prioridade para que possamos resolver os problemas com a máxima urgência.

Sobre as Comissões, eu sou de acordo que se reúnam como o Deputado Célio, que cumpram horário. Está faltando a cobrança da Mesa Diretora. Todo o Executivo tem os seus subordinados e a Mesa Diretora é a responsável pela cobrança, pelo andamento dos trabalhos nesta Casa. Então, ela não pode deixar correr frouxo, sem cobrar, porque assim as coisas não acontecem. Eu acredito que o horário é primordial para o andamento de qualquer empresa ou trabalho. Nós temos que ter horário para entrar na Assembleia e horário sair, e as reuniões com as Comissões eu acredito que devam ser fora do expediente, no período da tarde.

Gostaria de cumprimentar o nosso amigo, Deputado Flamarion, pelo seu aniversário. Que Deus o ilumine e lhe dê muitos anos de vida para que o Senhor possa fazer muito mais por este Estado. Quero parabenizar também os nossos amigos professores, como o Deputado Joaquim, pois sábado será comemorando o dia deles. Os professores são de fundamental importância para este Estado e para os nossos filhos. Muito Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Gostaria de parabenizar a iniciativa do Deputado Célio Wanderley, enquanto líder do Governo, que entendeu que a questão de urgência urgentíssima nos projetos que vinham de iniciativa do Governo do Estado, não correspondiam com a necessidade, aceitando que esta questão de urgência não se faz necessária, até porque, o Governo a está usando como tática, porque no Regimento Interno diz que na urgência urgentíssima não se pode pedir vistas, senão atrasa o andamento, mas atropela-se tudo e vota-se a favor. Quanto ao questionamento do Deputado Remídio Monai sobre o nome do Parlamentar que Vossa Excelência me pediu que citasse aqui, desde já gostaria de inocentar Vossa Excelência e os demais Deputados que aqui estão. As pistas que nós temos, os trabalhos que estamos fazendo no sentido de levantar todas as informações, já nos deu início de que não é um Parlamentar Estadual. Então, Vossa Excelência se tranquilize porque o povo já sabe quem é, pois já se fala nas ruas e na hora certa todos vão saber e eu vou gritar aqui o nome da pessoa. Portanto, fiquem tranquilos e tenham a certeza de que não levantei aqui nenhum indício de que era um Parlamentar Estadual.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** pede Questão de Ordem. Vou fazer aqui uma retrospectiva porque, apesar de já termos 20 e poucos anos de Assembleia, é bom a história sempre ser lembrada. Na primeira

legislatura desta Casa eu não era parlamentar, mas trabalhei aqui como servidor, ajudei a montar parte dessa estrutura aqui durante dois anos. Na segunda legislatura eu já era Parlamentar e a Deputada Aurelina também, sem falar no Deputado Célio e no Deputado Chico Guerra que estão aqui desde o início. E, durante esse tempo todo temos acompanhado, não estou aqui querendo polemizar com o Deputado Célio, mas, quero mostrar para ele, e isso podemos provar através dos Anais, que esta Casa nunca negou nada a Governador nenhum, nunca deixou de aprovar projetos de interesse da sociedade, nunca, em qualquer tempo. Qualquer governador ao se referirem aos projetos sempre tiveram guardada, pois eles sempre foram aprovados. Acontece que, se demora algum tempo, esse tempo é exíguo. Já até questionamos em legislaturas passadas que o projeto do Executivo sempre vai rápido, mas os do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e os projetos dos Deputados sempre ficam engavetados. Isso foi ontem e continua sendo agora. Então, a nenhum Governador esta Casa aqui faltou. Chamo aqui o testemunho da Deputada Aurelina e do Deputado Célio, pois nunca faltou. Os projetos aqui são aprovados com celeridade, claro que às vezes, em Comissão Especial e tramitando regularmente nas Comissões Permanentes que deve ser realmente o caminho. Só estou chamando à reflexão porque isso é história e a história, ninguém muda. Esta Casa sempre foi parceira de todos os governadores e aprovou todos os projetos que aqui chegaram independente de regime de urgência. Sinceramente falando, esse regime de urgência que está sendo vulgarizado é exatamente para neutralizar este debate, para neutralizar um estudo mais profundo dos projetos, o que é nosso dever. O que não quer dizer que eu sou contra o projeto, nada disso, eu nem o conheço, como vou ser contra. Agora, para ser a favor dele, tenho que estudar, saber o que está revogando, se está contrariando o dispositivo de outra legislação. Isso é o mínimo que temos que saber, eu e todos os Deputados. Então, é só esta questão, independente de qualquer polêmica, esta Casa sempre foi parceira de qualquer Governador. Obrigado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Pede Questão de Ordem. Só gostaria de pedir a Superintendência de Legislação que levantasse hoje à tarde, se possível, quais os projetos que estão parados nas Comissões. E, queria dizer que não me referi a frequência, mas há Deputado aqui que não vem nem na Sessão Ordinária. Eu me referi ao fato de que se cria Comissão Especial para se analisar projetos de casos especificados do Regimento Interno, e questionei que os projetos que entram nesta Casa tenham tramitação normal nas Comissões e que quando venham para serem analisados rapidamente e o Presidente não se encontrar na Casa, que o Vice-Presidente possa reunir e ter como cobrar. O que estou falando é que alguns projetos não tramitam normalmente pelas Comissões Permanentes, cria-se Comissão Especial muitas vezes sem que os Deputados tomem conhecimento e chegam à Mesa na Ordem do Dia para serem votados. Se o Deputado falta, não está aqui, é relapso, o Regimento Interno também diz como é que se pode cobrar e o que irá acontecer. Foi isso que quis falar e gostaria que me apresentassem até hoje à tarde, se possível, esse volume grande de projetos que se encontram parados nas Comissões.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito a Assessoria desta Casa Legislativa que encaminhe um relatório a todos os gabinetes, informando o autor, o relator e qual a Comissão que está analisando todos os projetos que tramitam nesta Casa. Gostaria de dizer também que essas proposições têm o prazo regimental de quarenta e cinco dias para tramitar e que, a partir de agora, seja comunicado aos Deputados todos os Projetos de Lei que chegarem nesta Casa em regime de urgência urgentíssima, passando pela consultoria jurídica e depois pela CCJ para tramitar nas outras Comissões.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Pede Questão de Ordem. Gostaria de comunicar aos membros da Comissão de Educação que está marcada e confirmada a reunião com o Reitor da Universidade Estadual para quarta-feira, às treze horas, e que não vai ser aqui no Plenário, vai ser lá na sala reuniões. E, gostaria de lembrar também ao meu líder do Governo que no dia 20 está confirmada a reunião da Comissão de Educação, com a Secretária de Educação, às oito horas da manhã, na sala de reuniões. Logo após o encerramento desta Sessão, estou convidando os membros da Comissão de Saúde para nos reunirmos, pois preciso encaminhar o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto bimestre do orçamento de 2010 para o nosso órgão de Controle Externo, o Tribunal de Contas do Estado, para que analisem as receitas e despesas da Secretaria Estadual de Saúde. Portanto, após a sessão, vamos nos reunir para fazer esse encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado. Gostaria de esclarecer que o objetivo da vinda da Secretária de Educação é porque vários Deputados questionaram aqui problemas de escolas, de transporte escolar, entre outros problemas relacionados à Educação e, por isso, já que o orçamento do Estado

também está na Assembleia, convocamos a Senhora Secretária para que possamos discutir o orçamento com ela e vermos se dá para colocar mais recursos, a fim de resolver os problemas da educação, ao invés de ficarmos só criticando. Comprometi-me com o Presidente da Comissão em chamar a Secretária de Educação para abrir um debate e buscarmos soluções. Na Universidade Estadual não é diferente, há falta de professores no interior, há algumas outras reclamações que estão sendo colocadas, há uma reivindicação e uma indicação minha para que criemos o curso de medicina na Universidade Estadual, limitando 50% das vagas para os estudantes do interior do Estado que estudam na rede pública, para que possamos amanhã ter médicos no interior sem os problemas que enfrentamos hoje no Estado de Roraima. Vou aproveitar para parabenizar meu amigo de longa data, Deputado Flamarion Portela. Desejo muito sucesso na sua vida, muita saúde, que Deus o ilumine durante toda sua jornada de vida aqui na terra. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – A Mesa Diretora comunica a todos os Parlamentares que hoje mesmo estará sendo enviado cópia dos boletins de matérias que tramitam nesta Casa para seus gabinetes para conhecimento de todos os Deputados. A Mesa Diretora quer cumprimentar o Deputado Flamarion Portela pela passagem do seu aniversário. Que Deus o abençoe e o ilumine, que Nossa Senhora da Aparecida possa iluminar seus passos, muita saúde e muito sucesso. Queremos também fazer o registro, com muito pesar, do falecimento da Senhora Clea Casano Palermo, sogra do nosso querido Presidente, que faleceu agora de manhã no Rio de Janeiro. Nossos agradecimento a todos. Não havendo mais nenhum Deputado que queira se pronunciar e não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão, convidando os Senhores Deputados para a próxima Sessão dia 14, à hora regimental. Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 18/10/2011

ATAS COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, às oito horas e vinte minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Jalser Renier, Flamarion Portela e Coronel Chagas. Ausente o Deputado Chicão da Silveira. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Jalser Renier, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou em pauta à **Proposta de Moção de Pesar n.º 031/11**, de autoria do Deputado Remídio Monai, “pelo falecimento do Senhor Sandro Salgado Pereira”, e **Projeto de Decreto Legislativo n.º 033/11** de autoria de Vários Deputados que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Senhor Ailson da Silva Feitosa e dá outras providências”. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Jalser Renier para relatar as Matérias. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse os Pareceres. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente na reabertura dos trabalhos, constatou na Ordem do Dia as Proposições, analisadas pelo Relator, solicitando ao mesmo proceder à leitura dos pareceres. Após a leitura, o Senhor Presidente colocou-os em discussão. Não houve discussão, submeteu à votação, foram aprovadas pelos Senhores Membros presentes na Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, após deliberação das Matérias, encerrou a reunião às onze horas e quarenta e três minutos. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será

assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Rodrigo Jucá

Presidente da Comissão

Aprovada em: 08/11/11

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA DIA 18 DE OUTUBRO DE 2011.

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, ordinariamente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Jalser Renier, Chicão da Silveira, Flamarion Portela e Coronel Chagas. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Chicão da Silveira, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou em pauta à **Proposta de Moção de Pesar n.º 030/11**, de autoria de Vários Deputados, “Moção de Pesar pelo falecimento da Senhora Clea Palermo”. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado **Chicão da Silveira** para relatar a Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o Parecer. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente na reabertura dos trabalhos, constatou na Ordem do Dia à Proposição, analisada pelo Relator, solicitando ao mesmo proceder à leitura do parecer. Após a leitura, o Senhor Presidente colocou o Parecer em discussão. Não houve discussão, submeteu à votação, sendo aprovada pelos Senhores Membros da Comissão. **Encerramento:** O Senhor Presidente, após deliberação das Matérias, encerrou a reunião às nove horas. E, para constar, eu, Gizelda Pinheiro de Barros, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Rodrigo Jucá

Presidente da Comissão

Aprovada em: 03/11/11

ATA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE MAIO DE 2011.

Aos vinte e quatro de maio de dois mil e onze, às doze horas e vinte e três minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa de Leis, sito à Praça do Centro Cívico, nº 202 - centro, reuniu-se, a Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural sob a Presidência do Senhor Deputado Gabriel Picanço, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares: **Erci de Moraes, Ângela Águida Portella e Naldo da Loteria.** Ausente: Brito Bezerra. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, declarada aberta a Reunião, passou ao exame da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Naldo da Loteria, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do dia:** Projeto de Lei nº 011/08 de autoria do então Deputado Zé Reinaldo. Que “Dispõe Sobre o Ordenamento Territorial da Área de Terras Localizada na Serra do Tepequém e dá Outras Providências”. Relator, Deputado Erci de Moraes. Parecer contrário. Não houve discussão, foi aprovado por unanimidade dos Senhores Membros. **Encerramento:** Às doze horas e vinte e nove minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Francisco Martinho Torres, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Gabriel Picanço

Presidente da Comissão

Aprovada em: 08/11/11